



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ**

Simone Rodrigues Alves de Melo

**Mídia e Espetacularização no Discurso Jornalístico sobre
Transtornos Mentais.**

Tese submetida à Banca de Defesa de Tese na
Linha de Pesquisa de Análise do Discurso,
como parte dos requisitos do Doutorado em
Ciências da Linguagem da Univás.
Orientadora: Professora Dr^a. Paula Chiaretti

Pouso Alegre-MG
Agosto de 2017

SIMONE RODRIGUES ALVES DE MELO

**Mídia e Espetacularização no Discurso Jornalístico sobre
Transtornos Mentais.**

Tese submetida à Banca de Defesa de Tese na
Linha de Pesquisa de Análise do Discurso,
como parte dos requisitos do Doutorado em
Ciências da Linguagem da Univás.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Paula Chiaretti

Pouso Alegre
2017

Ficha catalográfica

Mídia e Espetacularização no Discurso Jornalístico sobre Transtornos Mentais./ Melo, Simone Rodrigues Alves. Orientadora: Prof.^a Dr^a. Paula Chiaretti – Pouso Alegre, 2017. 150p. CDD 410

Tese de doutorado apresentada na Univás – Universidade do Vale do Sapucaí. Área de concentração: Linguagem e Sociedade. Linha de pesquisa: Análise de Discurso.

1. Discurso jornalístico. 2. Análise do Discurso. 3. Discurso midiático. 4. Transtorno mental. 5. Espetacularização.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a tese intitulada “MÍDIA E ESPETACULARIZAÇÃO NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE TRANSTORNOS MENTAIS” foi defendida, em 24 de agosto de 2017, por **SIMONE RODRIGUES ALVES DE MELO**, aluna regularmente matriculada no Doutorado em Ciências da Linguagem, sob o Registro Acadêmico nº 24000099, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Profa. Dra. Paula Chiaretti
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora



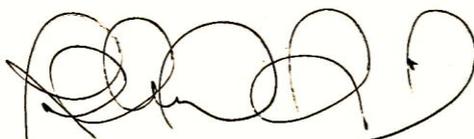
Profa. Dra. Cynara Maria Andrade Telles
Doutora pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR
Examinadora



Profa. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora



Prof. Dr. Marcos Aurélio Barbai
Doutor pela Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP
Examinador



Profa. Dra. Telma Domingues da Silva
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora

Dedico essa pesquisa a Juan Rodrigues Alves de Melo que é minha grande motivação na vida, e a Maria Augusta Alves, minha avó e eterna inspiração.

AGRADECIMENTOS

“[...] quando compreendemos o outro, fazemos corresponder a sua palavra uma série de palavras nossas; quando nos fazemos compreender pelos outros, sabemos que as nossas palavras eles fazem corresponder uma série de palavras suas”.

Geraldi

Agradeço à Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá por ter me apoiado e acreditado nesta jornada de conhecimento.

A meu marido, Ademir Alves de Melo, pela paciência em momentos que não foi possível estar presente ou em momentos em que o cansaço apareceu.

A minha madrinha, tia e mãe Maria Esthersita Rodrigues Alves, por mais uma vez me apoiar em meus estudos.

A querida Dr^a. Luiza C. Mauad Ferreira (*Gucha*) pelo incentivo e credibilidade sempre conferidos a mim.

Agradeço à professora e orientadora, Dr^a. Paula Chiaretti, que sempre com muita delicadeza e pertinência fez seus apontamentos e que esteve acessível por todos esses anos, assim como por dividir o seu saber generosamente comigo.

E, por fim, agradeço a todos os professores que fizeram parte dessa empreitada através de suas aulas, na banca de qualificação, nas conversas de corredores, na disponibilidade e no prazer em darem aula. Em especial, agradeço à professora Dr^a. Telma Domingues da Silva.

A todos que sempre me apoiaram e acreditaram em mim, meu muito obrigado!

RESUMO

MELO, S. R. A. **Mídia e Espetacularização no Discurso Jornalístico sobre Transtornos Mentais**. 2017. 145f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Vale do Sapucaí. Pouso Alegre - MG.

Esta pesquisa objetivou investigar o discurso jornalístico sobre o discurso da ciência, em particular, ao que se refere ao discurso da saúde mental sobre os transtornos mentais. A partir da teoria da Análise do Discurso (AD) foram trabalhados reportagens e títulos de reportagens, de revistas de grande circulação. A escolha da Análise do Discurso se deu por ser esta uma disciplina que possibilita a problematização e a análise além da frase, considerando o linguístico e o histórico ao mesmo tempo na produção dos sentidos. Esta pesquisa procurou contribuir para a Análise da discursividade jornalística sobre transtornos mentais, aproximando-se de elementos constitutivos e específicos desta discursividade que circula ocupando um lugar de grande destaque na já chamada “sociedade da informação”. Sabendo-se que na contemporaneidade a mídia exerce grande influência sobre a sociedade e que os meios de comunicação utilizam elementos midiáticos ao “transmitir” informação, podemos considerar que compreender esse funcionamento referente à discursividade do jornalismo sobre a ciência e a saúde mental pode nos ajudar a compreender como os efeitos midiáticos reproduzem/transformam sentidos repetindo-os ao mesmo tempo em que os desloca de seus lugares “originais” de produção (a ciência, por exemplo). A fim de realizar essa análise discursiva, dando destaque a seus traços específicos, foram mobilizadas obras de autores como Pêcheux, Orlandi, Payer, Foucault, entre outros. Apoiada em conceitos como pré-construído, memória discursiva, historicidade, esta pesquisa encontrou indícios da presença de elementos da discursividade midiática, da espetacularização e de uma discursividade jornalística capitalista ao proceder à análise do *corpus*. Observou-se ainda a impossibilidade de isenção ou neutralidade do discurso jornalístico, que se encontra sempre sendo dito a partir de uma posição sujeito atravessada pelas condições materiais históricas e formações ideológicas a partir das quais o discurso se constitui.

Palavras-chave: Discurso jornalístico; Análise do Discurso; Discurso midiático; Transtorno mental; Espetacularização.

ABSTRACT

MELO, S. R. A. **Media and Spectacularization in the Journalistic Discourse in Mental Disorders**. 2017. 145f. Thesis (Doctorate). Postgraduate Program in Language Science, Vale do Sapucaí University. Pouso Alegre - MG.

The aim of this research is to examine the journalistic discourse on the lights of the discourse of science, specifically on the mental health discourse in mental disorders. Based on the Discourse Analysis (DA) theory, we worked on articles and headlines from major circulation journals and magazines. The choice of the Discourse Analysis was due to its possibility of allowing the problematization and the analysis beyond the sentence, considering the linguistics and the history in the production of the senses. The purpose of this research is to contribute to the analysis of the journalistic discursiveness about mental disorders, approaching the constitutive and specific elements of this discursiveness, which spread, occupying a prominent place in the so-called “information society”. Taking into consideration that, nowadays, the media has got a great influence on society and also that the means of communication use media elements to “transmit” information, we can deliberate that understanding the operation regarding the discursiveness of the journalism on science and mental health can help us understand how the media effects reproduce/transform the meanings, by repeating them and moving them at the same time from their “original” places of production (the science, for instance). In order to carry out this discursive analysis, and highlighting its specific traits, we searched the works by authors such as Pêcheux, Orlandi, Paver, Foucault, among others. Based on concepts such as preconstructed, discursive memory, and historicity, we found evidence of the presence of elements of media discursiveness, Spectacularization and the capitalist journalistic discursiveness when doing the analysis of the *corpus*. We could also note the impossibility of exemption or neutrality of the journalistic discourse, which has always been said from a subject position crossed by the historical material conditions in the ideological constructions from which the discourse is built.

Keywords: Journalistic discourse, Discourse Analysis, Media discourse, ental disorder, Spectacularization.

Sumário

Apresentação.....	10
Capítulo 1: A produção de sentidos no discurso jornalístico	22
1.1. Sobre a Análise do Discurso.....	22
1.2. Memória discursiva	24
1.3. Historicidade.....	25
1.4. Discursos Jornalísticos.....	26
1.5. Discurso e Relações de Poder.....	30
Capítulo 2: Discurso midiático, arquivo e espetacularização na contemporaneidade.....	36
2.1. Noção de Arquivo	36
2.2. O Equívoco.....	40
2.3. Linguagem e Tecnologia.....	43
2.4. <i>Mentes que aprisionam</i>	49
2.4.1. "Mente" X "Cérebro"	50
2.4.2. "Transtorno", "síndrome" ou "doença"?.....	52
2.4.3. Do louco incapaz ao famoso: a democratização da "doença mental"	57
2.4.4. Os sentidos de “tratamento”	60
2.4.5. O discurso midiático e o espetáculo	64
Capítulo 3: Títulos de reportagens sobre “doença mental” nas Revistas <i>Veja</i> e <i>Isto é</i>.....	67
3.1. Discurso midiático e espetacularização.....	75
3.2. Doença, saúde, qualidade de vida e medicalização	82
Capítulo 4: Discurso Jornalístico aproximação com o discurso da mídia e responsabilização do outro.	91
4.1 Movimento de aproximação.....	91
4.2 Análises do Título e Responsabilização do Outro.....	92
4.3 Responsabilização do Eu.....	96
4.4 Discurso jornalístico, contradição e subjetividade	97
4.5 Desejo universal de felicidade.....	98
4.6 Receituário de felicidade	101
4.6.1 <i>Rotina para organizar a vida</i>	103
4.6.2 <i>O que faz seu dinheiro render</i>	103
4.6.3 Mais velho, mais sábio, mais feliz.....	104
4.6.4 Uma agenda mais inteligente.....	105

4.6.5 Inspira expira	107
4.6.6 À flor da pele	107
Considerações finais	109
Referências	115
Anexos.....	122

Apresentação

“Não ir do discurso a um núcleo interior e oculto, em direção a um pensamento ou a uma significação que se manifestariam nele; mas, a partir do próprio discurso de sua aparição de sua regularidade, chegar as suas condições externas de possibilidades [...]”.

Michel Foucault

A presente pesquisa se originou a partir da inquietação em relação às reportagens, em revistas de grande circulação, sobre transtornos mentais. Após a pesquisadora ter terminado sua dissertação de Mestrado, na qual analisou o nome transtorno no Código Internacional de Doenças (CID-10), o processo da denominação lhe chamou a atenção. Assim, todas as vezes que a pesquisadora se deparava com as reportagens sobre transtornos mentais, ela percebia que raramente era utilizado o nome *transtorno*¹, na maioria das vezes utilizava-se doença ou somente o nome (por exemplo: pânico, depressão, autismo etc.). Junto a isso, somou-se o interesse no discurso midiático, que parecia em alguns momentos, atravessar o discurso jornalístico, promovendo deslocamentos em seu objetivo primário de “informar”, ao articulá-lo a outros campos, em especial aqueles relacionados ao consumo. Ao entrar no Doutorado, o interesse pelo discurso midiático e a inquietude pelo discurso jornalístico sobre transtornos mentais se intensificou, o que levou a pesquisadora a escolher essa questão como tema de sua tese.

A partir desse interesse e dessa inquietação, e tendo em vista a escolha pelo referencial teórico-analítico da Análise do Discurso (AD), era preciso delimitar de que modo seria constituído um *corpus* a partir do arquivo disponível acerca do tema. Considerando o que colocam Guilhaumou e Maldidier (2016) acerca da constituição do *corpus*, a partir do qual se

¹ O nome transtorno é utilizado no CID-10 para evitar a utilização do nome doença. A utilização de transtorno no lugar do nome doença traz uma contradição no momento em que este é um manual, um código para classificar tipos de doença. O desenvolvimento dessa questão foi trabalhado em minha dissertação de mestrado intitulada *Transtorno e suas significações no discurso da saúde*, referência que se encontra na referência bibliográfica da presente pesquisa.

torna possível delimitar um objeto discursivo. Esse objeto, por sua vez, permite a compreensão de um dado processo de produção de sentido, que nessa pesquisa se relaciona ao modo como são significados os transtornos mentais em revistas de grande circulação.

Segundo Orlandi (2001, p. 9) a produção do discurso se faz em três processos:

- 1- Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico – ideológico mais amplo;
- 2- Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e
- 3- Sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições.

Orlandi (2001) prossegue colocando que quando ocorre a formulação do texto é que se dá vida à linguagem, que se atualiza a memória, é nesse momento que, através do equívoco, “corpo e sentido se atravessam” (p. 9). Assim, ela coloca que “formular é dar corpo aos sentidos”. A formulação se compõe em situações particulares de atualização, através de gestos de interpretação. Por meio dessa articulação, abrimos campo para o simbólico. Orlandi explana ainda sobre como todo o dizer (intradiscurso) acontece em um ponto em que atravessa o interdiscurso, sendo que o trajeto do discurso, em que meios e de que maneira eles circulam não são neutros. Colocado de outra maneira, o interdiscurso pode ser entendido como sendo aquilo que fala antes, que se liga com a memória, ele nos permite remeter o dizer a uma filiação de dizeres. Em todo dizer há relação entre o já dito, portanto uma relação com a memória e a historicidade.

Trazendo essas colocações de Orlandi a nossa pesquisa, torna-se possível considerar que pensar os transtornos mentais através do discurso jornalístico é uma maneira de recortar um meio de circulação de uma textualidade que constituem sentidos que buscam significar os transtornos mentais, o que, por outro lado, significa dizer que não estamos em busca de um esgotamento de sentidos, até por sabermos da impossibilidade disso ser alcançado, pois os sentidos não se esgotam. Ao longo da pesquisa pensamos o texto em sua relação entre memória/discurso/texto, como uma unidade de análise, como sugere Orlandi (2001, p.12).

Orlandi (2001) apresenta o texto como uma forma material, um processo pelo qual a discursividade é acessada. Sendo que, o sujeito que interpreta esse texto, o lê a partir de uma posição e sobre determinadas condições de produção, que o leva a não interpretar somente, mas a compreender. Nesta pesquisa, a construção do texto se deu através da posição sujeito jornalista que se propôs a falar sobre o discurso dos transtornos mentais (discurso científico).

Nas análises que seguirão, destacamos processos de metáforas (processos de substituição) e metonímias (processos de contiguidade). As nomeações “transtorno mental” /

“doença mental” / “problema mental” são exemplos desses processos, pois a utilização destes nomes aparece em uma relação de equivalência ou de adjacência, que no discurso da saúde tenta ser evitada. Por meio da compreensão dos processos metonímicos e metafóricos, foi possível também compreender o processo e o jogo de produção de sentidos, na medida em que essa linearização tem a ver com processos de sobreposição, de apagamento, ou seja, essa substituição e a escolha de um termo ou outro revela que há sempre uma disputa, uma fabricação de evidência e de apagamento do discurso científico no discurso jornalístico, ao falar deste.

Assim, inicialmente, esta pesquisa analisou o discurso jornalístico sobre “doença”² *mental* utilizando, para tanto, referencial teórico-analítico da Análise do Discurso (AD). A fim de elucidar nosso posicionamento teórico, julgamos ser pertinente esclarecer o que compreende a AD. A AD não constitui metodologia ou técnica de pesquisa, mas uma disciplina de interpretação constituída na intersecção de campos epistemológicos distintos, pertencentes à áreas da linguística, articulando o materialismo histórico, do qual emergiu a teoria da ideologia; e a psicanálise, onde se origina a noção de inconsciente. Para Gregolin (1995, p. 13) a AD é um campo de estudo em desenvolvimento, cujas “fronteiras ainda não estão claramente delimitadas”. Ainda segundo a mesma autora,

O fato de a AD tomar uma unidade de análise maior do que a frase fez que o estudo do "texto" passasse a ocupar lugar central nos estudos linguísticos. E, exatamente por tomar esse objeto complexo, a AD seguiu várias direções, com diferentes concepções epistemológicas e metodológicas. O que as unifica, no entanto, é o fato de tomarem o seu objeto do ponto de vista linguístico e de procurarem, no texto, o estudo da DISCURSIVIZAÇÃO. (GREGOLIN, 1995, p.13, grifo da autora)

A AD considera a linguagem em sua perspectiva histórica, ela é compreendida em uma relação constitutiva para com as “determinações políticas, econômicas, sociais...”. Assim, a linguagem é histórica, ela faz parte de processos sociais que, por sua vez, são processos que “intervém no simbólico e no imaginário” (SILVA, 2012, p. 23). É importante ressaltarmos que o discurso na AD, não é apenas língua ou fala, mas também o que é silenciado é discurso, o que se deixa de dizer, o não dito, bem como o que poderia ter sido dito, mas não o foi (paráfrases).

² Doença aparece entre aspas porque no CID-10 (Código internacional de Doenças), no capítulo referente à psiquiatria, o nome “doença” é substituído por “transtorno”. Na dissertação de Mestrado (MELO, 2010), a pesquisadora apresenta uma discussão sobre esse nome e sua substituição, o que nos permite considerar bulimia e anorexia patologias e, portanto, ao longo do trabalho, utilizaremos o termo doença ao nos referirmos às mesmas.

O DISCURSO é um suporte abstrato que sustenta os vários TEXTOS (concretos) que circulam em uma sociedade. Ele é responsável pela concretização, em termos de figuras e temas, das estruturas semi-narrativas. Através da Análise do Discurso é possível realizarmos uma análise interna (o que este texto diz?, como ele diz?) e uma análise externa (por que este texto diz o que ele diz?). Ao analisarmos o discurso, estaremos inevitavelmente diante da questão de como ele se relaciona com a situação que o criou. A análise vai procurar colocar em relação o campo da língua (suscetível de ser estudada pela Linguística) e o campo da sociedade (apreendida pela história e pela ideologia). (GREGOLIN, 1995, p. 17, grifos da autora).

Para a AD, a linguagem pode ser pensada como um trabalho, sendo a linguagem a ação mediadora entre o homem e a realidade tanto natural como social. Assim, a linguagem é transformadora, ela transforma o homem, porque ela é um trabalho simbólico. Portanto, a linguagem não é estanque, ela possui movimento. O que funciona no discurso é a projeção do sujeito, o modo como ele se projeta e como projeta o outro, seu interlocutor. Trata-se, assim, de atentar à posição sujeito no discurso. Essa projeção é imaginária, um exemplo dessa formação imaginária seria pensarmos em como o médico vê o portador de “transtorno mental”, a imagem que o portador de “transtorno mental” tem do médico, a quem o portador atribui o saber sobre a sua condição, e assim por diante. Quando o médico se refere ao paciente através do nome da “doença”, ele apaga a identidade desse sujeito que passa a ser a própria doença, há um apagamento da identidade e da subjetividade do paciente.

As projeções imaginárias provêm da capacidade que nós temos de nos colocarmos no lugar de interlocutor, de colocarmos-nos no lugar do outro e imaginarmos como ele está nos entendendo. A imagem que eu tenho de mim, do mundo, e a que eu penso que o mundo tem de mim estão presentes no discurso. Portanto, podemos dizer que dentro do nosso contexto sócio-histórico há um imaginário e, por conseguinte, existe um imaginário em funcionamento no discurso.

Para Orlandi (2006, p. 17) “as formações discursivas são a projeção, na linguagem das formações ideológicas”. O sentido é conferido a uma palavra pela posição que o sujeito ocupa, dito de outra forma, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Orlandi afirma ainda que os sentidos das palavras variam de acordo com as posições dos sujeitos que as empregam. Assim, perguntamo-nos: *transtorno mental* sendo dito por um jornalista produziria um mesmo efeito de sentido caso ele fosse empregado por um médico psiquiatra?

A AD chama de formação discursiva aquilo que, numa determinada formação ideológica, determina o que pode ou não ser dito. O que é ou não silenciado. Em uma reportagem, por exemplo, por conta de seu modo de constituição, formulação e circulação

(ORLANDI, 2001) específicas, temos sentidos que são permitidos e outros que são silenciados.

Tendo em vista que a sociedade atual possui grande acesso a diferentes veículos de comunicação, que por sua extensa circulação indicariam grande adesão do público ao modo como promovem alguns sentidos, acreditamos ser importante pensar como esse espaço discursivo significa a “doença mental”. Além disso, considerando que são os mecanismos institucionais que promovem os modos de individualização, tomar a mídia como objeto de análise nos pode permitir compreender de que modo o sujeito subscrito ao discurso da ciência é (re) significado nesse lugar midiático.

O discurso jornalístico pode estar presente no ambiente digital, televisivo, radialístico ou impresso. Nessa pesquisa, escolhemos trabalhar com o discurso jornalístico em funcionamento em revistas de grande circulação pela possibilidade de estas serem encontradas tanto no formato digital como no impresso, o que propicia amplitude no seu alcance, em outras palavras, poderia alcançar um maior número de leitores.

É usual considerar que as revistas tenham a intenção de informar uma quantidade numerosa de pessoas das mais diversas formações intelectuais e acadêmicas. Esse fato criaria uma necessidade de usar uma linguagem que fosse acessível a esse grande espectro de leitores. Além disso, ela precisa chamar a atenção para si, a fim de despertar o desejo de sua leitura e fazer com que sua compra seja efetuada. Se a revista precisa ser vendida ou consumida, pois é a sua venda ou consumo que possibilita a sua manutenção e seu lucro, o modo pelo qual a reportagem é divulgada, precisa ir de encontro com esse interesse.

A primeira revista surgiu na Alemanha, em 1663, seu nome era *Erbauliche Monaths-Unterredungen*, que pode ser traduzido como: Edificantes Discussões Mensais (BASTIDORES MÍDIATICOS, 2012). Desde esse momento até hoje, suas formas de comercialização sofreram muitas alterações. Em seu surgimento, as revistas ganhavam dinheiro com sua venda e com alguns anúncios que estavam contidos nelas. Hoje, as revistas ganham dinheiro (se mantêm) por conta da publicidade que veiculam junto às reportagens, pois seu consumo não se dá somente em sua compra, já podemos acessá-la digitalmente. Temos um exemplo claro disso nesta tese. Os anexos contam com a reportagem “Mentes inquietas” da revista *Veja* que foi acessada através do site da revista e com a reportagem “Seu cérebro pode ajudar você a ter um ano novo mais feliz”, da revista *Mente e Cérebro*, que foi comprada na banca de jornal e depois digitalizada. No entanto, cabe dizer que seja impressa ou digitalizada, a revista se mantém por meio da geração de capital e do lucro.

No artigo intitulado *O sujeito urbano e a notícia impressa- nos percursos*, Silva (2016) trata da passagem do jornalismo impresso para o digital, colocando que “a tecnologia digital representa uma crise para a imprensa escrita” (SILVA, 2016, p. 1063). Segundo a autora, não se trataria de uma simples transposição do jornal impresso para o digital. Essa passagem seria marcada pela onipresença da informação. A partir do jornal digital, é possível estar informado todo o tempo, em tempo real. Segundo a autora (2016, p. 1064) “o digital demanda e produz formulações /unidades textuais específicas (sites, portais, blogs, vlogs etc, são textos específicos desenvolvidos nesse âmbito)”. Há na tecnologia digital a possibilidade de um bombardeio de informação ao leitor, leitor esse que busca por sua informação muitas vezes no arquivo *on line*, na internet. A questão é que a cada clique na internet é possível abarcar inúmeras informações, que por sua vez são disponibilizadas a todo o momento.

Ao citarmos a revista como um bem de consumo, estamos falando que a notícia que ela traz também o é. A reportagem (que transfigura o fato a ser relatado em bem) passa a ser um produto destinado à venda, que precisa circular no meio de comunicação mobilizando o leitor a lê-la e para que esse interesse seja instituído, a reportagem precisaria ser escrita de forma a estreitar os laços do leitor com o fato a ser relatado, aproximando-se da propaganda. Uma das possibilidades de promover a aproximação/identificação do leitor com a reportagem é utilizar um sujeito de expressão midiática para personificar, reafirmar ou certificar aquilo que está sendo dito. Segundo Dunker, Paulon e Milán-Ramos (2016, p. 194):

As lições construídas pelo consumidor permitem que uma nova identificação possa ser produzida entre seu desejo inconsciente e a imagem fílmica oferecida para seu suporte. É assim que a propaganda não apenas explora a gramática de desejo e de substituição metonímica, que aparece ao consumidor como “ainda não sonhadas” e como “desde sempre sonhadas”.

Consideramos, nessa direção, que a sociedade atual tem como *o grande texto*, *o texto midiático*. A mídia exerce influência na formação da subjetividade, ela impõe modelos, normas a serem seguidas. O discurso que circula na mídia é de sucesso, de como obtê-lo, do que é ou não normal, receituários de como ser feliz entre outros. Acreditamos que a mídia tem influência sobre os sujeitos, prescrevendo o que elas podem ou não fazer, provocam desejos e necessidades que muitas vezes a pessoa nem sabia que tinha, ela dita como ser, o que ter, por isso é o “grande texto” da atualidade, como diria Payer (2005). Para Cruz e Junior (2015, p. 170),

[...] com o surgimento das mídias de maneira persuasiva desde o seu início, vem nos mostrando o seu poder na cultura da sociedade, com o objetivo de

transformar o modo de ser daqueles que a consome pela mensagem subliminar e variações culturais apresentadas em seu conteúdo. Com isso o ser humano busca a sua identidade nos personagens midiáticos, sejam ficcionais ou reais.

O discurso jornalístico ao ser analisado, no material desta pesquisa, observou-se a presença de figuras expressivas do meio midiático (de um ator, atriz, cantor, cantora ou de uma personalidade que circula pela mídia). A aparição dessas figuras expressivas no meio midiático, como será mostrado à frente, nos levou a pensar que elas estariam criando a promoção de um espaço que permite uma possível identificação do leitor ou uma autorização desse leitor de pertencer ao mesmo universo, há uma aproximação do artista ou das figuras que circula na mídia com o sujeito-leitor.

Por conta de um efeito de transferência que é possível estabelecer entre (estar na) reportagem e (ter) o transtorno mental, consideramos possível que citar na reportagem um sujeito muito presente na mídia e que tenha algum transtorno mental poderia autorizar o sujeito-leitor também a ter o mesmo transtorno, pois, se o sujeito que é expressivo na mídia tem o transtorno mental e tem sucesso, então, o sujeito-leitor também pode ter um transtorno mental e ter sucesso. A associação que parece aparecer como uma ruptura diz respeito a esses dois sentidos: transtorno mental e sucesso. Nesse ponto, podemos nos perguntar sobre as condições de produção que permitiram essa associação? Como o “doente mental” passa de asilado para “caso de sucesso” ou de “caso de superação”?

A mídia, ao usar o artista, o blogueiro, *digital influencers*, aqueles que estão sempre presentes nos meios midiáticos, estipulando as normas a serem seguidas, os modelos e padrões de subjetividade, populariza o “produto”. No material analisado, o produto é o fato a ser relatado (mais precisamente, um “fato científico”), o que acaba produzindo um efeito de aproximação, de familiaridade entre sujeito e fato científico, como aparecerá em nossas análises ao longo desta tese.

Ainda nessa direção, acreditamos ser possível dizer que o jornalista tem a incumbência de relatar o fato científico, o que faz da reportagem um acontecimento de “interesse público”. Assim, ele partiria da ideia de que o que ele deve relatar é algo que o leitor precisa saber, mas nem sempre sabe dessa sua necessidade, o que o obriga a buscar modos de despertar o interesse do leitor para que o jornalista julgou necessário conhecer, informar, relatar.

Nessa relação, é que podemos perceber o discurso midiático ser produzido, produzindo-se também contemporaneamente o próprio fato relatado, com seu sentido de proximidade. A mídia pode ainda ser vista como aquela que faria a intermediação entre o

cidadão e demais instituições, tendo a função de levar o conhecimento ao público (SILVA, 2012, p. 28). Sob essa perspectiva, podemos dizer que a mídia possui um perfil “democrático”, pois ela pulveriza ou disponibiliza a informação para todos, elevando a figura do cidadão à daquele que deve estar a par dos fatos. Afinal, o imaginário é que estamos vivendo em uma sociedade democrática, sociedade de direitos, e que, dentre esses direitos, encontra-se o de ter acesso à informação.

A partir desse interesse e dessa inquietação, e tendo em vista a escolha pelo referencial teórico-analítico da AD, era preciso delimitar de que modo seria constituído um corpus a partir do arquivo disponível acerca do tema.

Para apresentarmos as conclusões acima relatadas, realizamos análises referentes ao tema “discurso jornalístico sobre transtornos psiquiátricos” buscando compreender de que modo se produzem os sentidos nesse entremeio entre: discurso científico, discurso jornalístico e o discurso midiático, observando, ainda, de que modo esses discursos se relacionam. Diante dessa proposta, construímos um *corpus* que conta com uma reportagem de 2005 da revista *Veja*, manchetes da revista *Veja Saúde e Isto é saúde* e uma reportagem da revista *Mente e Cérebro*.

Em um primeiro momento, trabalhamos o discurso jornalístico privilegiando a relação desse discurso com a história, mobilizando conceitos da AD.

Em um segundo momento, direcionamos nosso olhar sobre uma reportagem da revista *Veja* (Anexo I). Esta reportagem foi também a matéria escolhida para a capa. Considera-se que as reportagens que aparecem na capa são reportagens escolhidas por terem um grau de importância e porque chamaria a atenção do leitor. Seu conteúdo costuma ter um apelo que visa à compra da revista, ou seja, a reportagem da capa precisa ser um “chamariz” para as pessoas desejarem comprá-la, afinal, o que mantém a revista continuamente sendo produzida é o seu lucro, como será explorado em outro momento dessa pesquisa.

Essa reportagem se intitula “Mentes que aprisionam”. Já no título é possível notar o efeito de sentido de não liberdade, de falta de novas possibilidades, “aprisionam” traz a memória de não se ter escolha. Assim, por deslizamento de sentidos, poderíamos dizer que seriam mentes que estão fechadas em si mesmas, que não permitem a observação de outras possibilidades que não sejam as produzidas por elas. Na análise dessa reportagem, pôde-se destacar a presença expressiva do discurso midiático no discurso jornalístico, como será desenvolvido no capítulo três.

Na etapa, *seleções de manchetes*, seguiu o critério de serem pertencentes a *revistas de grande circulação* e de terem como tema alguma “doença mental”. Portanto, foram selecionadas as quatro últimas manchetes do ano de 2015 da revista *Veja Saúde*, as três últimas manchetes do ano de 2015 da revista *Isto é Saúde*.

No terceiro momento, trabalhamos com manchetes encontradas em sites das revistas *Veja* e *Isto é*. A escolha por analisar manchetes se deu quando procurávamos em um site de busca por reportagens a respeito de transtorno mental. Para isso, lançamos a expressão “transtorno mental e doença mental” nos buscadores dos sites das revistas e, ao fazê-lo, deparamo-nos com manchetes que chamaram a nossa atenção, primeiramente, por seu caráter que poderíamos interpretar como *determinista*. Alinhando-se aos objetivos da pesquisa, de compreender essa discursividade na atualidade, essas manchetes foram recortadas de acordo com o critério de referir-se a categoria de *revistas de grande circulação* e de pertencerem a uma discursividade da história recente.

Julgamos pertinente lembrarmos que Orlandi (2001) concebe o texto como uma unidade a partir da qual é possível observar certo funcionamento discursivo, neste caso, o de como “doença mental” é significado por revistas de grande circulação. Para tanto, foram recortadas as quatro últimas manchetes do ano de 2015 da revista *Veja Saúde*, as três últimas manchetes do ano de 2015 da revista *Isto é Saúde*. É importante ressaltar que, para AD, esses discursos estão sempre em movimento, por isso se distinguem de dados coletados.

Tendo em vista a filiação de “doenças” à seção de saúde das revistas, nossas buscas foram realizadas nesse setor. Por ser este um setor de saúde, todos os tipos de doenças estavam presentes, porém, nosso recorte se restringiu às “doenças mentais”, objeto da pesquisa. É importante notar que encontramos muito mais reportagem sobre dengue e zika do que de qualquer outra doença, o que pode ser explicado por serem essas as doenças que assombram a população brasileira desde o final do meio de 2015 até o presente momento.

Na revista *Veja*, há a presença de notícias sobre dengue e zika, mas sua aparição se intensifica no final de 2015. Até então, as reportagens são diversificadas em sua temática de saúde. Na revista *Isto é*, a aparição de reportagens sobre dengue e zika data de muito antes do final de 2015, por isso as manchetes de “doenças mentais” foram mais escassas e estão em menor número se comparadas ao número de manchetes selecionados na revista *Veja*.

Interessante notar como haveria aqui, num certo sentido, na pauta das revistas, uma concorrência entre as duas: doenças físicas e mentais, o que se coloca numa posição contraditória com a reiterada separação entre as duas.

Além disso, a observação de estar presentes em ambas as revistas um número significativo de reportagens sobre dengue e zika nos causou uma inquietude que nos levou a analisar que não é ao acaso que as reportagens se voltam para dengue e zika. As revistas têm o “dever de informar” o que torna compreensível abordar doenças sobre as quais a população precisa se prevenir ou ter comportamentos que ajudem no controle das mesmas, como é o caso da Zika e da dengue. Mas, podemos pensar que as revistas são movidas pelo lucro e, para isso, é preciso que as pessoas tenham o interesse de comprar a informação e, portanto, a revista. Se há uma doença em destaque no momento, falar sobre ela pode transformá-la a em um bem a ser consumido, em outras palavras, aumentar a venda da revista porque “precisamos estar sempre atualizados”, “precisamos” de uma nova informação.

Assim, o discurso jornalístico não tem apenas a função da informação, mas também da aquisição da informação, de gerar uma nova notícia a ser vendida. Ou seja, a frequência de certa temática indica o modo de funcionamento específico da revista que estamos analisando, mostrando que a repetição de um tema pode ocorrer desde que este gere uma necessidade de comprar a revista ou acessar o site. Ou seja, observa-se que se encontra em funcionamento a lógica do Mercado, uma vez que a própria revista é produzida enquanto objeto de consumo, obedecendo às regras específicas dessa lógica. “Mas, falar de mercado é falar de um público consumidor, logo da possibilidade de atingi-lo num sistema econômico de livre concorrência” (CHARAUDEAU, 2015, p. 21).

Ao realizarmos as análises das manchetes começamos a nos questionar sobre como seria o discurso jornalístico sobre transtornos mentais em uma revista especializada em Psicologia, Psicanálise e Neurociência como é o caso da revista *Mente e Cérebro*, que é escrita por colunistas com formação nas áreas citadas ou ainda por jornalistas científicos. Essa inquietação ganhou força ao nos depararmos com esse fragmento de texto de Silva (2002, p. 136): “as revistas de divulgação científica têm ocupado hoje no mercado editorial um espaço semelhante talvez à venda de enciclopédias em fascículos [...]”. Pensar como a formação acadêmica dos autores ou a historicidade constitutiva do discurso produziriam sentidos outros, foi outra investigação que nos motivou. O quarto capítulo foi então elaborado a partir dessas questões.

No quarto capítulo, portanto, realizamos análises da reportagem de capa da primeira edição de 2016 da revista *Mente e Cérebro*, que corresponde ao mês de janeiro. A realização desse recorte se deu por ser a reportagem de capa, assim como, o recorte do primeiro capítulo,

e por possibilitar realizarmos análises que acreditamos nos levar a compreender os efeitos criados pelo discurso jornalístico científico sobre o mesmo tema “doenças mentais”.

A reportagem (Anexo II) escolhida para o quarto capítulo tem o título “Seu cérebro pode ajudar você a ter um ano novo mais feliz”, sendo que do modo como se textualiza, é dado destaque (pelo uso do formato maior) às palavras “cérebro” e “ano novo mais feliz”, sendo que esse destaque, para nosso trabalho enquanto analistas do discurso, pode ser visto como uma pista analítica, que analisaremos no capítulo destinado ao mesmo. Conta ainda com o subtítulo “É possível apropriar-se do sentimento duradouro de satisfação e responsabilizar-se por ele. Pesquisas recentes oferecem pistas interessantes para uma vida mais plena e equilibrada”.

Ao longo das análises, observamos que a relação que se estabelece entre a discursividade jornalística e a discursividade científica, é atravessada pela discursividade midiática, apresentando momentos de silenciamento da discursividade científica devido à aproximação ao discurso da mídia. Acreditamos que a consideração desse movimento de aproximação e silenciamento permeou todo o processo de análise que construímos sobre a reportagem da revista *Mente e Cérebro*.

A relação desse trio de discursos (discurso jornalístico, discurso midiático e discurso científico) caracteriza-se por esse movimento de aproximação, produzindo no discurso jornalístico uma nova heterogeneidade, apresentando-se como uma forma que ainda permite ser chamada de discurso jornalístico, mas que não mais obedece à tentativa de produção de um efeito de sentido de “isenção” do jornalismo clássico, se aproximando de um comentário que, por sua vez, não se filia ao discurso científico, pois não preza pelo rigor científico. Segundo Mariani (1999, p. 52)

No caso da imprensa, sua “vocação” para informação é tão “natural” que consta de muitos manuais de jornalismo bem como é tema reiterado nas campanhas publicitárias. No que se refere aos manuais, encontra-se a ênfase nas normas de redações – e aí estão incluídas normas gramaticais, lexicais e estilísticas- como forma de conscientizar o repórter sobre os diferentes usos linguísticos. É interessante notar escritas por profissionais da imprensa ou por teóricos da comunicação, essas normas técnicas de redação constroem o mito da informação jornalística com base em outro mito: o da comunicação linguística. Responsabilizando o jornalista pelo mais ou menos fidedigno dos fatos, nesses manuais, o que se está enfatizando é o “poder dizer”, uma onipotência do sujeito com relação à linguagem. [...]

Discussões como essa iniciada acima, entre outras, irão percorrer toda a tese, mostrando que o fato ou a notícia veiculada através de uma reportagem fornece a informação que dá origem a um saber que não é da ordem da ciência, mas sim do discurso jornalístico.

Observa-se, ainda, a partir das análises que o discurso jornalístico não possui o comprometimento de ser fiel aos termos científicos, mas sim aos termos que se supõem ser compreensivos ao leitor. Isso nos mostra que entre o discurso jornalístico e o discurso da ciência haveria um distanciamento marcado por finalidades e objetivos diferentes, o que faz crescer ainda mais o nosso interesse no tema.

As reportagens e manchetes a partir das quais se constitui o objeto de investigação e estudo do presente trabalho compõem um *corpus* no qual acreditamos poder mobilizar conceitos da AD para analisarmos o funcionamento do discurso jornalístico sobre transtornos psiquiátricos. O dispositivo analítico mobiliza conceitos como memória discursiva, espetacularização, arquivo e discurso midiático, trazendo para o corpo da discussão Foucault, Orlandi, Pêcheux, Paul Henry, Payer entre outros.

Objetivamos nesse trabalho aventurarmo-nos em busca da compreensão dos efeitos de sentidos produzidos no discurso jornalístico que se propõe a abordar os transtornos psiquiátricos, investigando, desse modo, a relação discurso jornalístico-discurso científico, discurso jornalístico-discurso midiático, discurso midiático-consumo, discurso jornalístico-consumo.

Até o momento, apresentamos o tema que será analisado nessa pesquisa, bem como o processo de realização dos recortes analíticos. Uma vez que a análise deverá seguir os fundamentos teóricos e analíticos dessa disciplina, julgamos importante a elaboração de um capítulo que se dedicasse à delimitar o dispositivo analítico da AD mobilizado na tese.

Capítulo 1

A produção de sentidos no discurso jornalístico

“O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”

Michel Foucault

A colocação de Orlandi (2013, p. 15) sobre a AD pode ser um bom começo para esse capítulo: a autora escreve que, na AD, “procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. O discurso não é a língua, embora seja ela que fabrique o discurso. A língua, para a gramática, é formulação da sintaxe e das formas morfológicas, que seguem regras que constam em gramáticas e dicionários. Enquanto isso, o discurso se volta para além das regras de uma língua. Ele resulta em relações de quem fala, para quem se fala, do que se fala, quando se fala e de onde se fala, sendo que o sentido nunca é dado antecipadamente, ele se constrói. São processos de produção de sentidos que se dão através de nomeações, qualificações, narrativas, argumentações, inscritas em um modo de produção, de historicização, de memória, de apagamentos e silenciamento.

1.1. Sobre a Análise de Discurso

Para a AD, a linguagem pode ser pensada como um trabalho, sendo este a ação mediadora entre o homem e a realidade tanto natural como social. A linguagem não é uma construção que permeia a relação do homem com o meio, o social, segundo Orlandi (2013, p. 15):

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

A linguagem tem um funcionamento e uma estrutura próprios, um funcionamento dos sentidos que não é igual para todos os sujeitos e em todos os momentos históricos. Isso

permite pensarmos que ela é atravessada por uma historicidade. Podemos dizer que a linguagem é aquilo que faz a mediação entre o homem e a realidade tanto natural como social. Além disso, a linguagem é transformadora, ela transforma o homem, porque ela é um trabalho simbólico, a linguagem não é estanque, é um contínuo movimento determinado pelas condições de produção e da história.

Há, no discurso, uma historicidade que deve ser pensada a partir das condições de produção e que nos permitem múltiplas interpretações. Para Orlandi (2008, p.10), existe mais de uma possibilidade de leitura para um mesmo texto, pois de acordo com as condições de leitura e as posições do sujeito que o lê, o sentido altera-se. A mesma autora (2008, p.11) continua: “os sentidos podem ser lidos, então, podem não estar necessariamente ali, nele o(s) sentido(s) de um texto passa(m) pela relação dele com outros textos.” Isso cria a possibilidade de termos não só o que no texto é enunciado como também o que é silenciado.

Ao se ler um texto, transformamos as palavras dele em palavras que pertence a um contexto social/histórico, produzindo, nesse processo de interpretação, um sentido, que, portanto, pode vir a ser outro se estiver em outro processo de interpretação. Há processos históricos em funcionamento, os sentidos não estão alocados no texto, eles precisam ser interpretados, estão sempre se constituindo e reproduzindo/transformando novas possibilidades de leitura.

Pêcheux (1983a, p. 22) afirma que “a língua é voltada ao equívoco, todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, de se deslocar discursivamente de seu sentido.” Na língua não há completude, há uma falta, que não é defeito e sim que é constitutiva desta. A língua, pensada enquanto submetida ao simbólico, traz consigo a lacuna, o deslize, a falha, a ambiguidade, o que não pode ser dito.

Refletindo sobre a historicidade da língua podemos mobilizar o conceito de memória, que se relaciona com a história. Assim, faz-se necessário levarmos em conta o processo de memória que atua na constituição dos sentidos, pensar sobre a memória discursiva. A memória pode ser entendida como construída através dos sentidos, podendo assim ser constituída por esquecimentos, de forma que um discurso está ligado a outro discurso que já foi dito. Para Guimarães (2005, p. 14),

O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é o sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de discurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nessa memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica).

Além disso, podemos considerar a posição sujeito a partir da qual o discurso está sendo produzido, uma vez que o que funciona no discurso é também a projeção do sujeito, é a posição sujeito no discurso. Segundo Orlandi (2013, p. 52):

A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude está aberta ao simbólico, pois a falta também é o lugar do possível.

Assim, os sujeitos e os sentidos podem se construir e se reconstruir em um constante movimento, deslocando os sentidos, significando-se de diferentes maneiras e em diferentes momentos. O que traz a linguagem um movimento contínuo de possibilidade de modificar-se, de se inscrever no simbólico e, portanto, de estar imersa na incompletude.

1.2. Memória discursiva

A memória discursiva³ é muito mais do que aquilo que foi formulado no dito ou do que o outro interpretou, não há um esgotamento de possibilidades no dito, o que é produzido em forma de texto pode ser remetido a condições de produção que lhe conferem sentidos, sejam esses efeitos de sentidos mais ou menos ‘nítidos’ ou uma inesgotável possibilidade de interpretações daquilo que é inscrito no simbólico.

Estamos falando de uma marca da língua que traz consigo ora a presença ora a ausência, ora lembrança ora esquecimento do sentido de outrora, de tal modo o sentido continuamente constrói-se. Os esquecimentos, por sua vez, não são erros, são constitutivos da língua, segundo Orlandi (2013, p. 35):

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles se originam em nós, Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é a determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos. Por isso é que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição do sujeito e dos sentidos. A ilusão não são “defeitos”, é uma necessidade para que a linguagem funcione para nos sujeitos e na produção de sentidos. Os sujeitos “esquecem” que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem como o que dizem, se constituem em sujeitos [...].

³ Ao longo do presente trabalho, por vezes retomaremos a memória discursiva para melhor explorá-la e assim ajudar-nos em nossas reflexões, o que marca a importância e amplitude do conceito de memória discursiva.

Ao pensarmos o discurso como proposto acima, estamos dando ao analista do discurso a função de realizar análises e suas leituras especializadas trabalhando com a determinação dos sentidos pela língua e pela história. O analista de discurso trabalha com a opacidade da língua, com a não transparência, tendo como proposta compreender a produção dos sentidos, considerando, para tanto, o não dito na constituição do dito, tomando a memória em funcionamento, o equívoco em funcionamento.

Ao trabalhar com AD, o analista tem o objetivo de compreender como ocorre a construção dos sentidos e sua relação com o real, sendo a língua histórica e não transparente, ela está aberta a múltiplas possibilidades de interpretação. “Pensando no processo histórico como determinante, é preciso pensar que os sentidos dados às palavras passam por várias mudanças sociais, pois esses sentidos constroem-se historicamente” (MELO, 2010, p. 9). Uma construção que possibilita a interpretação, pois ela não está pré-estabelecida, ela é um movimento que implica no quem diz, de onde se diz e para quem se diz.

1.3. Historicidade

Segundo Payer (2005, p. 11), há uma relação tão estreita da linguagem com o sujeito e a sociedade que compreender o modo como a linguagem funciona leva a compreender muito do que se passa com o sujeito e a sociedade. Antes de entrarmos especificamente nas questões midiáticas que interessam à essa tese, faz-se necessário pensarmos sobre sujeito, sentido e história.

Compreender a linguagem e sua relação com o sujeito e a sociedade é entrar no mundo da subjetividade, da sua não-transparência. Assim pensada, poderíamos dizer que o discurso acolhe a subjetividade, criando múltiplas possibilidades de leitura. O discurso é múltiplo, está sujeito ao encontro para produzir sentido, e é nesse encontro, nessa relação de alteridade que se dá o sentido, o que nos leva a considerar, em conformidade com a área, que ele está pautado na historicidade.

Para Payer (2006, p. 39),

[...] a língua é tomada como parte da história, e a história significa com a, através da língua. Por outro lado, se tomarmos o ângulo inverso, a partir da língua, focalizando-a de conformidade com o que ela significa por sua relação com a história, então se está considerando a memória “da” língua, isto é, a memória histórica (discursiva) é parte constitutiva da língua em que essa história se dá. Nesse sentido é a língua que significa por sua relação com a história, no sentido de que o fato de um dado sujeito/cidadão falar

uma língua x – seja o italiano – no Brasil, em 1880, em 1939 ou em 1990 implica diferentes modos de fazer essa língua “significar” por sua história.

A historicidade se relaciona ao modo como os sentidos são discursivizados, na AD, a história perde o estatuto de fonte de uma única interpretação, ela não é mais linear, mas aponta para a disputa de sentidos que está sempre presente nas produções discursivas. Um discurso remete sempre a outro em algum lugar, há sempre a atualização do dizer, e esse processo de retomada dos já-ditos no fio do discurso se relaciona ao conceito de historicidade em Análise de Discurso. Assim, não se trata de história cronológica e sim do “já dito” (PÊCHEUX, 1975). Orlandi (2000, p. 33) acrescenta que:

Paralelamente, é também o interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade. Pelo funcionamento do interdiscurso, suprime-se, por assim dizer, a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade. Isso faz com que, pensando-se a relação da historicidade (do discurso) e a história (tal como se dá no mundo), é o interdiscurso que especifica, como diz M. Pêcheux (1983), as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória.

O discurso se constrói na relação com essa historicidade, a partir de uma possibilidade em meio outras, o que nos leva a pensar que no discurso há o funcionamento de uma historicidade que nos remete a um determinado lugar do dizer. Segundo Orlandi (2001, p.42), “toda leitura tem sua história”, o que nos permite considerar que um mesmo texto, tomado em momentos diferentes, irá significar diferente. Toda produção do discurso está relacionada a uma certa historicidade que lhe permite uma leitura, uma interpretação.

Dentro dessa perspectiva, é a partir do discurso que se constituem sujeitos e sentidos, relacionados a uma dada historicidade, determinados por condições de produção, ligados a memória discursiva, aos silenciamentos e apagamentos que permitem que certa transparência se estabilize. É o modo como esse processo de estabilização funciona, produzindo sentidos e sujeitos, que nos interessa aqui compreender, por meio das nossas análises.

1.4. Discursos Jornalísticos

A notícia é encontrada na revista ou no jornal como o “relato de um episódio”, de “um caso”, de “um evento” ou de “uma ocorrência”, no qual o jornalista tentaria ser o mais neutro

possível, o mais fiel aos “dados”, à “realidade”, à “verdade” que consiga, podemos dizer que essa notícia se realiza através de um imaginário da imprensa. Já em Guimarães (2001, p.13), encontramos a afirmação de que “a notícia jornalística é a enunciação de um acontecimento (fato) contemporâneo e sua enunciação”. Esse outro modo de compreender a notícia jornalística permite um deslocamento à medida em que justapõe a notícia e o próprio fato. Deslocamento que se refere, portanto, à temporalidade: enquanto que na concepção usual de notícia, entende-se que há a anterioridade do fato que passaria a ser representado pelo jornalista, relatado da maneira mais fiel possível, a partir dos estudos discursivos, podemos compreender que tanto a notícia quanto o próprio fato estão relacionada à prática jornalística de produção discursiva.

Para Silva (2002), o jornalismo retoma o dizer do outro, que, nesta pesquisa, seria o dizer da ciência (O outro). O jornalismo, por meio de seu texto, informa o público supondo haver aí um desconhecimento, efeito de pré-construído do próprio discurso jornalístico. Na presente pesquisa, o fato a ser “relatado” é o fato científico. Assim, podemos dizer que, nesse caso, o discurso jornalístico intermedia o discurso da ciência (que se constrói imaginariamente) e o público leigo. Para Silva (2012, p. 26) “o discurso jornalístico coloca o mundo como objeto, produzindo com isso um distanciamento em relação aos fatos: os fatos falam por si.” A autora coloca que tanto o discurso jornalístico como o cultural como “modalidades de discurso sobre”.

No entanto, além da própria (re) construção do “fato científico” a partir da produção discursiva, observamos que o discurso jornalístico dá ao fato científico um tratamento mercadológico. O “fato” que é noticiado, retomado do campo científico, assume a partir da sua atualização no discurso jornalístico, o papel de um produto, um bem a ser consumido, sendo enquadrado não somente por uma (nova) prática comercial, mas também pelos diferentes modos pelos quais a instituição ciência produz subjetividades a serem consumidas. Isso também leva a publicações específicas para um tipo de público, por exemplo, na área de saúde a revista *Mente e Cérebro* (da qual tiramos nosso último recorte de análise, como poderá ser observado no quarto capítulo). Esse tipo de publicação (uma publicação mais específica de uma área do saber), segundo Silva (2002, p. 131) marca “a distância entre o conhecimento pela ciência e o conhecimento pelo jornalismo, entre o cientista (cada qual na sua especialidade) pode ver o mundo, compreender o mundo, e o que o público leigo pode”. Há um trabalho de “passar” a linguagem científica para a linguagem que o leigo entenda, e isso cabe ao jornalista. No entanto, sabemos que não se trataria de uma simples transferência

de sentidos de um campo para o outro. A partir da perspectiva da AD, passa a ser possível compreender que as condições de enunciação afetam diretamente os sentidos, que variam, como afirma Orlandi (2013), de acordo com os sujeitos que a empregam. Em Silva (2012, p. 43) encontramos:

A formação do jornalista inclui uma relação com a linguagem, que, no imaginário do funcionamento da mídia, é “instrumental”. [...] no contexto aqui descrito, isso indica o comprometimento das escolas e das pesquisas, na área de formação do jornalismo (e das comunicações de modo geral), com esse funcionamento de linguagem focada no consumo, sobretudo considerando que o que o jornalista trabalha em empresas, que terão a preocupação com a venda de seus “produtos”. [...] a instrumentalização do profissional do jornalismo para um “uso adequado” da língua está inserida em um contexto específico, desde a formação até a atuação profissional.

O jornalista usa da narrativa para construir o seu discurso. Segundo Barbosa (2007, p. 19), “narrar é uma forma de estar no mundo e, dessa forma, entendê-lo. É através da narrativa que se pode reunir e representar no discurso as perspectivas existentes sobre o tempo”. Dentro da narrativa, encontramos a possibilidade da narrativa que teria a “intenção” ou a “pretensão” de “relatar a verdade” (discurso da ciência, do jornalismo, da história), e da narrativa de ficção (telenovelas, filmes, romances). Pensando nessa dicotomia e no fato do discurso jornalístico encontrar-se na narrativa que primaria pela verdade, podemos dizer que o jornalista conta, de acordo com sua posição sujeito, um fato dentro de uma temporalidade, e que esse relato, que se apresenta como verídico, se apoia na possibilidade antecipada de credibilidade e veracidade sobre o que é dito pelo jornalista.

Encontra-se no discurso jornalístico, uma discursivização do cotidiano que se apaga para o leitor (e para o próprio sujeito que enuncia da posição ‘jornalística’) e é nessa discursivização – um falar *sobre* de natureza institucional – que os mecanismos de poder vão tanto distribuindo os espaços dos dizeres possíveis como silenciando, localmente, o que não pode ou que não deve ser dito (MARIANI, 1998, p. 224).

O que Mariani (1998) nos aponta, no fragmento acima, é a possibilidade de pensarmos o discurso jornalístico como aquele que historiciza aquilo que é permitido ser dito ou aquilo que pode ser dito daquela forma e não de outra, produzindo efeitos de sentidos que mobilizam o implícito que está arraigado e as diferentes forças de poder em jogo naquela temporalidade. A mesma autora (1999, p. 111) coloca que “o discurso jornalístico, como qualquer outro discurso é produzido em condições históricas de confrontos, alianças, e adesões que gerenciam e constituem as interpretações produzidas”. Essas interpretações produzidas partem já de um pré-construído, que conferiria a esse discurso o efeito da credibilidade, e que está

relacionado a essa possibilidade de narrar, sem perdas, um fato – o que, como apontamos, para a AD, seria uma ilusão, com funções políticas.

O pré-construído pertence ao interdiscurso que, por sua vez, é a exterioridade, a partir da qual são localizados e atualizados outros dizeres em circulação, o já-dito. Pêcheux (1975, p. 99) apresenta o conceito de pré-construído como sendo uma noção proposta, em um primeiro momento, por Paul Henry (1992) “para designar o que remete a uma construção anterior”. Pêcheux (1975, p.99) explica que o pré-construído é:

A condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois ‘domínios de pensamento’, de modo que um elemento de domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos de ‘pré-construído’, isto é, como se esse elemento já se encontrasse aí. (grifos do autor)

Mais a frente no texto, Pêcheux (idem) refere-se ao pré-construído na afirmativa: “no modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro [...] como se esse elemento já se encontrasse aí”. Essas construções de Pêcheux em relação ao pré-construído nos remete a uma memória e a uma historicidade, que está presente em um dito.

Assim, a afirmação jornalística produz efeito de verdade e de legitimidade. Segundo Fávero e Schons (2009, p. 19-20), tratar-se-ia de “uma verdade e uma legitimidade que já está constituída no imaginário social e construído na/pela mídia, também uma vez que o sujeito autor realiza-se em espaço intervalar entre o fato relatado e o comentário do jornalista.” O discurso jornalístico fala do outro para o outro, ele retoma o discurso do(s) outro(s) e o retransmite para o outro, implicando em múltiplos processos de interpretação como veremos mais à frente.

Apesar de todo esforço jornalístico para manter-se neutro, isento de posicionamento, o relato da notícia se insere em um contexto sócio-histórico-econômico, no qual é preciso usar os recursos da mídia para tornar possível a veiculação da notícia. Estamos falando do poder financeiro, que é o que permite que a notícia se estabeleça em um veículo de comunicação. Esse é o poder que autoriza, baseando-se no lucro que pode ser gerado com o consumo da reportagem, consumo esse que pode acontecer de diversas maneiras a partir do discurso digital (compra, clique, visualização, compartilhamento etc.). Uma reportagem que não gera consumo é uma reportagem que não interessa à empresa e que, portanto não deveria ser autorizada. Isso desloca a própria questão da função do jornalismo como informação ou relato de fatos para a necessidade de consumo de informação e de “relatos de fatos”. A notícia segue o ordenamento de obedecer a um interesse pré-determinado por um seguimento que visa o

lucro, assim a mídia vai ordenando, recortando e construindo a realidade, determinando a “ordem do discurso” (FOUCAULT, 2003).

Para Foucault⁴ (2003, p. 49),

[...] o discurso nada mais é do que o jogo, de escritura, no primeiro caso de leitura, no segundo de troca, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante.

De acordo com Foucault (2003), o discurso se conecta a redes de outros discursos e estabelece sentidos de valores de uma sociedade, que devem ser autorizados. O discurso transcende um encadeamento lógico de ideias, palavras ou frases que tem a pretensão de um significado, ele é uma ordem, uma organização de funcionamento de um imaginário social. Ainda citando Foucault (2003, p. 10),

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso- com a psicanálise nos mostrou- não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto de desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar- o discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder no qual nós queremos apoderar.

Foucault (2003) nos fala, ainda, que o discurso pode ser entendido como uma rede, uma conexão entre discursividades, que ao mesmo tempo em que registra, se produz estabelecendo valores, verdades que iram gerenciar a sociedade. O discurso, assim, passa a ser um instrumento de poder que controla o funcionamento social através da construção de um sistema de verdades que se estabelecem de acordo com aquilo que a norteia no momento. O sujeito passa a ser o agente de propagação dessa verdade que se estabelece através da discursividade. Discursividade que é instrumento de propagação e de produção de sentidos.

1.5. Discurso e Relações de Poder

⁴ Foucault é um grande estudioso do discurso, e é um dos responsáveis pela construção do conceito do discurso. No entanto, vale salientar que há uma diferença entre o discurso conceituado por Foucault do conceito de discurso articulado por Pêcheux e desenvolvido por Orlandi, na AD, sem que com isso um exclua completamente o outro. O conceito de discurso em AD pode ser entendido através da definição de Pêcheux (1990, p. 18) que se refere ao discurso como sendo aquele que só pode ter sentido para o sujeito se o mesmo identifica esse como pertencente a uma formação discursiva determinada. Para Foucault (2003, p. 10) "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar", assim, o discurso para ele é da ordem do desejo e do poder.

Para Foucault (2003), o poder não se restringe ao Estado, ele é uma relação de forças. Se o poder é uma relação de forças, segundo Lopes e Dittrich (2004, p. 6), podemos afirmar que,

[...] o discurso (incluindo o discurso jornalístico) é um dos principais instrumentais de inserção de noções de verdade na realidade social em que se insere nas micro relações e/ou nos grupos em que se enquadram. Isso nos leva a pensar nas possíveis consequências que essas relações de poder geram no social. Cria-se a possibilidade de uma tentativa de selecionar, de direcionar e de disciplinarizar a compreensão / a interpretação do receptor do discurso, no nosso caso do leitor. Num certo sentido, podemos dizer que há um “efeito leitor” a ser convencido.

O discurso é um arranjo que liga o sujeito ou os grupos às ditas verdades, produzindo formas de relacionar-se de maneira a criar delimitações de como compreender o fato, o acontecimento. É através do discurso, e no nosso caso estamos falando do discurso jornalístico, que as “verdades”, aquilo que se deve saber, chegam ao leitor, e é através dessa discursividade que cria-se a verdade, que delimita-se a possibilidade de interpretação e de compreensão.

Ao longo do presente trabalho, concentramos nossos esforços em analisar o discurso jornalístico “relatando” conteúdos científicos que no caso são referentes à “doença” mental, tema que se enquadra na ciência. Segundo Orlandi (2004, p. 134),

O discurso da divulgação científica não é uma soma de discursos: não é ciência mais jornalismo, igual a divulgação científica. Ou ciência mais meios (a informática etc.) igual a divulgação do conhecimento. Ele é uma articulação específica com efeitos particulares, que se produzem pelo seu modo mesmo de circulação, ou seja, se um conhecimento vai circular em um percurso fechado, ou se vai circular mais abertamente em vários lugares, isso já está na própria maneira como ele está significando, como ele está sendo formulado e, portanto não é indiferente ao seu modo de produção.

No caso da divulgação científica em pauta, estamos trabalhando com o discurso científico que é transferido para o discurso jornalístico. Dizer que há uma transferência do discurso científico para o discurso jornalístico significa dizer que houve um deslizamento, um processo metafórico causando um efeito de sentido outro. “A imprensa [...] é uma instância bem cotada simbolicamente para o recorte temático de representação do mundo” (MARTINO, 2011, p. 54). O jornalista se ocupa de um fato, um episódio envolvendo o comportamento humano, referencia este a um conhecimento científico e o “traduz” para uma linguagem jornalística, que poderia ser considerada já uma segunda tradução do objeto primeiro, o comportamento humano.

Para o jornalista, “contar histórias” significa relatar um fato, desenvolver uma narrativa minimamente coerente que contemple um começo, um

desenvolvimento de acordo com regras estilísticas - chamada “pirâmide invertida” – e um fim, envolvido em uma série de fatos anteriores (MARTINO, 2011, p. 54, grifos do autor).

Considerando o que foi colocado sobre o discurso jornalístico, é possível pensar que o *corpus* da presente pesquisa, construído a partir de um material que tem como tema um comportamento humano que chama a atenção pela diferença (uma “doença” mental), podemos considerar que o jornalista observa esse fato (comportamento humano que foge da “normalidade”), que julga ser um “conhecimento” ou “informação” que devia ser levada até o leitor. Para que o jornalista possa criar um dizer sobre esse comportamento humano que foge do considerado normal, o jornalista busca pelo conhecimento científico para embasar o que será dito sobre esse comportamento “anormal” e após esse processo ele o transcreve em linguagem jornalística. Essa linguagem jornalística tem a característica de ser “isenta de opinião”, mas que precisa usar recursos que chamem a atenção para que a notícia seja consumida. A questão é pensarmos nos poderes que estão atuando nessa transposição discursiva e nas possibilidades de interpretações criadas. “Vai haver uma interpretação de uma ordem do discurso que deve produzir um lugar de interpretação em outra ordem do discurso. [...] a divulgação científica é uma *versão* da ciência” (ORLANDI, 2004, p. 134).

Segundo Orlandi (2004, p. 139-140), a versão da ciência criada pela divulgação científica traz consigo um distanciamento entre o que está sendo dito pelo cientista e aquilo que está sendo relatado sobre o que ele diz, é o dizer do que foi dito. Esse distanciamento é silenciado criando a ilusão de que está se ouvindo diretamente a ciência ou o cientista. Como se nessa transposição discursiva não houvesse o jogo da ideologia midiática.

Ao analisarmos as reportagens e manchetes recortadas (como será visto mais à frente do trabalho), o discurso jornalístico foi suscitando análises que nos levaram a considerar efeitos da mídia na produção dos sentidos. Já que o discurso jornalístico parece sofrer uma forte influência do discurso midiático, tomamos a mídia como um dos focos de nossa reflexão. Gregolin (2003, p. 96) afirma que

[...] a mídia produz sentido por meio de um insistente retorno de figuras, de sínteses-narrativas de representação que constituem o imaginário social. Fazendo circular essas figuras ela, constrói uma “história do presente”, simulando acontecimentos em curso que vem eivados de signos do passado.

A mídia é a palavra de ordem do discurso da modernidade (CHARAUDEAU, 2015), por sua grande circulação, realiza mais do que apenas “espelhar” um imaginário social ou representar eventos temporais de uma sociedade ou de uma globalização. A mídia, que compreende os meios de comunicação em massa, se relaciona aos processos de produção,

circulação de texto, tomado aqui no sentido de unidade imaginária que coloca certo funcionamento discursivo em marcha (ORLANDI, 2001), como, por exemplo, as novelas, noticiários, *outdoor*, revistas etc. Como vimos, ela pode fazer parte ou não do mundo digital. Seja ela pertencente ao mundo digital ou não, ela se relaciona aos modos de produção de subjetivação, através da projeção de imagens que afetam a constituição de sujeitos e sentidos, na relação com a verdade, como efeito de transparência e evidência.

Para Charaudeau (2015, p.18-19) a mídia é um suporte organizacional que tem o objetivo de fazer viver uma empresa, “as mídias manipulam tanto quanto manipulam a si mesmas [...] As mídias acham-se, pois, na contingência de dirigir-se um grande número de pessoas [...] As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público”. Podemos dizer que a mídia funciona sob a lógica econômica (tendo assim, a finalidade de produzir um produto a ser consumido) e uma lógica simbólica que faz com que “todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública” (CHARAUDEAU, 2015, p. 21).

A mídia é um grande mediador entre sujeito e mundo, na contemporaneidade. Ela interfere na relação sujeito-sujeito, ela promove uma aproximação com o outro, aproxima quem está longe, criando a possibilidade de identificação ou de oposição com este e criando uma memória social relativamente estabilizada, sobre os “acontecimentos históricos”. Em certo sentido, a mídia é capaz de planificar os acontecimentos, linearizá-los pelo modo como se os formula, conferindo-lhes uma temporalidade e relações de causalidade que tendem à estabilização dos sentidos referentes a esses acontecimentos.

A mídia aparece como um relato de uma verdade do “aqui e agora”, especialmente com a chegada do digital, sem necessariamente um compromisso com o passado, ou com a consideração das tensões e disputas que tendem a se apagar. Acrescentaríamos que é uma verdade instantânea, que perde sua veracidade pela sobreposição do amanhã, ainda mais “bem informado”. A mídia traz a novidade e a nova verdade do hoje, do atual, dando a sensação ao sujeito leitor de estar sempre se atualizando ou ser atualizado, afinal “ninguém lê o jornal de ontem”. Ela produz transparência, fazendo funcionar relações hierarquizadas de poder, colocando-se em uma posição de detentora do Saber e acaba como colocamos antes, produzindo efeitos de sentido de verdade sobre aquilo que diz. Pensando que o mundo hoje é povoado pelo discurso midiático, nos tornamos sujeitos guiados e dominados por ele, sujeitos que necessitam do novo, que acredita precisar do consumo, de consumo de informação, um novo que fluido, pois “a atualidade não seria mais a do dia (*jour-nal* ou diário), mas o

chamado tempo real” (SILVA, 2016, p. 1066). A mídia passa a ocupar o lugar daquele que sabe do outro, que fala do outro para um distinto outro, assim como no discurso jornalístico.

Esse meio de comunicação em massa, chamado mídia, interessa-se pelo debate, por fazer circular a “informação”, tornando-a um produto a ser consumido, supostamente necessário para o sujeito moderno, sujeito esse que se constitui como aquele que está sempre e a todo momento “absorvendo informação”. Daí surge a necessidade do jornalismo que se dedicaria a “fatos científicos” produzir-se no entremeio entre os discursos jornalístico e midiático, ele precisa traduzir o fato científico em notícia, e esta, em produto. Isso nos conduz à afirmação de que o discurso jornalístico obedece as regras do mercado. “Mas falar de ‘mercado’ é falar de um público consumidor, logo, da possibilidade de atingi-lo num sistema de econômico de livre concorrência” (CHARAUDEAU, 2015, p. 21).

O discurso jornalístico se constrói dentro desse universo comandado pelo discurso da mídia e é afetado por ele. Portanto, podemos dizer que o discurso jornalístico, seja impresso, digital ou televisivo tem em seu centro a necessidade de obedecer às regras midiáticas, que o tiraria ainda mais da posição de neutralidade e o colocaria na posição de obediência aos funcionamentos da lógica capitalista que rege o discurso midiático. Nesse momento, podemos afirmar que certas reportagens ou a manchetes científicas (como as que serão aqui apresentadas) se constituem enquanto um lugar privilegiado de encontro entre o discurso jornalístico, o discurso científico e o discurso midiático.

A tecnologia e a ciência constituem as práticas do nosso dia-a-dia. Essas práticas são aproximadas dos sujeitos também por meio da informação cuja responsabilidade é com frequência imputada ao jornalismo. Ao trazer o discurso científico, o discurso jornalístico transforma o “fato científico” em “informação”, que seria de mais fácil compreensão para o leitor leigo, que dificilmente compreenderia o “fato” em sua formulação original. Apesar de todas as regras que regem o discurso jornalístico e o científico, para Nunes (2005, p. 19),

[...] tanto o discurso científico quanto o discurso jornalístico apresentam deslizes na instauração da objetividade – com a troca de uma pronominal por outra, a utilização da metáfora na conceituação e designação de termos científicos, ou ainda na escolha de verbo introdutor ou finalizador do discurso relatado, por exemplo. Estes deslizes materializam-se no fio do discurso (intradiscurso) de maneira muito sutil [...]. Porém, há indícios da presença de subjetividade, seja de forma explícita, através do dito, ou de forma implícita, através do não-dito, porém já dito (interdiscurso).

Essas relações entre subjetividade e objetividade são, em certo sentido, modalizadas pelo modo como a materialidade da mídia afeta o discurso jornalístico. Para abordar essa especificidade, buscamos articular as análises à noção de espetáculo (DEBORD, 1997), à medida em que encontra-se em funcionamento a transformação da notícia em objeto de

consumo e de espetáculo, às custas, muitas vezes, da banalização do discurso científico como veremos ao longo dessa tese.

Segundo Fávero e Schons (2009, p. 23), “o contato do leitor leigo com o universo da ciência e da tecnologia é o objetivo do texto de divulgação científica. É nesse sentido que muitas produções funcionam como traduções do discurso científico”. Esse funcionamento de tradução pode produzir no sujeito leitor o sentido de uniformidade/igualdade/cumplicidade entre o discurso jornalístico e o discurso científico. “Traduzindo” o discurso científico, surge o risco da vulgarização do discurso científico visto que nessa transposição de universos semânticos, há uma série de rupturas e transformações e não uma simples linearidade. O compromisso do jornalista é com um relato que seja possível de ser entendido pelo leigo e o cientista se compromete com a precisão e não com a inteligibilidade por parte do leitor leigo do que escreve. No discurso jornalístico, há a (re) produção do conhecimento científico, que obriga o jornalista a utilizar outra forma de linguagem que não corresponde ao rigor da ciência, uma vez que a forma de linguagem da ciência pode ser intangível para o leitor leigo – voltamos assim, à concepção do jornalista tradutor.

Assim, o discurso científico na contemporaneidade pode ser notícia, notícia a ser comercializada, vendida, popularizada, consumida, e o discurso jornalístico se encarrega dessa missão, realizando-a através dos meios de comunicação, escrita, oral, digital, criando uma tensão entre ambos os discursos à medida que o jornalista usa uma construção de conhecimento que produz falhas, rupturas e desvios do discurso científico. Por fim, passamos, no capítulo seguinte, a observar de que modo o discurso jornalístico, em parceria com o discurso científico, se transfigura como midiático ao veicular o “fato científico” como “espetáculo”.

Capítulo 2

Discurso midiático, arquivo e espetacularização na contemporaneidade.

“De homem a homem verdadeiro, o caminho passa pelo homem louco”
Michel Foucault

O ponto de partida do nosso trabalho se deu a partir da análise da reportagem do dia 5 de maio de 2005 da revista *Veja*, reportagem que se intitulou “Mentes que aprisionam” (Anexo I). A fim de que procedêssemos a uma análise discursiva desse material, mobilizamos, compondo, portanto, o dispositivo analítico, as noções de arquivo e equívoco do modo que a Análise do Discurso as compreender, assim como, trabalhamos com conceitos trazidos por autores como Pêcheux, Eni Orlandi, Derrida, Foucault entre outros. Vale ressaltar que o objetivo da Análise de Discurso (AD) não é o de “descobrir o que o autor quis dizer”, mas analisar/compreender as diferentes interpretações que um texto pode receber, por meio da consideração do que pode ser dito e o que foi silenciado.

2.1. Noção de Arquivo

A palavra “arquivo”, tomada pelo senso comum, costuma nos remeter a guardar, organizar informações, sistematizar. Procurando no dicionário virtual de português Michaelis encontramos:

ar.qui.vo1

sm (lat *archivu*, do gr *arkheîon*) 1 Casa ou móvel onde se conservam ou guardam documentos escritos. 2 Repositório ou coleção de qualquer espécie de documentos ou outros materiais, como manuscritos, fotografias, correspondência etc. importantes para as instituições civis ou governamentais, ou de valor histórico. 3 Conjunto de tradições. 4 Indivíduo que retém tudo de memória. 5 Registro. 6 Título, no singular ou plural, de publicações de sociedades científicas: *Arquivos de Biologia*. *A. morto*: o de documentos muito antigos, numa repartição, e que raramente é consultado. *A. público*: Repartição oficial onde se conservam documentos do governo. *A. vivo*: o de documentos de interesse no presente.

arquivo²

ar.qui.vo2

sm (de *arquivo*¹) Seção de dados num computador, como lista de endereços,

textos, contas de clientes, na forma de registros individuais que podem conter dados, caracteres, dígitos ou gráficos. [...]

É interessante notar que hoje há a necessidade de especificar qual é o arquivo sobre o qual estamos falando, se ele refere-se ou não ao digital, como pode ser observado a partir da inserção da palavra *arquivo* no campo de buscar do *Google*, resultando nas seguintes imagens:



Figura1. Imagens de arquivos no *Google Images*.

Todas essas imagens nos remetem ao sentido de “organização”, “documentação” e porque não dizer de “memorização”. Ao mesmo tempo em que também nos leva à observação da modificação do arquivo com a chegada da tecnologia, o que nos permite pensar os modos de constituição atuais de sentidos e sujeitos pela tecnologia digital. São imagens que se referem às informações que estão armazenadas de acordo com um ordenamento que permite acessá-las. Essas informações podem ser comparadas a documentos que foram institucionalizados, que fazem parte de uma memória que se forma ao longo da história.

De acordo com Orlandi (2002, p. 11),

O arquivo em análise do discurso é o discurso documental, memória institucionalizada. Essa memória tem relações complexas com o saber discursivo, ou seja, com o interdiscurso, que é a memória irrepresentável, que se constitui ao longo de toda uma história de experiências de linguagem. Trabalhar a relação entre estas formas de memória, sem deixar-nos dizer pelas nossas preferências, pelos nossos compromissos, e também não sermos ditos por uma história sempre já- contada, é um exercício de método e disciplina.

“No arquivo, o dizer é um documento, atestado de sentidos, efeitos da relação de forças” (ORLANDI, 2012, p. 172). Ler um arquivo ou discurso documental compreende gestos de interpretação, que permitem se aproximar de uma história silenciada. Compreende ainda levar em conta em que condições ele foi produzido, quem o escreveu, para quem escreveu. Há, nesse ato, um confronto do político e do poder.

Para Foucault (2003, p. 147), “o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”. Nessa perspectiva, a noção de arquivo traz consigo a ideia do que se quer legitimar e assim deve permanecer registrado, pois pode ser dito. Mas é preciso lembrar que há o que não pode ser arquivado, que deve ser esquecido ou substituído pelo que pode ser arquivado.

Na citação abaixo, podemos observar Pêcheux (1975, p. 66) considerando as diferentes maneiras de ler o arquivo:

[...] tomar concretamente partido, no nível dos conceitos e dos procedimentos, por este trabalho do pensamento em combate com sua própria memória, que caracteriza a leitura-escritura do arquivo, sob suas diferentes modalidades ideológicas e culturais, contra tudo o que tende hoje a apagar este trabalho.

Arquivo é tratado, por Pêcheux (1975), como conjunto de documentos relacionados e disponíveis sobre um assunto. O fato de esse arquivo encontrar-se disponível indicaria que possui uma determinada organização. Pretendemos retomar esse funcionamento que articula arquivo e organização que, por sua vez, é acompanhada por certa administração dos sentidos, quando procurarmos mais detidamente compreender a produção de sentidos no texto jornalístico que “divulga” o “fato científico”, uma vez que nesse discurso é possível observar gestos de leitura que incluem o sujeito-leitor e o sujeito-autor.

Podemos pensar que o arquivo contempla os textos documentais, o que nos leva a considerar sua relação com a história naquilo que ele realiza um jogo entre memória e esquecimento. O arquivo não é um simples acúmulo de informações, um armazenamento. Na Análise do Discurso, o arquivo é uma possibilidade de interpretação, está sujeito a gestos de leitura, nele há uma confrontação de interpretação. Analisar os arquivos nos leva a compreender gestos dessa interpretação que possibilitou a sua formação. Compreendemos, a partir daí, de maneira distinta também a institucionalização e até mesmo a finalidade do arquivo em pauta. Retomando Pêcheux (1975, p. 49), arquivo é um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”.

Ao considerarmos o arquivo, é preciso também considerar o conceito de memória. Orlandi (2006, p. 9) explica que a constituição do discurso implica na memória do dizer, e o

que nos leva à intervenção do contexto histórico-ideológico mais amplo, a sua formulação relacionada às condições de produção, e à circulação do discurso que ocorre em certa situação e segundo certas condições. Nesse momento, estamos nos referindo à memória discursiva que, para Pêcheux (1975), é a memória constituída pelo esquecimento. É aquela que propõe que algo fala antes, produzindo o efeito do “já dito”. Ela funciona antes, em outro lugar, independentemente do sujeito, mobilizando e constituindo os sentidos. Pêcheux (1999, p. 52) afirma que,

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Assim, a memória discursiva é muito mais do que aquilo que foi formulado no dito ou do que o outro “ouviu”. Não há um esgotamento de possibilidades do dito. A textualidade é função da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade. É pensando a relação do texto com sua exterioridade que podemos pensar não a função do texto, mas seu funcionamento (ORLANDI e LAGAZZI, 2006). Textualidade definida dessa forma pode ser remetida a momentos históricos que lhe conferem sentidos, sejam esses efeitos de sentidos mais ou menos “nítidos” ou uma inesgotável possibilidade de interpretações daquilo que é inscrito no simbólico, e que buscarão ser sustentadas por aqueles que falam, a partir de seu lugar nessa história.

Para Orlandi (2013, p. 30), a memória discursiva é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. São todos os enunciados já ditos em algum momento, em algum lugar, e mesmo aqueles que não foram efetivamente ditos, que são mobilizados afetando o dizer, o fio do discurso, no momento mesmo da sua formulação. A formulação diz respeito a “dar corpo ao sentido” (ORLANDI, 2001, p. 9). A autora coloca ainda que “no jogo da língua é que se vai historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada ela ideologia e pelas posições relativas ao poder [...] O que é dito em outro lugar também significa nas nossas palavras” (ORLANDI, 2013, p. 32).

Na presente pesquisa foi possível observar as marcas que o discurso midiático realizou no discurso jornalístico, resultando em um discurso que se localiza nos entremeios do que o jornalista nos “conta” sobre “doença” psíquica. Nas análises, que traremos mais à frente, é possível observar uma série de apagamentos (não-ditos) que parece funcionar no sentido de constituir esse discurso que visa uma transferência do campo científico para o campo

jornalístico: observamos o apagamento da palavra *transtorno*, outras vezes o apagamento do *sujeito*, sendo que o nome da “doença” (por exemplo, “depressão”) toma o seu lugar.

Melo (1999, p. 100) comenta que “a noção de memória discursiva exerce, portanto, uma função ambígua no discurso, na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os apagamentos que opera”. A memória discursiva permite a possibilidade de toda formação discursiva produzir e operar formulações que retomam outras, anteriores, que já foram enunciadas. Ao mesmo tempo, sabemos que essa formulação, por ser o palco de uma tensão entre paráfrase e polissemia, também retoma, reformulando, os não - ditos, produzindo, por sua vez, uma série de (novos) apagamentos. O discurso significa por sua inscrição a uma dada formação discursiva historicamente constituída e não pela vontade do enunciador.

A memória relaciona-se à própria produção dos sentidos, sendo também constituída de esquecimentos. O esquecimento é estruturante, no sentido em que um discurso está relacionado a outro discurso que já foi dito. Segundo Achard (2007), o passado aparece mediando os sentidos, o que permite inseri-lo no discurso concreto no qual estamos localizados. Esses sentidos que são memória no discurso funcionam como “pré-construídos” (HENRY, 1992).

Há no texto uma historicidade, essa permite múltiplas relações com o texto. Segundo Orlandi (2008, p. 10), há mais de uma possibilidade de leitura para um mesmo texto, pois de acordo com a condição e interesse em que a leitura ocorre, o resultado pode se alterar. A mesma autora (2008, p. 11) coloca que “os sentidos que podem ser lidos, então, podem não estar necessariamente ali, nele. O(s) sentido(s) de um texto passa(m) pela relação dele com outros textos.” Isso cria a possibilidade de lermos não só o que está autorizado a ser lido, como também o que está silenciado, mas que também significa. A leitura desses apagamentos se torna possível a partir do momento em que nos encontramos munidos do aparato teórico e analítico da AD, que permite uma leitura do especialista (ORLANDI, 2001). Lembrando Pêcheux (1983, p. 22) “a língua é voltada ao equívoco; todo o enunciado é suscetível de tornar-se outro, de se deslocar discursivamente de seu sentido”.

2.2. O Equívoco

Para a AD, o equívoco está estritamente relacionado à própria noção de língua. O equívoco é considerado como não sendo um problema e sim um modo de ser da língua, não se

trata de um mal necessário e sim uma característica constitutiva da língua, que não está para ser resolvida ou cultivada, mas considerada no funcionamento da produção de sentidos.

Na verdade a língua se equivoca e nós mesmos cometemos equívocos. É curioso como se constrói esse estigma, associado normalmente a um verbo (cometer) que costuma frequentar as rodas do campo semântico da criminalidade. É assim que se comentem fraudes, delitos em geral, loucuras e também (por que não) equívocos [...] (FERREIRA, 1994, p. 12)

Orlandi (2013, p. 22) propõe que “nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinantes históricos, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos”. Assim pensado, poderíamos dizer que um mesmo discurso pode produzir uma multiplicidade de sentidos. “Como a linguagem tem uma relação necessária com os sentidos e, pois, com a interpretação, ela é sempre possível de equívoco. Dito de outro modo, os sentidos não se fecham, não são evidentes, embora apareçam ser” (ORLANDI, 2007, p. 9).

Um texto pode ter variadas interpretações, o que não equivale dizer que ele pode ter qualquer interpretação. Ao se ler um texto, as imagens cores, traços de materialidade visual e no caso dos textos digitais também os *links*, sons, vídeos etc. são significantes (LAGAZZI, 2011). Nesta perspectiva todos os itens citados acima são significantes, e as relações estabelecidas entre eles significam, e é sobre essas várias possibilidades relacionais que o sujeito realiza suas interpretações, em outras palavras de acordo com as condições de produção e com a historicidade o sujeito entra em contato com os dizeres dando sentido aos mesmos. Nas palavras de Lagazzi (2011, p. 503),

Na perspectiva discursiva materialista, endossamos essa concepção de que o sujeito não domina os sentidos, não diz o que quer dizer, mas sim o que é possível ser dito, a partir das posições-sujeito que o constituem. Somos pegos em possibilidades que a língua nos oferece em sua relação com a história, pegos em evidências que nos identificam nas posições-sujeito que recortam os dizeres a partir das condições de produção. A perspectiva discursiva materialista reconhece que as condições de produção funcionam como determinações históricas que não ficam visíveis para o sujeito conscientemente, mas que o coagem a responder às demandas que se impõem a partir das relações de força que organizam nossa sociedade capitalista, uma sociedade que se estrutura pela venda da força de trabalho de todos, nas mais diferentes funções que possamos ocupar e com os mais diferentes salários que recebamos.

Assim, podemos dizer que há uma busca de sentido naquilo que escapa à língua ou, dito de outra forma, que um discurso que tem a marca da falta. Há uma criação discursiva que permite construção e desconstrução, e é nessa possibilidade de fazer e desfazer que

encontramos o equívoco, nesse funcionamento de incompletude da língua, uma língua marcada pela falta. Direcionando essas articulações sobre o equívoco para o real, podemos dizer que há apenas um real e que este escapa a língua. Portanto, na língua o que se tem são possibilidades de manifestação desse real. Temos uma língua afetada pelo real, real que escapa a língua. O equívoco é que nos possibilita perceber marcas desse real que não conseguimos alcançar, por isso precisamos do trabalho do simbólico⁵ e do imaginário, para conseguirmos apreender. E nessa fenda, nessa fissura da língua que encontramos o equívoco.

Medeiros (2012) explana sobre o conceito de língua de vento, que para Gadet e Pêcheux, segundo a mesma, se relaciona aos sentidos poéticos, polissêmicos, ambíguos, uma língua permite que o sujeito pense que ele tem liberdade de escolha, ela dissimula os jogos sinuosos com que as formações discursivas advindas dessa formação ideológica determinam seus modos de construir a evidência de sentidos (PÊCHEUX, 1975). A língua não é mais compreendida como um elemento estável, “mas como algo que funciona com a lógica do não todo” (CAVALLARI; CHIARETTI, 2016, p. 201).

Tendo em vista as considerações teóricas sobre arquivo e equívoco, passamos a tomar a mídia como objeto de estudo para pensar de que forma esses conceitos podem contribuir para a compreensão do discurso que pretendemos analisar, como será visto ao longo da pesquisa. Na posição de observadores do discurso, mais do que descrever a fundamentação ideológica na mídia, busca-se enfatizar que esta interpelação não se dá simplesmente pelas novas tecnologias de linguagem, isto é, pelas possibilidades empíricas das múltiplas materialidades textuais, inseparáveis na produção de efeitos de sentidos (MEDEIROS, 2012). A interpelação ocorre na formação ideológica, sendo que um dos fundamentos dessa formação ideológica constitui-se justamente da heterogeneidade de sentidos que produz em sua discursividade (idem).

⁵ Segundo Braga (1999, p.84-85) “O imaginário é o registro psíquico correspondente ao ego (ao eu) do sujeito, cujo investimento libidinal foi denominado por Freud de Narcisismo”. Já o simbólico para a mesma autora é “o lugar do código fundamental da linguagem”. Ele é lei, estrutura regulada sem a qual não haveria cultura.

2.3. Linguagem e Tecnologia

Essa seção se origina da consideração da importância de compreender o digital na constituição dos sentidos que estão em funcionamento nos materiais analisados. O digital, com sua materialidade própria, nos permite retomar questões que dizem respeito às novas formas de identificação e as necessidades do mercado. O digital se sustenta a partir de novos modos de circulação, que por sua vez, constituem os sentidos, permitindo uma série de novas interpretações. O digital pode ser ponderado como “[...] um arquivo em constante organização e reformulação, ou seja, sem um ponto final preciso, uma vez que imagens as mais variadas podem ser incluídas na proposta de sua constituição” (MARIANI, 2016, p.17). Se pensarmos o digital como uma nova forma de circulação de sentidos e que obedece a certas condições, acreditamos ser acertado refletirmos sobre o mercado.

É possível pensar a partir da colocação de Payer (2005, p. 15) ao considerar o mercado escreve:

Texto fundamental do mercado: um grande e disperso texto pelo qual o sujeito é constituído na Sociedade contemporânea, assim como o Texto Bíblico funciona como base para a constituição do sujeito em face da Instituição Religiosa na idade média e o Texto Jurídico (constituição de lei) foi base para a constituição do sujeito junto ao funcionamento do estado moderno.

Um pequeno recuo no tempo nos permite pensar na figura do sujeito religioso que estava sob a custódia do texto bíblico, e que posteriormente é substituído pelo sujeito jurídico, que, por sua vez, se submete ao texto comandado pelo Estado. Mais recentemente, podemos considerar que nos encontramos frente ao sujeito midiático com o texto submetido à tecnologia, ao funcionamento do digital, à globalização. Na contemporaneidade o sujeito se constitui pautado em um discurso do mercado, vinculando a identidade dos sujeitos a uma lógica do mercado a qual a mídia não escapa. Há um imperativo relacionado ao mercado e ao modo como o consumo se organiza, que diz que precisamos do novo e que o velho é descartado.

Com o discurso da mídia, a inserção da imagem tornou-se não só possível como esperada. A mídia encontra-se com frequência bastante alinhada ao funcionamento do capitalismo, reforçando um dualismo entre o novo e o velho. Ao analisarmos o texto jornalístico cujo funcionamento absorve o do discurso midiático, observamos essa dualidade entre o novo e o velho já que a notícia de ontem não é lida ou consumida mais, a notícia de hoje vai ser descartada amanhã, pois entra no velho, ressurgindo a necessidade da reportagem

de amanhã. Assim, a notícia passa a ser vista como um produto a ser consumido. As revistas na atualidade como já mencionamos anteriormente, encontram-se tanto na sua forma original (papel) como em um formato tecnológico (digital), em ambas as possibilidades é possível dizer que a revista é uma mídia de informação, no sentido de funcionar em duas perspectivas, a da lógica econômica e da lógica simbólica.

A lógica econômica faz com que a informação se torne uma empresa e, portanto nessa lógica ela precisa da produção de um produto, pois ela está inserida em um mercado de bens de consumo. No que se refere à lógica simbólica, podemos articular que ela participa da formação da opinião pública (CHARAUDEAU, 2015, p. 21). A lógica simbólica na reportagem que circula através do discurso jornalístico contribui para a formação do imaginário de que o jornalista relata o fato real, colocado de outra forma, a informação contida na reportagem é da lógica da verdade.

Porto (2002, p. 229) coloca que:

Em primeiro lugar porque não são propriamente processos de tomada por parte do espectador, do ouvinte ou do leitor, mas estratégias de condescendência por parte do locutor e são, como tais, selecionadas a uma seleção realizada pela própria instituição midiática. Em segundo lugar, porque não se trata de procedimentos de interlocução, mas também simulacros da interlocução, procedimentos artificiais mais ou menos sofisticados.

Diante dessas afirmações, a reportagem é uma construção afetada por diversos fatores, inclusive relacionados à posição que ocupa aquele que a escreve, podendo ser vista como uma construção social que obedece a interesses, no caso da mídia e, portanto, como bem de consumo. Para Gregolin (2007- p. 97/98):

O que os textos da notícia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação de sua relação com a realidade concreta. O real é, pois sobre determinado pelo imaginário, nele os sujeitos vivem relações e representações reguladas por sistemas que controlam e vigiam a aparição de sentidos.

Esses sentidos são constituídos pelo próprio funcionamento da mídia, que em parceria com o mercado, interpela o sujeito como o consumidor de informações, que por sua vez, devem sempre estar relacionados ao *novo*, não no sentido de criatividade, mas temporalmente novo. O consumo da notícia passa pelo crivo do jornalista ou pelo crivo de uma instituição de jornalismo que diz o que deve ou não ser publicado, o que deve ou não virar reportagem.

A imagem do indivíduo (em seu papel social) ideal surge ao apresentarmos modelos midiáticos relacionados ao tema proposto pela reportagem. Esses modelos midiáticos, muitas vezes aqueles em alta na televisão, nas passarelas, estão ali fazendo com que a (possível)

identificação funcione a partir de uma lógica do ideal, da felicidade, do possível e da confiabilidade.

Observaremos que, no material analisado, diversos artistas, escritores etc. são significados como sendo portadores de uma “doença” psiquiátrica, exemplo disso, é que na reportagem intitulada “Mentes que aprisionam” (anexo I), encontramos a citação de artista como Luciana Vendramini (atriz), Franz Kafka (escritor) e Glenn Gould (pianista), como exemplo de pessoas que têm o Transtorno Obsessivo compulsivo (TOC). O que nos permite considerar que, como efeito dessa exemplificação, criação de modelos de “doença”, haveria a produção de um efeito de aproximação entre “sucesso” e “doença”. Essa aproximação do sentido de “doença” ao sentido de “sucesso” poderia ser entendida como uma possibilidade de aproximação do leitor ao tema – informando-se ao mesmo tempo em que sabe da vida de algum famoso; poderia ainda ser entendido como uma permissão para que o leitor se veja com a “doença” ou que aceite ter a mesma, pois se o sujeito midiático a tem (e tem o supostamente desejado sucesso e aprovação), o sujeito-leitor também poderia tê-la e isso não representar impossibilidade de sucesso. Segundo Payer (2005, p. 12),

Há toda uma retórica do convencimento que os indivíduos procuram cada vez mais seguir, como modelo, a fim de ‘passar a sua mensagem’. Desta performance faz parte um modo de enunciação certo e firme, sem indecisões, tropeços, sem reticências ou rupturas sintáticas.

Isso nos levanta uma inquietação sobre como está posto no discurso esse funcionamento relacionado ao consumo, essa dualidade do novo e do velho, do poder ou não ter uma “doença”. Essa inquietação também aparece ao pensarmos as posição-sujeito em jogo nesse discurso (quem fala e para quem se fala). Essa posição, como sabemos, deve ser considerada como parte da produção de sentidos e por isso deve ser levada em consideração na análise discursiva. Tendo como *corpus* a pesquisa de reportagens e títulos de reportagens sobre transtornos psiquiátricos, entender de que lugar está sendo enunciada a “informação” e para quem está sendo falado pode nos ajudar a compreender os sentidos que se constituem ali.

O lugar do pré-construído, do já-lá e da interpelação ideológica também entram na discussão. O efeito de interpelação ideológica aparece no momento em que podemos localizar, por meio de um gesto da análise, um endereçamento da reportagem ao sujeito comum (no sentido de não ser famoso) que possui transtorno psiquiátrico. Esse endereçamento provocaria uma “autorização” ao sujeito comum de ter a “doença”, já que muitas vezes, nas reportagens, encontramos em nossas análises a presença de sujeitos pertencentes ao mundo midiático (famosos) e que são acometidos pela “doença” em

discussão, o que produz um sentido “permissão” de ter a doença e sucesso concomitantemente, já que o modelo de sucesso, o sujeito pertencente à mídia, as tem.

Retomando Medeiros (2012), a mídia se relaciona à “verdade” de uma parcela da sociedade em um determinado momento de sua história. A autora chama ainda a atenção para o fato das identidades serem construções discursivas estabelecidas pelos jogos de micro poderes. Assim, o que seria o normal, o ser louco, o terrorismo, o refugiado, o excluído, a vítima senão construções desses jogos? Poderíamos completar essa indagação perguntando o que é ser doente ou não doente, se não uma convenção de um jogo de interesses ideológicos e capitalista? Com o surgimento do CID ou do DSM (sendo ambos manuais que têm a finalidade de catalogar doenças), que objetivam criar uma “comunicação mais eficiente” entre os profissionais da saúde, assim como possibilitar um controle sobre as doenças e as assistências em saúde, surge também um critério de normalidade ou doença. Esses manuais classificam a “doença” através de um conjunto de sintomas que recebe um nome, buscando ainda criar (especialmente em suas versões mais atuais) um fundamento biológico. Além disso, o alargamento dos critérios diagnósticos tem como resultado direto o aumento de possibilidades de diagnósticos, fazendo com que cada vez mais seja possível “encaixar” um maior número de indivíduos em uma patologia catalogada nos manuais de doença. Esse discurso científico se apresenta como portador de uma verdade absoluta e objetiva, sendo o mesmo transportado para a realização de um diagnóstico respaldado por essa discursividade.

A pergunta referente ao que é ser normal pode ser respondida pela perspectiva objetiva na qual se mede o padrão de conduta de uma determinada população, sendo que aqueles padrões mais recorrentes podem ser considerados o “normal”. Pela perspectiva normativista, que pensa o ser humano como dotado de um corpo que faz emergir a mente, que regula a relação com os outros e com o meio ambiente, o sofrimento pode ser considerado inerente à condição humana. Isso nos permite alocar a diferenciação entre o normal e o patológico no valor normativo. Enquanto na normativa ser saudável não reside em não ter doença, e sim em poder passar pelo sofrimento e pela doença e se recuperar. (BEZERRA JUNIOR, 2012).

Para Orlandi (1999, p. 41), as identidades resultam dos processos de identificação em que o imaginário tem sua eficácia.

O sujeito passa a ser identificado à imagem “daquele que tem o transtorno”, perdendo a sua singularidade e sendo igualado aos demais pela sintomatologia, sendo, por fim, certificado pela figura midiática que por seu poder pode, a partir de então, autorizar o sujeito a ter o transtorno e continuar sendo um sujeito de direito (e não um “louco” incapaz).

Um pequeno recuo na história da loucura nos parece ser pertinente nesse momento. Platão é um dos primeiros a se aproximar da ideia da loucura. Ele pensa em um conceito de alma. Platão trata da alma de forma filosófica, e também, usando a correlação saúde /mente. Cármites é o primeiro texto onde Platão começa a falar sobre o assunto alma, de forma a relacioná-lo ao corpo. Neste texto, ele trata da doença como sendo causada pela alma, a alma é soberana ao corpo, assim ela tem o poder de adoecer o corpo (FRIA- 2005).

Platão deposita no conceito de alma o de inteligência, o de imaterialidade de invisibilidade. Em alguns momentos, ele localiza a alma em determinadas partes do corpo como a medula, por exemplo. Em seus escritos a doença da alma deixa de ser um sintoma de doença física para ser uma desrazão (FRIA- 2005). Portanto, este é um tema que já antes de Cristo encantava o homem. As doenças começam a ter uma conotação de temor e desafio para o Ser Humano. A lepra é um exemplo delas. Esta movimentou, por vasto tempo, todo o saber médico. Vários leprosários foram criados e, nesse momento em que a lepra era a grande ameaça à imaginação e ao poder de criação, os médicos se voltavam quase que totalmente para esse assunto.

Ao término da Idade Média, a lepra não é mais uma epidemia e os leprosários (lugares de total exclusão) já haviam se multiplicado. Nesse momento, esses leprosários se tornam imensidões vazias que poucos séculos mais tarde são preenchidos por populações de prisioneiros, vagabundos etc. As doenças venéreas tomam o lugar da lepra e também se instalam nos leprosários, levando medo aos próprios e poucos leproso que restam nestes. Porém, não são as doenças venéreas que conquistam a mesma repercussão da lepra nem mobilizam a população e seu imaginário. É a loucura que vem a preencher essa lacuna.

A loucura ressurgiu na Renascença. Esse “renascimento” da loucura aparece com os loucos sendo expulsos para lugares à margem da cidade (FOUCAULT, 2005). Nesse momento histórico, os loucos são proibidos de frequentar as igrejas, os maus tratos são frequentes, chegando ao ponto de alguns serem chicoteados em praça pública. Loucura não era sinônimo de doença, mas de mistério, do não explicado, do poder de ver ou dizer coisas inacessíveis as outras pessoas. Os loucos passam a ser confiados a marinheiros que os embarcavam em uma viagem, que podemos supor que simbolizava entregá-los ao seu destino, imaginando que o contato com a água os purificaria. A loucura, nessa época, era vista como algo sujo que precisa ser liberta de impurezas (FOUCAULT, 2005).

Ao término da Idade Média, a lepra desaparece e os leprosários (lugares de total exclusão) já haviam se multiplicado. No final da Idade Média, “A loucura e o louco tornam-se

personagens maiores em sua ambiguidade: ameaça e irrisão, vertiginoso desatino do mundo e medíocre ridículo dos homens” (FOUCAULT, 2005, p. 14). A loucura começa a ter a face da crítica, sendo o louco cada vez mais representado com destaque e como sendo a provocação da verdade; a loucura toma espaço na arte, na literatura, como um assombramento da imaginação ocidental em seu encontro com a verdade e o questionamento.

A presença da lepra e da sífilis trazia o tema da morte como algo que preenchia o imaginário humano, com a substituição da morte pela loucura há uma provocação da catástrofe que invade o ser humano e anuncia sua demência, trazendo a mesma inquietude. O fascínio da loucura invade o imaginário humano, o louco não é visto como carregando uma patologia, mas como detentor de um saber inacessível e proibido aos demais. Como dizia respeito ao proibido, tinha uma relação com Satã e o fim dos tempos. Na Renascença, o louco era o representante da ameaça, trazida pela verdade (FOUCAULT, 2005).

Essa loucura referida na Renascença tem a mesma forma que a configura nos dias atuais. A loucura (que no passado algumas vezes se dizia “doença da alma”) tem na atualidade um distanciamento da “doença mental”, nomes como “deficiência”, “transtorno” e “síndrome” invadem o espaço do discurso psicopatológico e cotidiano. Pensar na história da loucura nos permite refletir o quanto para o Homem lidar com esse tema sempre foi difícil, a busca por esse entendimento nos faz refletir sobre a importância dos processos de memória histórica que podem funcionar no nome “transtorno” (FOUCAULT, 2005). Pensar sobre a história da loucura é começarmos a pensar sobre a origem do discurso da saúde mental, portanto de grande importância para a presente pesquisa, pois o nome “transtorno” está imerso nesse discurso. Esses relatos sobre a história da loucura permitem pensar como o processo de nomeação loucura/ doença/ transtorno é complexo para o discurso científico, mais ainda se pensarmos no discurso jornalístico que se dispõe a falar desse tema através do discurso jornalístico.

Pensar a mídia em sua historicidade nos leva a pensar nesse movimento que acabamos de descrever, como em outros diferentes movimentos ao longo do tempo e a necessidade na atualidade de usar ícones midiáticos para respaldar o discurso científico, de maneira a criar efeitos de dramatização e estereotipados que “contornam” essas dualidades/controvérsias e concebe a espetacularização. Isso autorizaria o cidadão comum a ter o transtorno e, ao mesmo tempo, fazer parte da “normalidade”, já que figuras célebres e de sucesso, incluídas na sociedade, podem também possuir o mesmo transtorno, como poderá ser visto em detalhes na

reportagem em análise. Fica interessante, nessa ótica, conjecturarmos sobre o sujeito e o poder do mercado. Segundo Payer (2005, p. 15):

Tudo indica que um novo Texto vem adquirindo valor de Texto fundamental na sociedade contemporânea: um texto cujo poder de interpelação sobre os indivíduos vem se equiparando àquele que o Texto sagrado ocupa na ordem religiosa, na Idade Média, e que o Texto da lei jurídica ocupa na ordem do estado Moderno. Este grande texto da atualidade, no meu modo de entender, consiste na Mídia, daquilo que está na mídia, em um sentido amplo, e em especial no marketing, na publicidade. O valor que a sociedade vem atribuindo à mídia – ou o poder de interpelação que a mídia vem exercendo na sociedade – passa a assegurar-lhe o papel de Texto fundamental de um novo e grande Sujeito, o Mercado, agora em sua nova forma globalizada.

Muito há que se considerar sobre este novo texto (Mídia), mas o que em um primeiro momento nos salta aos olhos é sua amplitude, sua extensão. Suas implicações sociais são inúmeras, mas parece que as palavras de ordem seriam sucesso e beleza, facilmente verificável em anúncios veiculados de diversas maneiras e causando variados efeitos de sentido. Outro ponto que julgamos interessante ser considerado é o texto jornalístico que formula como notícia fatos da área da psicologia e da psiquiatria e que vem arquivado⁶ como documentos em revistas de grande circulação. Como isso se produz?

2.4. Mentes que aprisionam

Para nos auxiliar a pensar sobre essa pergunta, e considerando as colocações teóricas acima, trazemos a seguir a análise de uma reportagem da revista *Veja*, a qual já foi anunciada no início deste capítulo. Essa reportagem tem como tema o Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC)⁷. A primeira parte a reportagem dedica-se a definir o TOC e depois passa a exemplificar o mesmo com casos de famosos e desconhecidos.

O título da reportagem, *Mentes que aprisionam*, já nos permite localizar o indício de uma heterogeneidade, uma vez que a palavra “mente” que está presente no universo da psiquiatria ou da psicologia é apresentada na formulação em justaposição à “aprisionam”, que

⁶ Já que no momento em que as letras foram cravadas na folha da revista, ela passa a fazer parte do acervo de reportagens que podem ser consultadas.

⁷ TOC é um transtorno psiquiátrico, descrito no CID-10 e no DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), que tem como base a ansiedade e é caracterizado pela compulsão e pela obsessão. As obsessões compreendem ideias, imagens e pensamentos antigênicos ao sujeito, que invadem a mente de persistentemente. As compulsões são rituais repetitivos com o objetivo de eliminar ou neutralizar as compulsões.

nos remete à prisão, à perda da liberdade. O título sugere que vai ser tratada “a perda de liberdade” causada pela TOC, que, no caso, tem como agente a “mente”.

Essa primeira substituição “mente” – “TOC” poderia nos indicar os sentidos a partir dos quais a mente é significada. No caso, “mente” aparece em uma relação direta como uma “doença”, agindo sobre algo, aprisionando-o. A ausência de um objeto direto após o verbo “aprisionam” (verbo transitivo) marca uma elipse que discursivamente pode ser objeto de investigação. O que está elidido aí? Apagado? Quem ou o quê é “aprisionado” pela “mente”?

2.4.1. "Mente" X "Cérebro"

A nomeação “mente” se apresenta como uma pista de dualidade, pois “mente” na reportagem parece estar relacionado a algo que tem uma definição ao afirmar que é ela que provoca uma ação (“aprisionam”). A partir daí, “mente” poderia ser caracterizado como “aquilo que aprisiona”. Porém, ao remeter o termo ao universo da Psiquiatria ou da Psicologia, esse é um nome que não possui uma definição precisa, absoluta ou localizável, em muitos momentos encontra-se ele denominado apenas pela negação de não ser o equivalente ao cérebro. Todas as disputas (de sentidos) que ocorrem no campo da Psicologia e da Psiquiatria na definição de seu objeto – “mente”, “alma”, “comportamento”, “consciente/inconsciente” etc. são apagadas quando “mente” dá corpo ao objeto, encarnando o referente, como uma evidência que não precisaria de maiores esclarecimentos.

A plena possibilidade de substituição do objeto ao qual a ciência diz respeito parece também funcionar no seguinte recorte que foi realizado na mesma reportagem:

“Os pensamentos repetitivos e as ideias fixas acabam congestionando o *cérebro*”

Ao longo do texto, nomes como “doença” e “transtorno” aparecem como sinônimos ao passo que na CID-10, é estabelecido que se devesse usar a palavra “transtorno” e não “doença” na Psiquiatria para evitar constrangimento que o nome doença pode trazer⁸. Reafirmando essa ideia de contradição com o discurso psiquiátrico, a reportagem traz a afirmação de o TOC ser uma doença em diversos momentos como os recortados abaixo:

⁸ Esse tema trabalhado em minha dissertação de Mestrado (MELO, 2010).

“(...) as manias podem, no entanto, se transformar em doença”
“De todas as doenças da mente, o TOC é uma das que mais impingem sofrimento”
“A doença se manifesta, enfim, quando as manias incapacitam para as atividades cotidianas”
“Não bastasse a angústia provocada pela doença em si, o TOC faz com que o paciente carregue o peso da vergonha”

Na reportagem, a negação realizada pelas ciências Psicologia e Psiquiatria do fato da “mente” poder ser o “cérebro” é silenciada, criando-se uma equivalência entre mente e cérebro. Vale salientar que, ao enunciar “cérebro”, o dizer se filia ao discurso médico biologista, enquanto que “mente” remete ao campo da Psicologia. Essa dualidade se configura também no CID, onde há a presença de expressões “doença mental” e “doença física”. Trata-se, no material analisado, de um deslocamento, reconhecido pela forma como o discurso se formula, marcando uma passagem de “mente” a “cérebro”, e estabelecendo entre ambos uma relação de sinonímia. Na reportagem, é como se mente e cérebro pudessem ser intercambiáveis. No entanto, cada um faz um apelo diferente à memória discursiva e, conseqüentemente, à história da constituição dos sentidos.

Essa dualidade e, por vezes equivalência, presente no discurso jornalístico faz ressurgir um velho problema da psicologia que era (ou para alguns ainda o é) mente e corpo.

Nomear, então, parece não ser apenas dar um nome a um objeto pré-existente, mas construir sentido num processo político-histórico. Há um jogo de poder e de interesses que deve ser atendido para que o processo de nomeação seja oficializado, reconhecido, legitimado como sendo a titulação que dá conta do sentido. Assim, uma nomeação pode ocorrer e não corresponder a um entendimento da população alvo, a qual ela deveria atender, necessitando criar sucessivas explicações a respeito dessas para que possa cumprir o papel de dar sentido a algo (MELO, 2010, p. 64).

Na reportagem analisada, qual é o interesse que está em jogo, o da ciência ou da mídia? Nela, fala-se sobre doença física ou doença mental? Parece que há uma banalização do discurso científico e o que está em jogo não é o físico ou o mental, mas quem pode ter a “doença” e o que chama mais a atenção do leitor, sujeito a quem a reportagem faz um apelo se colocando no lugar de objeto de consumo. Parece que podemos dizer que o que está em jogo é o que pode fazer o sujeito-leitor consumir a reportagem. Orlandi (2007) propõe que a nomeação exige a criação de sentido, nomear nos faz entrar no mundo do simbólico. Segundo a autora (2007, p. 18), “o gesto da interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história”.

2.4.2. "Transtorno", "síndrome" ou "doença"?

A reportagem se configuraria como um discurso jornalístico, expondo um “fato” pertencente ao discurso científico. O discurso científico é o discurso que se propõe a precisão, da objetividade, do rigor científico da comprovação. Ao longo da reportagem, “transtorno”, “doença” e “síndrome” são usados sem o compromisso de significações diferentes, há uma equivalência entre eles, o que aponta para uma relação de sinonímia enquanto que no discurso científico há essa diferença, como podemos ver a seguir. De certa maneira, é como se o discurso jornalístico que se preocupa em não repetir palavras se ocupasse de abordar a ciência, constituindo novos sentidos.

Ao pesquisarmos os sentidos de “transtorno” na linguagem médica/psicológica (portanto, científica), foi possível encontrar em um site de Psicologia, segundo o qual a significação para transtorno seria:

Baseado na Organização Mundial de Saúde – OMS - ONU, entendem-se como *Transtornos Mentais e Comportamentais* as condições caracterizadas por alterações mórbidas do modo de pensar e/ou do humor (emoções), e/ou por alterações mórbidas do comportamento associadas a angústia expressiva e/ou deterioração do funcionamento psíquico global. Os *Transtornos Mentais e Comportamentais* não constituem apenas variações dentro da escala do "normal", sendo antes, fenômenos claramente anormais ou patológicos. (BALLONE, 2008, s/p)

Já “doença”, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), de acordo com Albuquerque e Oliveira (2002, s/p), pode ser definida de acordo com o recorte abaixo:

Algumas autoridades encararam a doença e a saúde como estados de desconforto físico ou de bem-estar. Infelizmente, perspectivas redutoras como estas levaram os investigadores e os profissionais de saúde a descuidar os componentes emocionais e sociais da saúde e da doença (Bolander, 1998). Definições mais flexíveis quer de saúde quer de doença consideram múltiplos aspectos causais da doença e da manutenção da saúde, tais como factores psicológicos, sociais e biológicos (ibidem). Contudo, apesar dos esforços para caracterizar estes conceitos, não existem definições universais. Por outro lado, e apesar de todos os avanços na pesquisa biomédica, o nosso sonho de atingirmos ou mantermos uma saúde física e mental permanece exactamente isso - um sonho que, além de tudo, vale a pena prosseguir face aos efeitos da doença nos indivíduos e na sociedade (Diener, 1984). Isto é, a presença ou ausência de doença é um problema pessoal e social. É pessoal, porque a capacidade individual para trabalhar, ser produtivo, amar e divertir-se está relacionado com a saúde física e mental da pessoa. É social, pois a doença de uma pessoa pode afectar outras pessoas significativas (p.ex.: família, amigos e colegas).

Em seguida, Albuquerque e Oliveira (2002, s./p.) trazem três definições para doença:

1) Doença como destruidora. Refere-se a concepções de pessoas particularmente activas ou envolvidas na sociedade e para as quais qualquer interferência com o seu papel familiar ou profissional constitui um problema importante. Medida em que a doença pode limitar a capacidade pessoal para assumir as responsabilidades e a concomitante perda de posição social e isolamento social. A pessoa sente que tem responsabilidades importantes perante os outros, e depender de outros pode fazê-la sentir-se "menos pessoa". Estas pessoas salientam, pois, os aspectos positivos da saúde, nomeadamente porque lhes permite manter o seu papel sócio-profissional. A sua atitude de confronto face à doença é paradoxal, quer tentando assumir o controlo (negando-a ou comportando-se como se nada tivesse acontecido) quer sentindo-se impotente ("desistindo de lutar").

2) Doença como libertadora. Concepção de doença como libertadora das responsabilidades ou das pressões que a vida coloca: "Quando estou muito cansado, quem me dera ficar doente... a doença é uma espécie de descanso, que nos pode libertar das preocupações do dia-a-dia..." (Herzlich, 1973, p. 114).

A doença traz benefícios e privilégios, incluindo os cuidados e a simpatia dos outros. A doença traduz, pois, um ganho secundário.

3) Doença como desafio. Doença concebida como um desafio ou algo com o qual devemos lutar com todos os nossos poderes e recursos. É necessário muita energia e empenharmos toda a nossa capacidade no sentido de ficarmos melhor. Não nos devemos preocupar com os nossos deveres, mas concentrarmo-nos na nossa recuperação. As pessoas com esta concepção da doença acreditam nos poderes da mente sobre o corpo.

Já no Stedman (1987), Dicionário Médico, podemos encontrar a seguinte definição para síndrome:

Síndrome, *sf*,^[1] (palavra originada do grego antigo συνδρομή, συν+δρόμος significando "con+correr"), também chamada sindroma ou síndroma, *sf*,^[2] ou ainda síndromo, *sm*,^[3] é um conjunto de sinais e sintomas que define as manifestações clínicas de uma ou várias doenças ou condições clínicas, independentemente da etiologia que as diferencia (STEDMAN, 1987, s/p)

Para facilitar nosso entendimento, poderíamos dizer que na linguagem médica o nome "transtorno" se relaciona às alterações do humor e/ou comportamento que trazem angústia e prejuízo ao funcionamento do indivíduo. O nome "doença" é conceituado em oposição ao nome "saúde", produzindo o sentido de um desequilíbrio causado no organismo por motivos multifatoriais. No caso da definição do nome "síndrome", podemos considerar que consiste em um conjunto de sinais e sintomas que juntos compreendem uma doença ou

condição médica geral, em outras palavras, são componentes que podem estar presentes em uma doença. Como pode ser visto nos esquemas abaixo:

Transtornos Mentais e Comportamentais

↓

Alterações mórbidas do modo de pensar e/ou do humor

↓

Alterações mórbidas do comportamento

↓

↓ ↓
modificações doentias

Assim, por deslizamento, “transtorno” corresponderia a modificações doentias do comportamento/humor/pensar. Já em relação à “doença”, encontrarmos a relação de oposição doença saúde e em outros momentos uma relação de afinidade/equivalência:

Saúde e doença não são estados estáveis

↓

↓

Equivalência = doença e saúde estão sendo apresentadas em posição de equivalência por meio do funcionamento sintático de conjunção pela partícula aditiva “e”. Nesse recorte, doença é trazida como estado estável, assim como saúde também é trazida como um estado estável, há um apagamento das diferenças existentes entre ambas, aparecendo apenas a característica comum a ambas. A correspondência apresentada entre saúde e doença é de um estado constante, como se ambas não sofressem alterações e ainda assim permanecesse o mesmo estado de saúde ou de doença.

“doença era frequentemente definida como "ausência de saúde", sendo a saúde definida como "ausência de doença"”.
--

“doença e a saúde como estados de desconforto físico ou de bem-estar”.
--

Nota: recorte encontra-se na página 54 da presente pesquisa.

Nas análises acima, “doença” aparece em oposição a “saúde”, como sendo uma o antônimo da outra. Logo, não há uma conceituação que delimite o que faz parte ou não desse nome. Ele se qualifica por sua diferença na relação com outros termos, ou entre si. É estabelecida uma relação, muitas vezes de oposição, no sentido de mostrar como ela pode significar para o sujeito que a tem/possui ou estuda.

Referente à síndrome, verificamos:

Síndrome

↓

Sinais/sintomas de doença

↓

Indício/semelhança → de doença

Observa-se, nesse caso, uma relação de pertencimento, “síndrome” faz parte do grande conjunto de “doença”. Nesse caso, quando se enuncia “síndrome”, está se “falando” de “doença”. No entanto, esse deslizamento não ocorre em qualquer direção, uma vez que “síndrome” é “doença”, mas nem toda “doença” é “síndrome”. Essas definições nos permitem dizer que, de acordo com a literatura científica, há uma relação entre os três nomes, mas não uma equivalência como é trazida no discurso jornalístico.

Ainda assim, o discurso jornalístico produz efeitos de sentido de sinonímia entre os termos, na tentativa de neutralidade e usa para isso a metáfora, ou seja, ele usa palavras relacionadas e de figuras de estilo. Observando essa diferença parecem ser discursos de regras distintas e muitas vezes excludentes. Para a ciência usar da equivalência de termos ou de nomes representa incorrer em perdas ou até mesmo em erros, enquanto que para o jornalismo parece se configurar como um caminho que levaria à compreensão. Resta a questão, nesse momento da pesquisa: Será que a forma pela qual o discurso jornalístico significa os transtornos psiquiátricos produziria apagamentos e quais seriam esses? Além disso, questionamo-nos, ainda, sobre o que, que sentidos, nesse processo de vulgarização (AUTHIER-REVUZ,1990) são produzidos.

Voltando à reportagem, se é a “mente” que “aprisiona” porque é nela que os pensamentos se encontram e se em uma das frases acima o nome “doença” vem acompanhado da locução adjetiva “da mente”, se está afirmando que a doença está “na mente”, assim como quem está doente toma remédio, quem tem TOC toma remédio e o remédio para a “doença” TOC atua no órgão chamado “cérebro”, portanto a “doença” é do “cérebro”, redobrando aqui a sinonímia. Assim, na afirmação,

“De todas as doenças da mente, o TOC é uma das que mais impingem sofrimento”
--

Nota: recorte encontra-se na página 126 da presente pesquisa.

Podemos realizar o deslizamento de “doença da mente” para “doença do cérebro”, dando origem, à equivalência entre “mente” e “cérebro”, ao silenciamento da negação de um certo discurso científico. Ao que se refere ao substantivo “sofrimento”, ele aparece como uma consequência da doença. Sofrimento remete a angústia, agonia, aflição e dor, o que qualifica

essa doença por algo intenso e de destaque já que o advérbio “mais” a coloca em destaque frente às outras “doenças”.

O TOC aparece como “doença” através das palavras ao longo da reportagem pertencentes ao universo médico, tais como: *portadores, doença da mente, distúrbio, paciente, doentes, sintomas, remédios, tratamento medicamentoso, áreas cerebrais, genéticos, medicação, riscos de recaídas e neurose*. Termos que são frequentemente usados pela área na saúde. Eles trazem a memória de algo que é físico em contradição do uso do termo “mente”, pois usamos o termo “mente” frequentemente para nos referirmos ao “espiritual”, à “alma”, ao “intelecto”, em suma, a tudo aquilo que não é físico.

Há aqui o aparecimento do equívoco, da falha, mobiliza-se nesse momento o não-dito no dito, sendo que o que não foi dito está significando no dito. De acordo com Pêcheux (1988, p. 291), para compreender o sentido seria preciso, nesse caso, “tirar as consequências do fato de que o não dito precede e domina o dizer”. Ou ainda Orlandi (1992, p. 12) para quem “[...] há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”. Associar o TOC a esse “discurso médico” reformulado pelo jornalismo é silenciar o CID-10 que afirma não se tratar de doença e sim de transtorno, silenciar ainda toda a tensão que existem no uso de uma denominação e não de outra, toda a disputa teórica e histórica sobre como denominar as alterações, e até mesmo as próprias alterações.

Guimarães (2005, p. 92) coloca que, ao designarmos um nome próprio, estabelecemos uma relação um pai/ um nome / uma pessoa, na qual um pai vai “significar uma nomeação feita do lugar social da paternidade”. À frente, o autor propõe que ao nomear-se nome de rua o processo é parecido, afirmando que “o nome de rua trabalha assim a identificação do espaço para pessoas e a localização destas para o Estado”. Na presente pesquisa, a nomeação não se refere a essas situações acima e sim de um nome com função de definir uma classe, ou ainda de criar essa classe. Diante deste fato e após ter realizado análises das palavras “transtorno”, “síndrome” e “doença” e da memória discursiva à qual cada uma delas recorre, é possível pensarmos que esse tipo de nomeação transtorno ou doença envolve um saber científico/ um nome / um “objeto”, sendo esse saber científico o responsável por significar essa nomeação.

Ao analisarmos melhor essa relação, precisamos pontuar que, no caso do nome “transtorno”, o que vai fornecer significação a ele, ou melhor, o que vai fornecer essa construção simbólica é uma memória que se constitui por um leque de condições de produção,

como a necessidade de atender ao cientificismo, de ultrapassar as dificuldades de tradução dentro do campo da saúde no que diz respeito às suas várias disciplinas (já que esse é um nome a ser entendido por todos da área de saúde), de driblar os interesses políticos (produzindo sentidos que apontam para diferentes direções e “atendem” a interesses diversos) e de contornar um problema ainda sem resposta do que é mente e do que é corpo e suas delimitações, como também de usar essas nomeações no discurso jornalístico sem o compromisso com o científico, mas sim em compromisso com a Mídia. Assim essa construção simbólica da significação do nome “transtorno” fica sujeita a várias falhas e indefinições como podemos ver nas análises realizadas.

2.4.3. Do louco incapaz ao famoso: a democratização da "doença mental"

A reportagem que estamos analisando traz um total de onze casos de TOC, dentre eles três casos citam pessoas comuns, um pertence a uma famosa, Luciana Vendramini⁹, e sete a personalidades de destaque intelectual ou sucesso empresarial (Santo Inácio¹⁰, Samuel Johnson¹¹, Franz Kafka¹², Vladimir Maiakovski¹³, Howard Hughes¹⁴, Kurt Gödel¹⁵, Glenn Gould¹⁶). Temos oito casos dentre onze, mais que de cinquenta por cento, referindo-se a pessoas expressivas, de sucesso financeiro, intelectual e de beleza, o que reforça a hipótese de que a Mídia é constitutiva do discurso sobre a “doença mental” nesse caso. O discurso midiático veicula a valorização de que os sujeitos que aparecem na mídia são sujeitos de credibilidade, modelos a serem seguidos na contemporaneidade, o que no caso da presente pesquisa seria uma forma de mercantilizar o fato científico que aparece junto a esses sujeitos que circulam na mídia.

Podemos considerar que usar pessoas pertencentes ao universo midiático é utilizar o recurso da imagem. A mídia tem em seu repertório discursivo o recurso da imagem, ela usa da

⁹ Modelo e atriz brasileira nascida em 1970, foi casada com o cantor Paulo Ricardo, paqueta do planeta Xuxa, enfim, dona de um vasto currículo dentro e fora da Rede Globo. Ícone de beleza atual e que se manteve longe do sucesso por ter sido acometida pelo TOC.

¹⁰ Escritor e ensaísta inglês

¹¹ Escritor e ensaísta inglês

¹² Autor de *A Metamorfose*, preocupava-se exclusivamente com doença.

¹³ Um dos principais representantes da poesia russa moderna

¹⁴ Magnata americano

¹⁵ Um dos mais importantes matemáticos do século XX

¹⁶ Pianista canadense

imagem para mobilizar sentidos. Novaes (2005, p. 10) coloca que a “imagem hoje se transformou na mercadoria por excelência, objeto de produção, circulação e consumo, realizando de forma fantástica o velho axioma: cria-se, também, sujeito para a mercadoria”. O autor continua,

[...] o homem contemporâneo não cessa de consumir imagens, e é certo que seu olhar acolhe mais do que sua capacidade de refletir sobre elas. Como pensar no mundo da aparência, na qual apenas a imagem provoca desejos. E a posse ou a apropriação de cada objeto desaparece na virtualidade. (NOVAES, 2005, p. 13)

A imagem, na área da comunicação, é compreendida por meio da capacidade humana de pensar, de imaginar, ela é mais do que sua concretude. Ao se olhar um quadro o que vemos não é a combinação de tintas de diversas cores, mas sim a produção de um sentido. A imagem mobiliza os sentidos de maneira a nos levar ao irracional no qual a imaginação produz significância ao que é visto. A imagem tem a propriedade de trazer a presença do que está ausente, ela evoca sentidos, mobiliza o simbólico, “a imagem, em lugar de ser isso que vemos, torna-se aquilo que vê” (WOLFF, 2005, p. 35).

A imagem começa a partir do momento em que não vimos mais aquilo que imediatamente é dado no suporte material, mas outra coisa e que não é dada por esse suporte. [...] Uma imagem representa. [...] torna presente alguma coisa ausente. [...] A imagem ignora o conceito. Ela é irracional (WOLFF, 2005, p. 20-25).

Podemos pensar discursivamente entendendo que a partir do que coloca Orlandi (2001) de que o sujeito está condenado a interpretar, isso valeria também para a imagem. Diante da imagem, qual seja a sua formulação, o sujeito interpreta, atribuindo-lhe sentidos, que, por sua vez, podem ser considerados gesto de leitura da imagem.

Outra marca da utilização do espetáculo na reportagem que estamos analisando é a referência de um filme que retrata o TOC utilizando de um perfil cômico para tal.

“[...] um dos quadros mais comuns do distúrbio é o que envolve o medo obsessivo de contaminação – um bom exemplo é o personagem de Jack Nicholson no filme *Melhor impossível*, que, entre outras manias, usava luvas quase que o tempo todo, só comia com talheres descartáveis e não pisava nos rejuntas das calçadas”

Nota: recorte encontra-se na página 126 da presente pesquisa.

Nesse recorte, é possível também observar a falta de preocupação em descrever as categorias do TOC de acordo com a classificação científica, pois na frase há a afirmação de que vai se exemplificar o sintoma de TOC de “contaminação”, mas cita em meio os exemplos

de contaminação o ritual de não pisar em linhas (não pisava em rejuntes), o que não configura algo que envolva contaminação se a tomamos a partir do que propõe o discurso científico. Existe um maior funcionamento da lógica da espetacularização daquilo que é relatado como “fato científico” do que a transcrição daquilo que é colocado no discurso científico original, do qual supõe-se que o discurso é retomado.

Mobilizar esse discurso científico para o universo em que se está discutindo uma “doença” e fazer com que ele circule em um veículo de grande comunicação, e que é destinado a um leitor leigo no tema, pode também ser analisado como uma tentativa de dar um sentido de *validade* (famosos sendo expostos em um veículo de comunicação podem desmentir este se não for verídico o que está sendo relatado) e de quebra do paradigma de que ser portador da “doença” me faz ser “louco”, “incapaz” entre outras desqualificações.

Acreditamos que nesse momento vale um breve desvio no texto para discutirmos um esse padrão de normalidade e não normalidade. Foucault (2001), em seu livro *Os anormais*, trata do conceito de *anormal* ao longo do século XIX passando pelo saber jurídico até o saber da Psiquiatria que propõe o desejo e a sexualidade no final desse século. Nesse livro, ele apresenta três aulas e na terceira delas ele propõem três figuras que constituem o terreno do discurso sobre o *anormal*. Essas três figuras são compostas pelo *Monstro Humano*, o *indivíduo a ser corrigido* e a *criança masturbadora*.

Com relação ao *monstro humano*, Foucault (2001, p. 69) estabelece que “[...] em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação da lei da sociedade, mas uma violação das leis da natureza”. Ele é uma combinação do proibido com o impossível, ele é ininteligível, nesse cenário o anormal é um monstro banalizado (FOUCAULT, 2001, p. 71). O *indivíduo a ser corrigido* é o que demanda a criação tecnológica para a reeducação para lhe permitir uma vida em sociedade. Por fim, a *criança masturbadora* envolve exclusivamente a família burguesa, Foucault (2001, p. 74) coloca que “[...] o segredo universal, o segredo compartilhado por todo mundo, mas que ninguém comunica a ninguém” compõe a *criança masturbadora*. *Criança masturbadora* será a que encobre os demais e detém o essencial dos problemas que giram em torno da anomalia. De todo modo, podemos considerar que, nos três casos, trata-se de indivíduos que devem estar apartados do convívio social, que não se incluem de nenhuma forma, não encontram maneira de se constituírem enquanto sujeitos que compõem a sociedade produtiva, o que vai em uma direção diversa à que propõe a reportagem analisada, na qual os sujeitos cujas histórias são relatadas com frequência encontram modos de incluírem-se no mundo, delimitando novas condições de produção para o sentido da

“loucura” nos dias de hoje. Essas novas condições de produção para o sentido da “loucura” podem ainda ser resgatada a partir do paradigma que propõe a luta anti-manicomial, por exemplo.

Ainda nesse livro, Foucault (2001) reconstrói o modo pelo qual a Psiquiatria se desalieniza, trazendo o princípio do instinto no lugar do delírio em referência à loucura. Ele coloca:

Não será mais simplesmente nessa figura excepcional do monstro que o distúrbio na natureza vai perturbar e questionar o logo da lei. Será em toda parte, o tempo todo, até nas condutas mais ínfimas, mais comuns, mais cotidianas, no objeto mais familiar da psiquiatria que está encarando algo que terá, de um lado, estatuto de irregularidade em relação a uma norma e que deverá ter, ao mesmo tempo, estatuto de disfunção patológica em relação ao normal (FOUCAULT, 2001, p. 205).

Parece-nos que através do que coloca Foucault, fica marcado o quanto a forma de significar a loucura é perpassada pelos jogos de poder, pelas formações imaginárias e ideológicas de uma formação social específica, que em um momento a exclui e que em outro momento é capaz de incluí-la. Diríamos que da Psiquiatria à Mídia, o “normal” ou o “anormal” obedecem a condições de produção presentes em uma época. Na atualidade, essa anormalidade movimenta-se para próximo da normalidade, marcando uma dificuldade em discriminar normalidade e anormalidade, como tentaremos mostrar a seguir.

Os casos de sujeitos comuns cria a possibilidade do sentido de proximidade (pois, se pessoas desconhecidas podem ter uma doença mental e ainda assim viveram as suas vidas, eu também posso). Há o que poderíamos chamar de um processo de *democratização* da “doença mental” no momento em que se cria a possibilidade de todos sermos portadores de tal “doença”, há uma ligação entre “doença mental” e sociedade em destaque e não mais uma referência à mente que seria um arranjo simbólico (que como tal, poderia vir a ser outro), a responsabilização, o tratamento, a abordagem já não podem mais ser as mesmas. Vale destacar que quando relacionamos a “doença mental” à sociedade, estamos apontando para a dimensão política implicada aí.

2.4.4. Os sentidos de “tratamento”

Se pensarmos a quem interessa o efeito de democratização proposto pela reportagem, a partir do qual *todos* podem ter uma “doença” e ser produtivo, ter sucesso, não podemos

deixar de levar em conta o exorbitante crescimento da indústria psicofarmacêutica – se a doença está no corpo (mais especificamente no cérebro), todos podem ser tratados (e curados). Isso desloca (e desresponsabiliza) os sujeitos pela sua configuração subjetiva. Não é mais o sujeito, mas sim seu cérebro. O apagamento do sujeito (da constituição histórica do sentido) é análogo ao processo de tomar o corpo (em sua evidência, diga-se de passagem...) como baliza.

A divulgação científica feita através do discurso jornalístico, pode ser vista como uma “necessidade do cidadão em manter-se a par das descobertas que a ciência realiza”, criando um efeito de democratização da mesma. Baalbaki (2004, p. 385) é mais um dos autores que propõe que o conhecimento científico tornou-se mercadoria na atualidade. Em Pfeiffer (2000, p. 104) encontramos que “a divulgação científica está atrelada à administração”. Podemos continuar propondo que a divulgação científica produz ainda um bem de consumo no momento em que o “conhecimento” é divulgado pelo discurso jornalístico. A passagem de “conhecimento” para “informação” tem como consequência a produção de um bem de consumo. Baalbaki (2004) faz referência à divulgação científica como “coisa a saber”, marcando assim, a pretensa necessidade do saber, que pode ser lida ou interpretada como consumir informação.

O consumo agora não mais aparece como efeito da ideologia midiática no discurso jornalístico, mas também como efeito da indústria farmacêutica que por sua vez se refere ao discurso capitalista e, por que não dizer, midiático, que traz a necessidade da aquisição agora não apenas da reportagem mas também do remédio. O que estamos tentando mostrar é que, na presente reportagem, o poder farmacêutico também atua na criação de um imaginário que coloca o corpo em sofrimento e pouco se fala na responsabilidade do sujeito assumir o comando de supressão dos sintomas disfuncionais que a “doença” traz.

Esse sujeito-leitor ao qual se pressupõe ter a necessidade de informação é o mesmo que busca o corpo perfeito, que consome vitaminas, que é ecológico, e que exerce essa série de comportamentos a partir de um efeito de identificação ao que a divulgação científica faz circular, transformando-o em um sujeito-leitor que consome “ciência”, um consumidor de “saúde”. Isso nos leva a pensar que o discurso da divulgação científica é alicerçado na concepção de que o sujeito é desejante de informação científica, o que o responsabiliza, pois no momento em que ele se “apropria” da informação, ele cria o imaginário de ser responsável em utilizá-la. Há a construção de uma necessidade social. De acordo com Baalbaki (2004, p. 393), “a ciência divulgada é a ciência que supostamente o povo tem necessidade de adquirir,

Uma necessidade que é posta como se fosse do povo e, portanto, uma necessidade do Estado”. O que podemos perceber como o funcionamento do imaginário.

Ao longo da reportagem, poucos são os momentos em que aparece a possibilidade de terapia, da presença da Psicologia como participante desse processo de enfrentamento ou tratamento do TOC. Em apenas dois momentos de toda a reportagem há menção a formas psicoterapêutica ou explicação psicológica. A primeira encontra-se no seguinte recorte:

“A terapia mais usada é a comportamental – cognitiva, em que o terapeuta tenta convencer o doente de que suas preocupações são infundadas. Para isso, ele não só usa argumentos lógicos, como expõe o paciente ao objeto de suas aflições. Os primeiros sinais de melhora começam a surgir entre duas e quatro semanas após o início do tratamento”.

Nota: recorte encontra-se na página 128 da presente pesquisa.

Nesse recorte, a aplicação da Psicologia é trazida como uma opção de tratamento, mas ela é colocada sem o compromisso de fornecer ao leitor maiores explicações e fundamentações do processo. A explicação dada do uso de argumentos lógicos de exposição a situações ansiogênicas não apresenta compromisso com a fundamentação teórica e embasamento científico, dando a possibilidade de interpretarmos como algo menos importante ou de senso comum, tanto que é uma breve citação, não se detém em detalhes e nem é colocado explicações de psicólogos sobre o assunto como é feito em relação ao tratamento farmacológico como pode ser visto nos exemplos abaixo que estão logo nas primeiras páginas da reportagem:

“Ele transforma seus portadores em ‘escravos de suas próprias ideias e ações’, como define a psiquiatra Ana Beatriz Silva, autora do best-seller *Mentes e Manias – Entendendo melhor o mundo das pessoas metódicas, obsessivas e compulsivas*.”
 “A diferença entra a mania saudável e a patológica é muito mais quantitativa do que qualitativa. Afirma o psiquiatra Mácio Versiane, coordenador do programa de Ansiedade e Depressão da Universidade Federal do Rio de Janeiro.”
 “Entre o surgimento dos primeiros sinais e o diagnóstico de TOC os pacientes levam em média de dezessete anos, diz o psiquiatra Eurípedes Miguel, coordenador do Projeto Transtornos do Espectro Obsessivo-Compulsivo, da Universidade de São Paulo”.

Nota: recorte encontra-se na página 126 da presente pesquisa.

O segundo momento em que há a presença da explicação não médica é no recorte abaixo:

“O conceito de neurose obsessivo-compulsiva, no entanto, só seria concebido no início do século XX, por Sigmund Freud, o pai da psicanálise. Para ele, os pensamentos obsessivos e os rituais compulsivos surgem como resposta inconsciente a determinados desejos que levam a um estado de ansiedade. Por mais desconfortáveis que sejam os sintomas da obsessão e da compulsão, eles seriam menos incômodos do que enfrentar conscientemente as razões do tormento psíquico. O estudo clássico sobre a doença é O Homem dos Ratos, publicado em 1909. Nele, Freud conta a história de um jovem que vivia atormentado pela idéia de que seu pai ou a moça por quem era apaixonado pudessem ser vítimas do ataque de ratos. A obsessão pelo bicho surgiu depois de ele ouvir o relato de um tipo de tortura muito temido naquele tempo. O prisioneiro era amarrado nu, de bruços, com as pernas afastadas. Sobre as nádegas dele, o carrasco colocava, de cabeça para baixo, um balde cheio de ratos. Por meio de técnicas psicanalíticas que ainda estavam em seus primórdios, Freud descobriu que a obsessão do jovem paciente se relacionava ao desejo inconsciente que ele tinha de se opor às vontades do pai. ‘Ele resolveu esse conflito caindo doente. Assim, evitava resolvê-lo na vida real’, escreveu Freud”.

Nota: recorte encontra-se na página 129 da presente pesquisa.

Nesse recorte, há um relato histórico que não contextualiza a Psicanálise apenas a cita, como também não a deferência da Psicologia e nem desenvolve esse trecho para colocá-lo nos dias atuais no sentido do que foi desenvolvido a partir daí como proposta de tratamento. Ele apenas é trazido como uma dado que mostra a origem dos estudos sobre TOC.

Ao longo de todo o texto, é possível encontrar cinco nomes de médicos (psiquiatras) que explanaram sobre o assunto e nove aparições de nomes de remédios/menção as medicalizações usadas no tratamento do TOC, enquanto nenhum nome de psicólogo e apenas uma opção de tratamento psicológico que, por sua vez, tem sua inserção no texto como mais um detalhe. Essas afirmações nos mostram o quanto a reportagem foca no lado físico da doença e não em uma composição de fatores psicológicos e físicos para o aparecimento da mesma, tendo como resultante a dominância ao longo da reportagem do tratamento médico. O que nos leva ao que foi dito em momentos anteriores do texto que cita a presença do poder do discurso farmacêutico no discurso jornalístico. Ou melhor, dizendo, esse enfoque dado pela reportagem, a qual acabamos de trazer em nossa reflexão, levanta consigo a necessidade do consumo de remédios como solução do TOC, o que vem de encontro com os interesses da indústria farmacêutica.

Para Silva Junior (2016, s/p), “o sujeito está preparado para continuar a exercer, também por meio do seu sofrimento, o seu papel ‘cívico’ no mundo do capitalismo, aquele de consumidor”. Esse papel de consumidor precisa ser fidelizado, e isso é o papel que cabe ao *marketing*. A fidelização depende de manter esse consumidor ativamente interessado em seus problemas. Para o mesmo autor (2016), “o *marketing* farmacêutico não hesita em apresentar

a alegria, o sono ou a ereção como um estado à mão, passível de ser obtido pela medicação a qualquer momento e por toda a vida”. Assim, a cada descoberta da ciência, há a promessa de uma solução ou de amenizar o sofrimento. A cada renomeação de grupos de sintomas permitirá a aparição de um novo produto (remédio) que traz a *obsoletização* da solução passada e fornece uma nova imagem de solução ao consumidor da indústria farmacêutica.

No final da referida reportagem, encontramos um questionário constituído por perguntas e respostas a serem assinaladas. O propósito desse questionário é fazer com que o leitor, ao ler e responder possa ao final vislumbrar a possibilidade de ter ou não TOC. O que também mostra uma tentativa de caracterizar o TOC como algo tão comum que eu posso ter e não ter me dado conta. O ‘questionário’ corrobora o efeito de democratização por meio da formulação “*veja se você também tem!*” – mais do que dizer se tem ou não, ele coloca a “doença mental” no campo das “possibilidades do sujeito”, ou seja, ele cria um lugar de constituição subjetiva. O questionário ainda desloca a função de diagnóstico que caberia ao profissional da área de saúde (médico ou psicólogo) ao possível portador da “doença” que utiliza um instrumento não científico, banalizando ou minimizando o conhecimento científico, se caracterizando como um discurso de autoajuda.

O questionário, portanto, teria a equivalência de uma ferramenta diagnóstica colocada em uma revista sem que seja uma fonte científica. O efeito aqui é de banalização da “doença” ou do conhecimento científico, criando a possibilidade até mesmo de um falso diagnóstico sem que se tenha a preocupação de ressaltar que realizá-lo não substitui uma avaliação por profissional da área, a proposta é dar informação de maneira atrativa sem o compromisso com a cientificidade do assunto em pauta. O “dar a informação” se constitui como sendo a função do texto jornalístico, mas é preciso pensar que este texto está inserido em uma revista e que, portanto precisa gerar rendimento para manter-se, assim é preciso vender. Nunes (2005) coloca que a atualidade traz um cenário de competitividade onde compartilhar das incertezas com um jornalista pode ser confortador para o leitor com perfil empresarial. O autor continua dizendo que este é um efeito de sentido produzido pelo sujeito jornalista devido ao fato da revista se inscrever na lógica capitalista.

2.4.5. O discurso midiático e o espetáculo

O objetivo da venda traz consigo a necessidade de que a revista seja consumida, chame a atenção e, para isso, usar figura midiática como a atriz Luciana Vendramini, como foi o caso da presente reportagem, permite essa visibilidade, o que nos faz retomar a ideia de mídia e de uma “sociedade do espetáculo” como diria Guy Debord. Para esse autor (1997), “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos” (DEBORD, 1997, p. 13). Seguindo essa linha de pensamento, podemos dizer que a sociedade funciona como um espetáculo, que contempla passivamente o outro. O sujeito vive no mundo através da contemplação do outro, uma relação mediada pela imagem.

Guy Debord (1997), em seu livro *A Sociedade do Espetáculo*, busca entender as imagens da sociedade, o fascínio da mercadoria, a manipulação e alienação do público. Há uma proposta de pensarmos a notícia como matéria para a confecção de espetáculos da vida real, que sem economia expõe a tragédia humana sem pudor. Uma espetacularização da informação. O autor realiza uma crítica à mídia que transforma muitas vezes a miséria humana, a tragédia, a catástrofe em espetáculo. Aproximando essas colocações da presença da mídia na informação jornalística dos transtornos psiquiátricos, podemos perceber como a utilização de personalidades famosas como exemplos de pessoas acometidas por algum transtorno pode ser analisada como uma espetacularização da “doença”. Na reportagem que está sendo analisada, há a exemplificação da utilização da figura pública ou personalidade midiática como validação do que está sendo dito sobre o discurso médico/científico.

Segundo Guy Debord (1997, p. 14), o espetáculo pode ser definido como não sendo “um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens”. Ele fundamenta o espetáculo como um meio de comunicação no qual o público é alienado passivo.

O espetáculo torna-se, pois, o reino da mercadoria, reduzindo a cultura a seu mais alto grau de alienação, reino da passividade absoluta do sujeito, “contemplação e empobrecimento da vida vivida”. O espetáculo é “o” que fala enquanto os “átomos sociais” escutam, instaurando, portanto, o mundo “não vivido” (NOVAES, 2005, p. 9).

O poder da mídia pensado sobre essa ótica, mídia como espetáculo, nos leva a refletir que as informações oferecidas por ela em propagandas ou até mesmo em um texto jornalístico são transformadas em produtos a serem consumidos, gerando lucro e cumprindo a ideologia capitalista presente no discurso midiático. Novaes (2005, p. 24) coloca ainda que “a expansão econômica é, sobretudo a expansão dessa produção industrial específica. O que cresce com a economia que move por si mesma só pode ser a alienação que estava em seu núcleo original”.

O espetáculo é alienador, assim, nesse processo de informação e comunicação de “fatos científicos”, o público é alienado, e, portanto, seu pensamento toma facilmente o formato buscado pela mídia e pelo mercado.

Analisando o texto jornalístico que utiliza figuras midiáticas para validar o que provem do discurso médico, parece funcionar um molde único e respaldado pelo autor, molde que facilmente é “comprado” pelo espectador leitor. Guy Debord (1997, p. 171) coloca a mídia como um forte elemento na vida das pessoas, assim ele institui o chamado espetáculo integrado, que permite a integração da sociedade através da alienação e de um compartilhamento passivo de valores, onde as relações sociais passam a ser mediadas por imagens. Considerando isso na relação com o texto jornalístico, observamos a validade do mesmo sendo feita não apenas respaldando este no discurso médico como também fazendo-o através do discurso da mídia, a qual dá a este validação e valor de mercado para que possa ser consumido.

Gregolin (2007, p. 15) propõe que

A criação dessa ilusão de “unidade” do sentido é um recurso discursivo que fica evidente nos textos da mídia. Como o próprio nome parece indicar, as *mídias* desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. Na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tenciona a memória e o esquecimento. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente.

Reportagens como a que está sendo analisada, torna possível imaginar como o discurso midiático “invade”, produzindo sentidos, espaços diversos que não apenas o do *marketing*. A presença constante desse discurso traz consigo implicações que geram a demanda de novas análises, no intuito de pensarmos os efeitos produzidos pelo mesmo. Lembrando que revistas, internet, *outdoor*, televisão entre outros, são fontes de “informação”, e que temos uma nova geração que gasta um tempo grande imersa neste universo, sendo constantemente informada. Assim, como compreender os efeitos de sentido produzidos por esse discurso midiático? Fica aqui uma questão para a próxima discussão.

Capítulo 3

Títulos de reportagens sobre “doença mental” nas Revistas *Veja e Isto é.*

“De perto ninguém é normal”

Caetano Veloso

Como mencionamos anteriormente, nesta pesquisa, os títulos das reportagens foram selecionados por estarem em revistas de grande circulação, se referir a “doença mental”, por serem do mesmo ano e por responderem a uma interpretação do analista, permitindo que o objetivo do trabalho de compreender como o “transtorno mental” é significado em certo discurso jornalístico. Esses discursos tomados como objetos de análise compartilham, em grande parte, condições históricas de produção, o que os tornam um *corpus* pertinente ao objetivo da pesquisa trabalho.

Os títulos que se seguem foram recortados por meio do recurso do buscador da *Veja Saúde*, seguindo o critério de terem como o tema transtorno psiquiátrico e de terem sido publicadas no ano de 2015. Os primeiros títulos que apareceram foram:

Uso de antidepressivos na gravidez aumenta risco de autismo no bebê (15/12/2015)
Religião e espiritualidade previnem doenças mentais (24/11/2015)
Atriz que chegou aos 22 quilos começa a se recuperar da anorexia (30/10/2015)
Esquizofrenia poderá ser tratada com menos remédios

(20/10/2015)

O mesmo foi feito em relação à revista *Isto é Saúde*, onde foram recortados os títulos referentes a transtornos mentais do ano de 2015, as quais se encontram abaixo:

Antidepressivos durante a gravidez aumentam o risco de autismo em 87%, diz estudo: Segundo os estudiosos, risco é especialmente alto no caso de medicamentos que atuam sobre a serotonina.
--

(14/12/2015)

Eles também sofrem de depressão pós-parto: Pesquisa inglesa aponta que cerca de 10% dos novos pais têm sintomas da doença. Pacientes lançam rede online para homens que desejam ajuda

(03/07/2015)

Cigarro poderia favorecer distúrbios psiquiátricos, diz estudo: Foi observado que as taxas de tabagismo entre os psicóticos é três vezes maior do que na população geral
--

(10/07/2015)

O primeiro material selecionado para a análise foi o título da reportagem da revista *Veja*: “*Uso de antidepressivos na gravidez aumenta risco de autismo no bebê*”. O que primeiro que nos chamou a atenção foi a presença do significante “antidepressivo”, que produz efeito de sentido relacionado ao nome remédio, que nos faz deslizar para o sentido de doença. Assim, estamos falando de uma gestante que tem uma doença, que, no caso, seria a depressão, já que este remédio é destinado a essa “doença”.

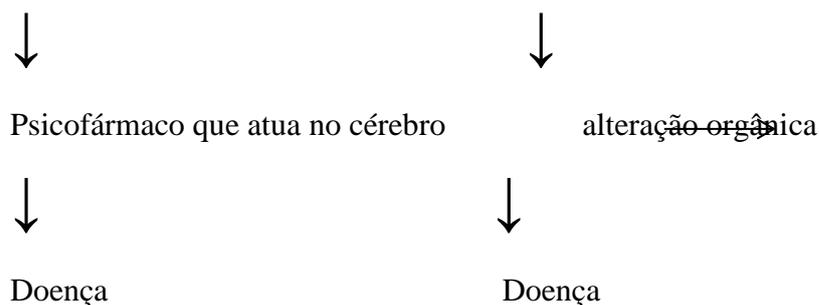
O título não traz o nome transtorno que seria o determinado pelo CID-10, há um silenciamento do CID-10, um apagamento da memória do nome “transtorno”, o que está em funcionamento é a memória do nome “doença”, relacionada ao corpo e por isso passível de ser medicada. Retomando a história da loucura proposta por Foucault (1972), verificamos que a loucura, ao longo do tempo, significa o *louco* como aquele que é marginalizado pela sociedade, enquanto que o *portador de transtorno mental* de hoje, outro momento histórico, pode ser visto como um perigo para sociedade, alguém incapaz de gerenciar a própria vida ou de viver em sociedade. Através desse recorte, poderíamos dizer que o *louco*, que era excluído, hoje é incluído, sendo colocado como aquele que pode viver em sociedade e que pode obter sucesso e até mesmo se tornar um sujeito midiático que tanto é valorizado na sociedade atual. Observa-se que, de certa maneira, a revista visa propor protocolos de reconhecimento e de significação do que viria a ser o louco, apontando assim para a opacidade que funciona nessa identidade de *louco* que desliza para *incapaz* e, em seguida, para *qualquer um*.

A sociedade democrática, na qual o lugar [do] provedor de garantias está esvaziado e na qual, portanto, os indivíduos estão submetidos as incertezas, se torna um lugar privilegiado para surgimento de um discurso que tem

como finalidade instruir e garantir resultados aos indivíduos que se encontram, de certa maneira, perdidos nos protocolos de comportamento e pensamento (CHIARETTI, 2013, p.109).

Esse recorte ainda estabelece uma relação entre duas “doenças” ao dizer que o uso de um antidepressivo leva a um maior risco de autismo. O autismo aparece aqui também sem a qualificação de transtorno, o que nos leva a uma relação de equivalência com depressão e por isso podemos dizer que ele é uma doença. O sujeito passa a ser interpelado pelo imaginário “daquele que tem o transtorno”, anulando-se a individualidade, através dos sintomas equiparase, torna-se igual aos demais portadores do mesmo quadro de sintomas, o que sabemos que acontece também no discurso médico. Há um deslocamento presente nesse título. Segundo Orlandi (2013, p. 48) “o gesto de interpretação se faz entre a memória institucional (o arquivo) e os efeitos de memória (interdiscurso), podendo assim tanto estabilizar como deslocar sentidos”.

O uso de um antidepressivo na gravidez leva a um maior risco de autismo no bebê



Observamos, nesse esquema, que ao antidepressivo corresponde a uma gama de remédios que combatem a depressão, portanto, ele seria é um psicofármaco que atua no corpo, mais precisamente, no cérebro. Esse psicofármaco, no título acima ocupa a posição de causador do aumento da probabilidade de desenvolver o autismo. Ao usarmos uma medicação, entendemos que está se tratando de uma doença, no caso desse título, está se usando um remédio que atua no cérebro, o que nos leva a considerar que trata uma doença que acomete o cérebro. Dessa forma, o antidepressivo por deslize retoma a memória discursiva que remete o transtorno mental ao campo da doença orgânica, no corpo, logo, tratada a partir da medicação.

No final do título, encontramos o nome autismo sem nenhum acompanhamento dos qualificadores “transtorno” ou “doença”. Ele aparece como sendo uma alteração no bebê que pode ter surgido do uso de antidepressivo, em outras palavras, o uso de antidepressivo pode causar uma alteração orgânica que compromete o desenvolvimento (?) do bebê, essa alteração

(no caso desse enunciado) recebe o nome de autismo. Se ele é causado por uma medicação, diria respeito a uma alteração no corpo, logo, seria correspondente a uma “doença”.

No entanto, no DSM e no CID, o autismo é tratado como um “transtorno do desenvolvimento”, não sendo, portanto, considerado uma doença. Entretanto, é interessante notar que no recorte em que estamos trabalhando no momento, há equivalência dos dois “transtornos” (depressão e autismo) à doença. O modo como o título se formula, permitindo uma certa combinação de seus elementos discursivos, permite compreender, por deslizamento, que está aí presente um efeito metafórico, que permite que outros sentidos, não-ditos, apagados sejam retomados na constituição do sentido. Além disso, esse mesmo jogo possível de sentidos, presente na constituição e na formulação do sentido, é o que permite a análise, que considera que os sentidos sempre podem vir a serem outros (ORLANDI, 2013, p. 79).

A ideologia é condição para que o sujeito e os sentidos se constituam. Ao dizer algo, o indivíduo é, por ela interpelado em sujeito. A ideologia, na transparência da linguagem, fornece evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito, no caso do discurso da saúde, apagam o sofrimento do sujeito e deixam em evidência a doença (MONTE-SERRAT, CHIARETTI, 2011, p. 148).

Esse processo metafórico nos traz uma banalização do discurso científico, uma ausência de compromisso com o que a ciência diz, em benefício ao que pode ser consumido ou não. Os títulos visam fornecer um breve vislumbre do conteúdo da reportagem e, para isso, usa de frases diretas e curtas (na maior parte das vezes). Ela tem a função de ser um convite á leitura, o título precisa aguçar o desejo de consumir o que foi dito e não o compromisso do rigor científico ou da precisão dos termos que a ciência tem.

Agora, analisando o título *“Religião e espiritualidade previnem doenças mentais”*, encontramos uma frase afirmativa, que, portanto, mostra uma relação de determinação, de não dúvida, de transparência, sobre o poder de “prevenção” da espiritualidade ou da religião em relação às “doenças mentais”. O nome “doença” aparece explicitamente ainda que com a adjetivação de “mentais”. Há uma qualificação do nome “doença” como se ele não fosse o suficiente para o entendimento.

Há nesse título a diferenciação marcada pelo nome “mentais” como uma necessidade de dizer que se está referindo aquilo que não é físico, assim como acontece na classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10 que também apresenta a necessidade de realizar oposição entre físico e mental como podemos ver no recorte abaixo:

A Organização de Saúde tem consistentemente encorajado que as pesquisas no tratamento de pessoas mentalmente doentes e tem salientado que as abordagens à doença-saúde mental deveriam ser fundamentalmente as mesmas que a abordagem à doença saúde física (CID-10, 2007, p. V).

O deslizamento de *doente mental* para “mentalmente doente”, como pode ser visto, acima enfatiza o fato de ser uma *doença*, mas ela é *mental*, como sendo um dado muito importante para o discurso, uma marca da diferença, uma sinalização de não pertencimento ao físico, ainda que sua “abordagem” devesse ser a mesma. Estamos diante de um processo de nomeação e de adjetivação. Para Guimarães (2005, p. 9):

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome (não vou aqui discutir esse processo). A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada pela história. É nesse sentido que não vou tomar o nome como uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos.

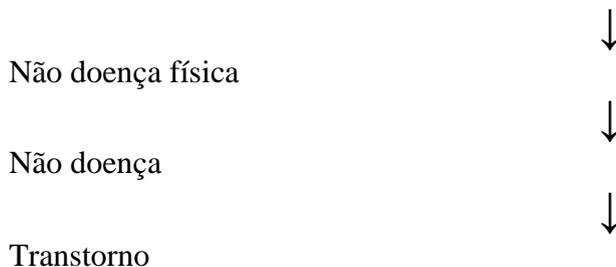
Assim, Guimarães (2005) propõe que nomear é dar sentido a algo. Trata-se de uma relação do simbólico com o real na qual perpassa o histórico. No caso das análises presentes nessa tese, podemos dizer que a processo de nomeação é acrescido (ainda no mesmo processo de nomeação) um movimento de adjetivação, que vamos tentar entender. Ao adjetivarmos um nome, damos a ele uma característica, um complemento, algo que tenta completá-lo através da colocação de atributos. A adjetivação é trazida Oliveira e Souza (1993, p. 428) como sendo função do adjetivo expressar uma relação “[...] subjetiva entre ele e o substantivo caracterizado que permite que se avalie a expressividade do texto, dando uma orientação argumentativa ao enunciado, e conduzindo o destinatário à direção almejada pelo locutor”. Em Carvalho (1996, p. 36), “os adjetivos representam as qualidades em si (algo intangível) ou qualificam um objeto representado por um nome”.

No caso citado anteriormente, da passagem do “doente mental” para o “mentalmente doente”, podemos observar dois efeitos do processo de adjetivação. Ao falarmos de doente mental, estamos falando de uma relação binária (mental e orgânica) de oposição na qual há o direcionamento do argumento de negação (não é orgânica). Assim, torna-se necessário qualificar qual o tipo de doença (mental ou orgânica), excluindo a outra possibilidade. No caso de “mentalmente doente”, esse processo se dá pela justaposição do advérbio que se origina pelo acréscimo do sufixo *mente* ao adjetivo “mental”. “Mentalmente” é um advérbio, de modo que, portanto, estabeleceria como algo acontece: a “doença” que acontece na

“mente”, sendo aqui que é o “doente” que, por sua vez, se configura como um adjetivo, sintaticamente, quando na posição de predicativo do sujeito (por exemplo, “ele está *mentalmente doente*”). A necessidade dessas especificações também é marcada no uso do nome *transtorno*, como veremos.

A memória de “transtorno” como sendo “não doença” fica registrada nesse momento, já que é necessário fazer a diferenciação entre mental e orgânico, chegamos à necessidade do uso de um nome que seja diferente do nome “doença”, no caso “transtorno”. Ainda nessa linha de análise, verifica-se que mesmo havendo o nome “transtorno” para substituir o nome “doença”, ele não consegue realizar o apagamento do mesmo, abrindo a fenda para ressurgir o nome “doença” só que adjetivado por “mental”. O esquema abaixo é uma tentativa de demonstração da interpretação analítica acima:

Religião e espiritualidade previnem doenças mentais



Há a presença de um atravessamento do discurso religioso nesse discurso jornalístico, que acontece também em relação ao discurso científico. Estamos diante do funcionamento interdiscursivo. Segundo Pêcheux (1975, p. 149), em *Semântica e discurso*, o interdiscurso é o “todo complexo com dominante das formações discursivas”.

Todo discurso é atravessado por outras discursividade, se compõe a partir desse campo de sentidos que podem ser retomados, numa relação que é, ao mesmo tempo, parafrástica e polissêmica. Se, por um lado, é preciso que o dizer retome alguma coisa da ordem do repetível para que se faça inteligível (daí a paráfrase), por outro, ao retomá-lo na formulação sempre se produz um deslocamento (polissemia), tornando possível que o sentido venha a ser outro. Nesse título, existe um conjunto de discursos se relacionando e delimitando-se dentro de uma contradição. O discurso religioso que não tem o compromisso com a comprovação, se colocando como “incontestável”, se justapõe ao rigor imposto pela ciência, enquanto a ciência precisa de comprovação o religioso crê por fé, crê por crê, sem necessitar de comprovação, é um dogma, uma doutrina. A despeito dessa heterogeneidade, o enunciado se formula

justapondo os dois campos, produzindo um novo efeito que deixa de relacionar a “doença mental” ao orgânico e a remete ao mental ou mesmo ao espiritual.

Religião e espiritualidade aparecem como dois componentes que podem prevenir uma “doença mental”. Nesse sentido, aproximou-se o religioso e o espiritual do científico, pois o nome “doença” seja ela mental ou não, pertence ao discurso científico. Além disso, existe uma equivalência entre religioso e espiritual, o que nos leva a dizer que não estão se referindo a instituição religião ou, por conseguinte a igreja e sim a crença religiosa, já que religião e espiritualidade estão na mesma posição, ou melhor, tem equivalência e espiritualidade não diz respeito à instituição alguma.

Ainda nesse recorte, podemos destacar como pista a ser analisada o termo “previnem” que aparece antes de doença mental. Com o uso de “previnem” há uma antecipação de algo, assim temos que a possibilidade da doença funcionando como um pré-construído. A noção de pré-construído é elaborada por Paul Henry e desenvolvida por Pêcheux. O pré-construído pode ser compreendido como aquilo que demarca no enunciado em curso, a presença de um discurso anterior. É o já dito de um enunciador esquecido que reaparece no intradiscurso pelo modo como este é formulado. Paul Henry, em entrevista para o jornal da Unicamp realizada por José Horta Nunes, coloca em relação ao pré-construído que

A ideia é, efetivamente, que o que se diz, o que se escuta, é sempre atravessado por algo que já foi dito, atravessado por um dito anterior. Eu acho isso natural. O discurso não funciona de modo isolado, ele está sempre ligado a outros discursos que se convocam, que são convocados por sua letra, sua materialidade.

É isso que levou à ideia de pré-construído, de início com um trabalho sobre a pressuposição tal como desenvolvido por Frege, mas nós nos distanciamos disso muito rapidamente, porque, simplesmente, a ideia de conteúdo de Frege consistia em que podia haver ao menos dois níveis em um texto – o nível superficial e algo que estava em uma posição segunda, se preferir, enganchada na primeira.

A estrutura do texto, então, era uma hierarquia, havia uma superfície e depois algo abaixo. E depois, na medida em que a noção de pressuposição efetivamente implicava a ideia, grosso modo, de que a palavra tem um sentido. Era preciso mudar de registro efetivamente. Quais são os discursos que trabalham no interior de um discurso, linguisticamente? É essa a ideia de pré-construído, não há discurso que funcione sem fazer apelo a outros discursos (HENRY, 2013).

Paul Henry (2013), nessa entrevista, estabelece o pré-construído como um movimento natural da linguagem, um sentido convoca o outro, uma superposição de um discurso com outro para a formação do sentido. Ao buscarmos esse conceito em Pêcheux (1997, p. 171)

encontramos que o pré-construído [...] remete simultaneamente “àquilo que todo mundo sabe”, isto é, aos conteúdos de pensamento “do sujeito universal” suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma “situação” dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do “contexto situacional”. O pré-construído é sempre o já-dito que interpela o sujeito e que está relacionado ao sujeito histórico, constituído pelas formações imaginárias da época.

Voltando ao título, diríamos que a não ter religiosidade corresponde estar mais vulnerável a ficar doente. O pré-construído que funciona aí, no entanto, é o de que todos devem/podem/provavelmente ficarão doentes a não ser que previnam essa doença. Há, portanto, a produção de um efeito de antecipação que funciona também a partir de uma lógica prognóstica ou divinatória e prescritiva, obrigando o sujeito a ser cauteloso com a sua saúde.

O terceiro título recortado da revista *Veja*, “*Atriz que chegou aos 22 quilos começa a se recuperar da anorexia*”, nos chamou a atenção em um primeiro momento por ser iniciada pelo nome “atriz” que remete ao discurso midiático. Iniciar o enunciado com o substantivo *atriz* produz o efeito da notícia se referir a alguém público, alguém que ocupa uma posição valorizada na sociedade atual, que é uma sociedade midiática, como foi dito anteriormente na presente tese.

O título traz o apelo do midiático uma vez que é a atriz que ocupa lugar de destaque e não a anorexia. Anorexia, por sua vez, aparece desacompanhada do nome “transtorno”, marcando independência deste, demonstrando sua completude de sentido e sua transparência: não é necessário ter o acompanhamento do nome transtorno para que se saiba do que está sendo dito. De certa forma, é como se o nome anorexia falasse por si só, apenas esse nome bastaria para obter compreensão do que está sendo representado, numa lógica de representação direta, que reforça a ilusão de correspondência linguagem-mundo, que é desfeita pela AD.

A aparição de alguém, do universo midiático, como portador de uma “doença mental” nos autoriza dizer que mais uma vez o discurso jornalístico banaliza o discurso científico, em prol de ganhar a atenção do sujeito-leitor que é o comprador da revista. Ganhar a atenção do sujeito-leitor leva-o a consumir a reportagem, o que sustenta o objetivo do mercado que é a geração de capital.

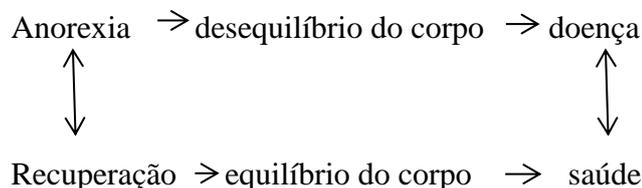
O título, ao colocar o nome atriz em sua inicialização, dá destaque a um artista acometido de algo, sugerindo que vai se abordar a vida da atriz e não a anorexia. A anorexia fica como pano de fundo na reportagem, pois uma figura midiática causaria curiosidade e com

isso o desejo de consumir a reportagem. Em outras palavras, o interesse recai sobre a figura da atriz e não da anorexia, tem-se um efeito de destaque à atriz em detrimento ao “transtorno”, efeito presente na própria formulação do enunciado analisado.

Diante do que acabamos de expor, observa-se uma aproximação do discurso jornalístico à lógica do capital e da geração de lucro – que difere da lógica da informação da ciência, ou ao menos, deveria diferir. Assim, o que interessa não é a informação, não é a quão científica ela é ou não, mas o quanto ela se aproxima do “interesse” do leitor, o quanto ela faz vender, assim poderíamos dizer que o quanto ela é midiática, já que o objetivo da mídia é o da venda, do lucro. Isso demonstra o funcionamento do interdiscurso, há um discurso midiático em funcionamento no discurso jornalístico e formações imaginárias capitalista constituindo o discurso midiático.

Nunes (2005, p. 44) coloca que “[...] sujeito jornalista instaura um efeito de projeção do eu leitor para angariar sua simpatia (ratificando o objetivo de mercado), apontando uma proximidade entre a temática abordada pela revista e a vida das pessoas”. Poderíamos acrescentar à referida colocação de Nunes que usar a personalidade midiática se configura como uma forma de aproximar-se do leitor que tem a necessidade do consumo imposto pela mídia.

O título ainda traz a possibilidade de a anorexia ter cura já que ele possibilita a recuperação, quem se recupera retorna ao estado anterior de equilíbrio, assim, quem se recupera da anorexia, recupera a saúde deixando de ter o que lhe deixava doente, no caso a anorexia, e com isso, encontramos a relação saúde- doença, que está sendo marcada ao longo do trabalho. Esquemáticamente seria:



Doença e saúde, assim como observamos antes, estabelecem uma relação de correspondência, que aqui nesse momento, mesmo pelo deslizamento, não encontramos equivalência (como na análise referida acima), no entanto, encontramos no deslizamento um contínuo de oposição (desequilíbrio/equilíbrio).

3.1. Discurso midiático e espetacularização

Acreditamos ser interessante começarmos essa seção, chamando a atenção para que, ao longo desse trabalho, usamos o termo espetáculo e por vezes espetacularização. Ao usarmos espetáculo estamos referindo à obra *Sociedade do Espetáculo* de Guy Debord (1967), enquanto que espetacularização é empregado no sentido de processo, processo no qual a discursividade apresenta movimentos que transformam o dizer (ou o seu referente produzido) em um *show*, em um atrativo que gera consumo.

Retomando a questão da mídia que parece ter uma presença forte no discurso jornalístico, acreditamos ser interessante retomarmos o livro *Sociedade do Espetáculo* para pensarmos a mídia e sua relação com o mercado que a leva ao poder. *Espetáculo* foi definido por Guy Debord (1967) como sendo o conjunto das semelhanças sociais intercedidas pelas imagens. Para o autor, o espetáculo consiste em propagação de imagens, em diversos meios, como nos de comunicação de massa, nos rituais políticos e religiosos.

O espetáculo é da ordem da falta, refere-se a tudo que não está presente na vida real do homem comum (celebridades, atores, publicidade etc.). É aquilo que transmite charme, magnetismo, grandiosidade e aventura. Características de uma sociedade insaciável de desejo de consumo, de fantasia e de fuga da vivência do cotidiano que passa a ser visto como monótono, chato, trazendo ao sujeito uma infelicidade por anônimo, mais um em meio a muitos outros.

Estamos falando de uma relação entre sujeitos que são afetados pela mídia. Segundo Mininni (2008, p. 57) “a mídia realiza múltiplos percursos de influências graças a gama muito refinada de contratos de comunicação que as pessoas podem estabelecer com ela, segundo modalidades mais ou menos conscientes ou tácitas”.

Ainda podemos encontrar, nas colocações de Guy Debord (1967), a troca dos diálogos por um consumo da imagem, como pode ser verificado no ato de assistir televisão. O modo de produção existente na atualidade resulta no espetáculo. Funciona aí a busca pela fantasia, pelo irreal, justificando os fins do sistema atual de produção. Guy Debord não estava falando em ideia de valor ou julgo valorativo. Ele falava de valorizar a dimensão visual da comunicação de forma a fazer dela uma ferramenta de poder social. A sociedade do espetáculo funciona de modo privilegiado na sociedade capitalista, portanto, o poder encontrado na valorização da imagem está espalhado por toda ela.

A espetacularização da vida toma o lugar das tradicionais formas de entretenimento. Cada acontecimento em torno de um sujeito é superdimensionado, transformado em capítulo e

consumido como um filme. Mas a valorização dos acontecimentos individuais é diretamente proporcional à capacidade desse sujeito em roubar a cena, ou seja, em tornar-se uma celebridade. Para Pena (2005, p. 88-89):

[...] as celebridades tornaram-se polo de identificação do consumidor – ator-espectador do espetáculo contemporâneo. São elas que catalisam a atenção e preenchem o imaginário coletivo. O que é muito diferente da identificação com heróis, uma tradição da cultura ocidental [...].

Ao trazermos isso para o contexto do discurso midiático ou do discurso jornalístico, torna-se possível dizer que, na reportagem do capítulo anterior ou no título agora analisado, o discurso jornalístico funciona à maneira do discurso da mídia, de forma a fazer uso de seu poder, poder esse retirado da produção de imagens que aproximam o leitor do texto e consequentemente produz mais consumo. Para Mininni (2008, p. 149), a mídia tem uma propensão à espetacularização de seus conteúdos, e isso, muitas vezes, faz com que o sujeito que a consome crie a ilusão de trocar de lugar com uma pessoa que circula na mídia, uma troca quase que de identidade.

O quarto título analisado da revista *Veja*, “*Esquizofrenia poderá ser tratada com menos remédios*”, inicia-se deixando explícito que o objeto abordado é a “esquizofrenia”, que assim como a “anorexia” do título anterior, não precisa ser acompanhada de nenhum outro nome. Ao se falar esquizofrenia, a informação já está completa, como se isso fosse o suficiente para torna-la transparente e evidente. Evidência essa que pode ser generalizada ao seu referente – a própria esquizofrenia, como referente, passaria então a existir no mundo. A aparição do termo “tratada” remete à memória discursiva de algo que pertence ao universo da saúde/doença (quem se trata, trata de algo, de alguma doença, por conseguinte, está doente). Assim, criamos o deslizamento “esquizofrenia” a “doença”, sendo que ambas são colocadas em relação de equivalência. Orlandi (2001, p. 44) refere-se a Pêcheux escrevendo que

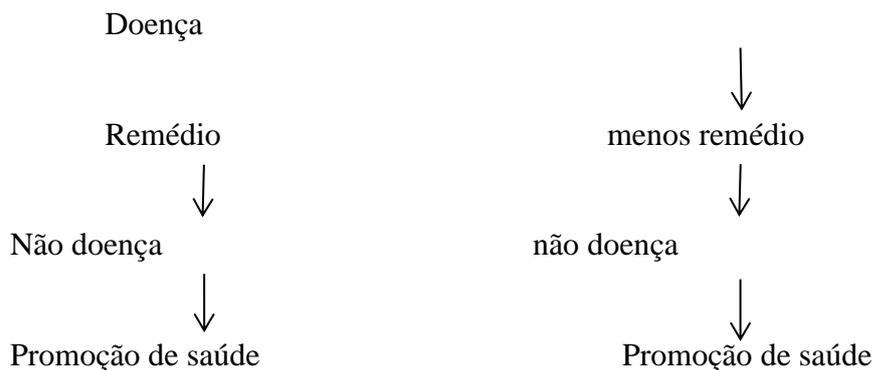
[...] o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e é por esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (metáfora), que elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se revestem de um sentido. Ainda segundo este autor, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formação de sinônimos) das quais uma formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório.

A relação do par intercambiável esquizofrenia–doença é reforçada com a colocação do uso do nome “remédio”, pois remédio se destina a curar doença. Se esquizofrênico usa remédio, ele é doente. Assim, o esquizofrênico tem uma doença. Encontramos, ainda, nesse título uma contradição como veremos no esquema abaixo:

Uso de remédio = combate à doença = saúde

Menos uso de remédio = melhora da esquizofrenia/menos doença = saúde

Com essas relações podemos dizer que a esquizofrenia também pode apresentar melhora com o uso de menos medicação, portanto, teríamos, um deslizamento no nome remédio que nos levaria promoção de saúde e no nome doença. Também por deslizamento, chegaríamos promoção de saúde criando uma relação de equivalência entres esses nomes, como pode ser visto abaixo:



Estamos novamente diante de uma contradição. Como nos ensina Orlandi (2007, p. 17) sobre o silêncio,

O funcionamento do silêncio atesta o movimento do discurso que se faz na contradição entre “um” e o ‘múltiplo’, o mesmo e o diferente, entre a paráfrase e a polissemia. Esse movimento por sua vez, mostra o movimento contraditório, tanto do sujeito como do sentido, fazendo-se no entremeio entre a ilusão e um sentido só (relação com o interdiscurso) e o equivoco de todos os sentidos (efeito relação com a *lalangue*).

A afirmação da relação de contradição nos permite dizer que há no discurso a possibilidade de múltiplos sentidos, uma relação de exterior e interior, que cria a possibilidade do equívoco e da interpretação. Segundo Pêcheux (1983a, p. 22) “a língua é voltada ao equívoco; todo o enunciado é suscetível de tornar-se outro, de se deslocar discursivamente de seu sentido”. Ou seja, a língua não possui um sentido que é fechado em si mesmo, mas que ela se constitui na relação com o outro. É nesse movimento de ir de encontro com o sujeito, encontro com o que está fora dela e que ao mesmo tempo a constitui é que permite lhe conceder sentido e sujeitá-la ao equívoco.

Acreditamos que, nesse momento, seja interessante realizar um desvio no intuito de retomarmos alguns pontos teóricos que podem contribuir para a reflexão das análises. Segundo Orlandi (1998, p. 10):

Essa posição da análise do discurso que, teorizando a interpretação, propõe que se considere o sentido como “relação a”, compreendendo que a língua se

inscreve na história para significar: quando se fala, mobiliza-se, pois, um saber que não se aprende, que vem por filiação e que nos dá a impressão de ter sempre estado “lá”. O princípio dessas práticas de leitura consistiria em se levar em conta a relação do que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando “escutar” a presença do não-dito no que é dito: presença produzida por uma ausência necessária. Como só uma parte do dizível é acessível ao sujeito, com essa escuta o analista poderá ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de “suas” palavras.

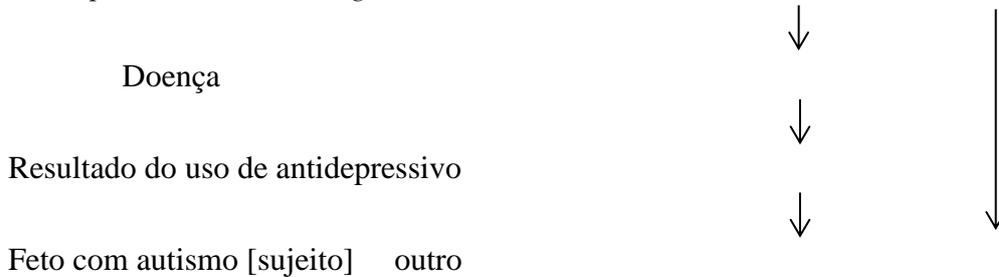
Lembrando que o homem é um ser simbólico, portanto condenado a interpretar, o discurso diz respeito a esse processo relacionado ao simbólico. Segundo Paul Henry (1989), os fatos reclamam sentido. As palavras também, elas sempre pedem por sentido, pois elas são sentido *para* “X” e não por si só, elas precisam da interpretação, se inscrevem na história e, assim, estão sujeitas ao equívoco que é constitutivo do discurso, e não defeito dele. O equívoco para Orlandi (2007, p. 146) é definido como sendo “constitutivo da relação do sujeito com o simbólico [...]. Equívoco que faz com que quem fale acredite separar aquilo que é sujeito à interpretação daquilo que não o é, quando na realidade há sempre interpretação”. O que cria no sujeito a ilusão de ser a origem do dizer.

Retomando as análises, chegamos aos títulos recortados da revista *Isto é*. A primeira delas é “*Antidepressivos durante a gravidez aumentam risco de autismo em 87%, diz estudo*”, com o subtítulo “*Segundo os estudiosos, risco é especialmente alto no caso de medicamentos que atuam sobre a serotonina*”, esse recorte se insere no mesmo campo semântico do primeiro recorte realizado na revista *Veja*. Aqui, o autismo também aparece sem acompanhamento e, por isso, mereceria todas as análises já realizadas acima, porém, encontramos pontos diferentes nesse título sobre os quais gostaríamos de nos deter.

O nome “antidepressivo” aparece direcionado a um sujeito específico (que está grávida, afinal, o uso desse medicamento, no enunciado, ocorre durante a gravidez), essa “população” ou “público alvo” não é explicitado, mas por deslizamento podemos supô-lo. Há uma delimitação, assim como, uma quantificação (em termos de porcentagem) da ocorrência desse fenômeno de aumento do risco de autismo. Essa quantificação propicia um efeito de importância e de legitimidade estatística do “fato relatado”, ao mostrar um percentual de acometimento alto, configurando-se como uma forma de chamar a atenção do leitor para o mesmo. Ao final do título, encontramos a expressão “diz estudo”, uma sinalização de que a responsabilidade da informação não é de quem escreve a reportagem e sim de outro (no caso, o “estudo”), compondo uma heterogeneidade discursiva (AUTHIER-REVUZ, 2004a) que veremos à frente. Tanto nesse recorte como no recorte da revista *Veja*, o “autismo” sobrepõe-

se à figura do “bebê” ou da “criança”, enfim, do “sujeito”, que seria quem receberia o efeito da medicação. O nome “autismo” torna-se o correspondente direto e imediato do sujeito sendo que, somente por um processo de deslizamento, chegamos ao bebê.

Antidepressivos durante a gravidez aumentam risco de autismo em 87%, diz estudo.



Ao trazermos o *outro* nessa análise, mobilizamos o conceito de heterogeneidade linguística de Authier-Revuz. A autora (2004a) propõe a heterogeneidade como algo mais que a alteridade, é algo que altera o enunciado, que é afetado pelo outro, um movimento linguístico que irrompe com o surgimento do outro. Ela coloca que o locutor apresenta um discurso que remete à presença do outro, uma alteridade que cruza o caminho de um determinado discurso, marcando o outro no ato de enunciação (AUTHIER-REVUZ, 2004a). Há um sujeito que é marcado no discurso do outro. A autora traz dois tipos de heterogeneidade (constitutiva e mostrada), como veremos a seguir.

A *heterogeneidade constitutiva* refere-se à presença do discurso do outro em um enunciado. Podemos entender esse tipo de heterogeneidade como sendo própria do discurso, dito de outra forma, é característico do discurso ser constituído por outros discursos, um dizer reflexivo, ele se volta para ele mesmo, tudo que se diz é sujeito a ser outro.

A *heterogeneidade mostrada* divide-se em duas formas: *marcada e não-marcada*. A heterogeneidade mostrada do tipo marcada compõe-se da explicitação do outro na fala do Eu, há a percepção do discurso do outro na enunciação que está sendo analisada. Ao que se refere à heterogeneidade mostrada não-marcada, podemos dizer que esta não possui explicitado a presença do outro no discurso do Eu, o discurso do outro existe, mas está implícito no discurso do Eu. Entendemos que dizer que há tipos de heterogeneidade não é dividi-la e sim mostrar que são processos distintos (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 32).

Na análise do título, “*Antidepressivos durante a gravidez aumentam risco de autismo em 87%, diz estudo*”, chama a atenção o trabalho do enunciador sobre o discurso do outro. Há uma heterogeneidade mostrada e marcada, já que, conforme tentamos demonstrar, o

posicionamento a partir do qual o sujeito enuncia determina o modo de presença desse discurso outro no da identidade discursiva. Ao usar “diz estudo” traz a marca o outro invadindo o discurso do jornalista.

Esse movimento da língua é o que propicia que os sentidos sejam produzidos num jogo de retomada e reformulação, de reprodução e transformação dos sentidos, é o movimento da história e da ideologia criando possibilidades de sentidos. Os sentidos não se perdem, eles se silenciam para dar lugar a novas possibilidades, promovendo a ilusão de sermos a origem do que falamos e de que temos o controle do que é enunciado, mas, no entanto, esse controle é como o próprio nome *esquecimento* diz, uma ilusão, como veremos a seguir. Tanto o sujeito não controla o que diz, fazendo corresponder se faltas ou excessos ao que pensa, quando o seu interlocutor está fadado a interpretar o que ouve a partir de suas próprias condições de leitura. Pêcheux (1988, p. 173) registra que

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao 'esquecimento' pelo qual todo sujeito-falante 'seleciona' no interior da formação discursiva que o domina, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia formula-lo na formação discursiva considerada. Por outro lado, apelamos para a noção 'sistema inconsciente' para caracterizar um outro 'esquecimento', o esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº 1 remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que (...) esse exterior determina a formação discursiva em questão (grifos do autor).

Para Pêcheux (1988), o sentido sempre pode vir a ser outro precisamente porque os sentidos não existem nas palavras, mas na relação com a língua e a história. Essa colocação refere-se ao que ele chamou de esquecimento nº1. Esquecimento nº1 também chamado de esquecimento ideológico é da ordem do inconsciente. É por causa dele que o sujeito, por definição, se encontra fora da formação discursiva que o sobrepuja. O sujeito é constituído pelo esquecimento do que o determina. Ele se determina pela sua inscrição na formação discursiva. De acordo com Orlandi (2006, p. 1), “pelo esquecimento nº1 é que tem a ilusão de ser a origem do que se diz”. Ele é o esquecimento ideológico, total, que permite que o sujeito construa a sua subjetividade, mas não permite que ele seja a sua origem. No esquecimento nº2, o sujeito tem a ilusão de que o que ele diz corresponde exatamente ao que ele pensa, esquecendo que há a possibilidade de outros sentidos.

Em relação ao subtítulo, “*Segundo os estudiosos, risco é especialmente alto no caso de medicamentos que atuam sobre a serotonina*”, o antidepressivo ganha especificidade, pois

agora delimitou-se qual seria a substância, não é mais qualquer antidepressivo, mas um de seus tipos, aquele que atua sobre a serotonina, que não é qualificada aqui, fazendo tanto referência ao que se encontra no discurso científico quanto ao que é comumente entendido como responsável por alguma coisa relacionada ao humor. O outro mais uma vez é trazido como sendo o responsável pelo que está sendo colocado e o recurso de utilizar índices em porcentagens é substituído pela expressão “risco especialmente alto”, o que reforça a ideia de que o percentil tinha o apelo da importância do fato.

O recorte a seguir constitui o segundo título escolhido da revista *Isto é*, “*Eles também sofrem de depressão pós-parto*”, que é acompanhado do subtítulo “*Pesquisa inglesa aponta que cerca de 10% dos novos pais têm sintomas da doença. Pacientes lançam rede online para homens que desejam ajuda*”. Encontramos, mais uma vez, o uso do nome de uma “doença”, e o conseqüente apagamento do nome “transtorno”, o que reafirma a presença de um silenciamento no discurso jornalístico do discurso científico e suas disputas internas, afinal, no CID-10, como vimos, é recomendado o uso de “transtorno” no lugar do nome “doença”. O discurso jornalístico, no título principal, não se utiliza do nome “doença”, mas também não o faz com o nome “transtorno”, apenas usa o nome “depressão pós-parto”, que assim como o uso de “autismo”, “esquizofrenia”, presentes nos títulos analisados anteriormente, parece falar por si só.

3.2. Doença, saúde, qualidade de vida e medicalização

A partir das discussões levantadas pela análise do título, “*Eles também sofrem de depressão pós-parto: Pesquisa inglesa aponta que cerca de 10% dos novos pais têm sintomas da doença. Pacientes lançam rede online para homens que desejam ajuda*”, gostaríamos de levantar questões referentes à medicalização.

Há uma ordem atual em políticas de saúde que visam prevenir doenças e, assim, trabalham com na relação de oposição doença e não doença ou saúde /doença. Em meio a isso, observamos a forte presença da indústria farmacêutica, cujo produto destina-se a combater doenças, dedicando-se a não doença através da *cura*, mas que, em última instância tem como objetivo o lucro, do acúmulo de capital. Retomando a ideia de espetacularização, podemos dizer que “a indústria farmacêutica converte-se em espetáculo, pois não tem sobrevivência fora da imagem ou, ou de forma restrita, fora da propaganda” (BUCCI, 2005, p.

228). Assim, o objeto, o produto, a mercadoria passa a funcionar como aquilo que viria a prover a completude imaginária ao sujeito, momento em que podemos dizer que o sujeito consome ilusões, imagens de desejos.

O objetivo do lucro cria uma contradição na indústria farmacêutica. Essa contradição reside na questão: como a indústria farmacêutica poderia de fato oferecer a cura se é preciso que os medicamentos continuem a ser vendidos para que ela se mantenha? Ter uma medicação que acabe com a doença ou o transtorno é menos lucrativo que ter uma medicação que controle a doença, pois essa última possibilidade permite um consumo contínuo, garantindo a necessidade da medicação e, logo, da compra/consumo da mesma.

Essa colocação talvez não possa ser aplicada a todas as situações que envolvem a relação remédio-doença, afinal, se pensarmos nas doenças que facilmente levam o indivíduo à morte, como o que temos no momento com a epidemia de gripe H1N1 ou com o ebola, a situação de controle dos sintomas não é o ideal, pois o morto não consome remédio e, portanto, não produz lucro. Todas essas colocações parecem ser extremas, mas ao pensarmos no sistema capitalista acreditamos que elas sejam pertinentes.

Por outro lado, percebemos que há uma crescente preocupação com a saúde de forma preventiva. Ideias de qualidade de vida, de vida mais saudável, de consumo de alimentos cada vez mais naturais e funcionais são lançadas midiaticamente o tempo todo, basta, por exemplo, ligar a televisão e facilmente encontramos um programa relacionado a viver com qualidade, cuidado com a saúde ou culinária saudável.

Essas ideias abrem espaço para um novo nicho de mercado que é o da indústria de produtos naturais, uso de produtos reciclados e estabelecimentos de pontos comerciais que ofereçam alimentos de qualidade ou funcionais, lugares que promovam o cuidado com a saúde, que trazem o apelo da vida saudável. Nessa perspectiva o lucro passa a ser em cima do que permite o indivíduo continuamente consumir para não adoecer. Segundo Barros e Masini (2015, p. 9) “[...] temos os avanços na área de biotecnologia que direcionam o olhar para o ser humano pela supremacia do que é orgânico e fisiológico”.

Para Silva (2016), esse direcionamento do olhar para características do ambiente e da relação do sujeito com esse ambiente pode ser visto como uma visão ecológica da sociedade moderna. Ainda segundo a mesma autora (2016, p. 131):

A palavra ecologia que se referia a uma disciplina da biologia que estudava os biomas, se desloca, em termos dos contextos discursivos em que se inscreve. Esse é um processo que vem se dando a partir da segunda metade do século passado. E a sua significação é produzida não apenas para dizer dos processos naturais, mas inclui o homem em um humanismo atualizado.

A partir daí, funciona de determinado modo a se associar a representação de um posicionamento político, crítico em relação a certos aspectos da sociedade atual [...].

Tomando esse olhar emprestado, aproximamos o ecológico da vida saudável, do homem que preserva, sendo esse homem o mesmo que consome. O homem em um humanismo atualizado, o homem que consome de forma consciente, de um sujeito comprometido com a responsabilidade do saudável coletivo ou individual, do sujeito que descobriu que a natureza não é inesgotável e que os recursos podem ser utilizados a seu favor ou não. Silva (2016) diz que há um processo de requalificação do mercado, o que quer dizer que existe a necessidade na atualidade das empresas demonstrarem seu engajamento na questão ecológica, que o consumidor cobra delas informações que demonstrem o engajamento da mesma, é um consumo que preza o científico no sentido de dar a esse a significação de confiável. A autora (2016, p. 140) completa:

Temos o discurso ecológico funcionando como esse qualificador das instituições urbanas, das práticas urbanas- qualificação que se marca na própria linguagem através de adjetivações em expressões conhecidas (exploração racional, turismo ecológico, agricultura sustentável, produtos orgânicos, mercado verde, educação ambiental, empresa responsável, consumo responsável ou consumo consciente etc.)

Na atualidade, há uma visão de futuro que muitas vezes significado como ameaçador, que traz a falência da natureza o que traria o fim da vida em nosso planeta. Esse discurso de fim de mundo normalmente chama a responsabilidade para o sujeito, como podemos exemplificar através da colocação de Chiaretti & Sarti (2017) ao analisar a imagem de uma campanha publicitária. Nessa campanha, as autoras chamaram a atenção para o uso do termo *destino*. O termo *destino*, segundo as autoras (2017, p. 2132), retoma a memória de tragédia grega e coloca o sujeito como “Senhor de sua própria história”. As autoras demonstram que como se consome (as críticas à maneira de se consumir) não somente traz a responsabilidade para o sujeito, como também, o culpabiliza muitas vezes. Nessa perspectiva, é possível dizermos que há uma nova perspectiva nas normas de consumo, onde colocaríamos o consumidor como um sujeito responsável (e culpabilizável) pelo seu consumo, apagando todas as condições sociais de coerção ao consumo. Não podemos perder de vista que apesar de ser um discurso de responsabilidade com a natureza, esse consumo ainda visa o lucro. Ainda segundo as autoras (*idem*, p.2137):

É preciso que a defesa à Natureza seja, acima de tudo, rentável, ou, no mínimo, organize a culpabilidade (característica do sujeito moderno) diante da sua exploração e garanta um fiador a mais no campo do consumo para que o sujeito possa enredar, mesmo que precariamente, um “Eu sou”.

Estamos falando de uma relação de consumo que demonstra uma preocupação com o que é e como é consumido um produto. De uma relação que passa por uma sociedade constituída pela informação, por uma sociedade que consome informação, que é afetada pelo funcionamento da mídia, e que vem produzindo efeitos de sentidos que cobram da mídia essa visão ecológica. Em meio à ideia de vida saudável, temos duas perspectivas que resumidamente seriam: o lucro no controle da doença; e o lucro na prevenção da doença. Podemos dizer que a primeira objetiva o consumo e/ou lucro através da utilização da medicação que controla a disfunção orgânica, que pode ser entendida como as doenças físicas e também as doenças psíquicas (que englobam as emoções). A segunda perspectiva tem como objetivo o consumo e/ou lucro pela utilização de bens de consumo saudáveis, ou seja, promove a saúde ou não doença, é uma postura antecipatória que gera o consumo/lucro.

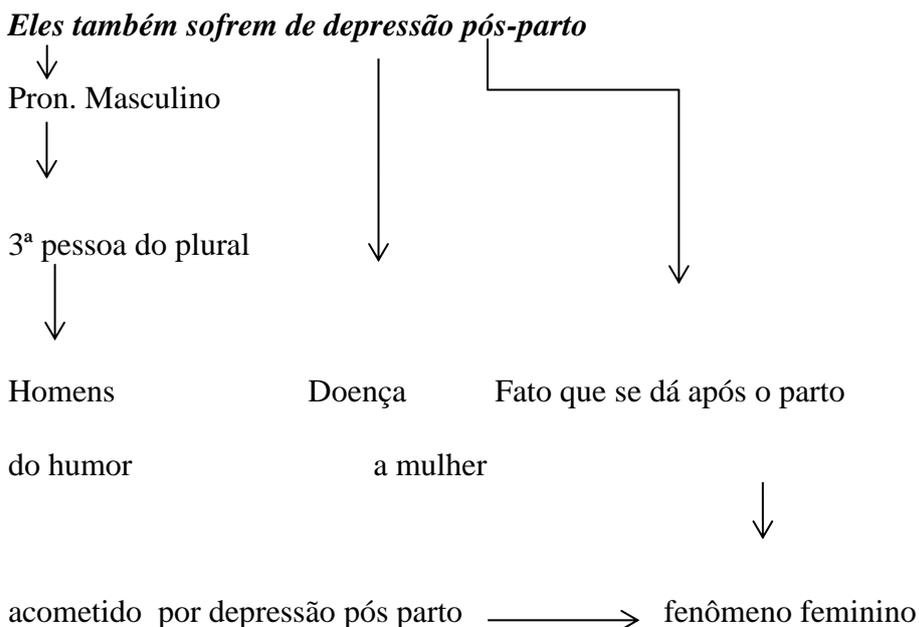
Julgamos ainda mais inquietante conjecturarmos sobre todas essas discussões no que tange políticas referentes à saúde mental. A realidade da posição saúde mental/doença mental levanta o questionamento de qual seria o referencial que nos permite delimitar o que seria um padrão de normalidade, que processos de significação estão presentes nessa dualidade, quais drogas produzidas para o controle das emoções realmente promovem saúde (e não apenas lucro). Acreditamos que essas questões não serão respondidas no presente trabalho e não são o objetivo deste, mas julgamos que estas são pertinentes e devem ser trabalhadas em futuras pesquisas. No entanto, com o presente trabalho talvez possamos levantar algumas pistas para essa discussão futura.

Gostaríamos de salientar que não estamos simplesmente nos opondo à medicalização, uma vez que existem enfermidades, e mesmo estados de sofrimento psíquico insuportável que colocam em risco a vida do sujeito e do outro, fazendo com que o uso da medicação se torne necessário. O que estamos propondo é discutirmos quais funcionamentos ideológicos estão presentes nas discursividade que estamos analisando. Essa proposta nos levou a perceber o apagamento/elisão do sujeito na relação de oposição doença/não doença. Há uma substituição do sujeito pelo nome da doença, como foi visto no título referente ao aumento da probabilidade de autismo devido ao uso de antidepressivo na gravidez, que mostrou, a despeito da “gravidez”, tanto a “mulher grávida” quanto o “feto” ou o “bebê” desaparecem na discursividade, dando lugar a “doença” ou ao “remédio”. Ou no caso do título “*A religiosidade previne doenças*” que apaga o sujeito (religioso) e o sujeito (que não tem a doença).

Petri (2015, p. 21) coloca que “a ideia de que não há uma saúde perfeita, completa e contínua coaduna com a ideia de que a língua e o sujeito não são unos e que suas características fundantes são a incompletude e a descontinuidade”. A mesma autora traz a afirmação de Canguilhem (2006, p. 248), que coloca que a “ameaça da doença é um dos elementos constitutivos da saúde”. Assim, Petri (2015, p.22) afirma que o diferente faz parte do mesmo, nos levando a pensar que a contradição seria constitutiva da ideia de saúde.

Nessa discussão, deste modo, não se trata de ser a favor ou contra a medicalização, e sim de nos permitir transitar nessas discursividade. Do mesmo modo, a discussão levantada na presente pesquisa sobre o discurso jornalístico, não objetiva uma tomada de posição contra ou a favor, condenatória ou de absolvição, de acusação ou de defesa desse discurso, mas sim visa analisar o modo como essa discursividade funciona na sua relação com o interdiscurso, buscando compreender de que modo a memória discursiva em funcionamento produz sentidos e apagamentos no discurso do jornalismo.

Retornando as nossas análises, no título “*Eles também sofrem de depressão pós-parto*”, o pronome *eles* remeteria a homens que também teriam depressão pós-parto, algo que, até então, pertencia ao universo feminino, marcado pelo uso de “também”. Há a presença da metáfora que nos induz a produção do sentido através do deslizamento.



Assim temos, homens *também* seriam acometidos por depressão pós-parto e não somente as mulheres. O deslize que realizamos é uma produção da metáfora que em Orlandi

(2013, p. 79) aparece como sendo “[...] constitutiva do processo mesmo de produção de sentido e da constituição do sujeito. Falamos da metáfora não vista como desvio, mas como transferência”. Em seguida, a autora coloca que:

O processo de produção de sentidos está necessariamente sujeito ao deslize, havendo sempre um ‘outro’ possível que o constitui. Como dizemos o sentido de a para e faz parte do sentido de a e de e. Tanto o diferente como o mesmo é produção da história, são afetos pelo efeito metafórico.

O subtítulo “*Pesquisa inglesa aponta que cerca de 10% dos novos pais têm sintomas da doença. Pacientes lançam rede online para homens que desejam ajuda*” traz a quantificação em percentual como um dado que funciona no sentido de produzir um efeito de legitimidade ao que é enunciado, o quanto significativo é a informação. Mas não é qualquer um que afirma isso, é uma “pesquisa inglesa”. Há, portanto, uma determinação (relativamente indeterminada) no discurso que localiza quem é (ou aproximadamente quem seria, no caso, “ingleses”) o responsável pela informação e uma isenção de responsabilidade por parte da figura do jornalista que passa a ser apenas quem escreve a notícia, preenchendo supostamente a premissa que o discurso jornalístico é isento de opinião, que ele precisa ser neutro.

A presença do discurso digital também fica realçada ao aparecer que pacientes pedem ajuda em redes *online*. Redes *online* refere-se à linguagem usada no ambiente digital, o discurso eletrônico. Evoca a memória metálica, sendo que memória metálica é caracterizada pela linearidade, pela acumulação e pela instantaneidade. Conforme Orlandi (2013), ela é que articula o dito e o esquecido criando a possibilidade do dizer, correndo o risco de reduzir o saber discursivo a um pacote de informações ideologicamente equivalente, sem distinguir a posição-sujeito a partir da qual ele se produz. Seria a memória produzida pela mídia, memória da circulação marcada pelas novas tecnologias de linguagem. Segundo Orlandi (2010, p. 9),

A memória da máquina, da circulação, que não se produz pela historicidade, mas por um constructo técnico (televisão, computador, etc.) (...) Quantidade e não historicidade. Produtividade na repetição, variedade sem ruptura. E o mito, justamente, dessa forma de memória é o “o quanto melhor”. O que é discutível do ponto de vista do que chamamos memória discursiva, a constituída pelo esquecimento.

O conceito de memória metálica refere-se ao modo de circulação dos discursos mais recentes, ou melhor, na contemporaneidade. Encontra-se nela o já dito e esquecido que constitui a possibilidade do dizer. Ela é formal e técnica, mas não somente, uma vez que, em sua materialidade específica, constitui sentidos particulares. Esse discurso tende a reduzir o saber a um pacote de informações ideologicamente equivalentes sem distinguir posição. Ao mesmo tempo, ela se apresenta como ilimitada e a que não falha.

No texto *Televisão e memória*, Orlandi (2012, p. 182) coloca que na relação memória e tevê, “a Tevê metaforiza a relação do homem com a linguagem. Ou melhor, ela se faz metáfora. [...] o homem se significa por essa linguagem que apaga a memória histórica e a substitui por uma linguagem metálica”. Ao pensarmos que essa memória, através das revistas digitais ou impressas, atinge milhões de leitores tradicionais ou internautas, podemos pensar a relevância de entendermos a constituição do discurso jornalístico.

No terceiro título, “*Cigarro poderia favorecer distúrbios psiquiátricos, diz estudo*”, com o subtítulo “*Foi observado que as taxas de tabagismo entre os psicóticos é três vezes maior do que na população geral*”, observamos, em um primeiro momento, com uma estranhamento o verbo *favorecer* que aponta para o sentido de algo positivo, mas que está sendo usado de forma negativa se chegamos ao cabo do enunciado. No mesmo título, há a substituição do nome “transtorno” pelo nome “distúrbio”, que difere daquele adotado no CID-10, “transtorno”. O nome “distúrbio” pode remeter algo que atrapalha, disturba, que perturba, a um defeito, desajuste, criando um sentido que o CID-10 tenta apagar, para isso, abandonando “doença”, sugere o nome “transtorno”, como pode ser visto na dissertação de mestrado de Melo (2010, p. 33):

O nome “transtorno” aparece na décima revisão da CID no intuito de silenciar o nome “doença” anteriormente utilizado, nessa mesma época havia movimentos interessantes acontecendo no discurso da saúde mental entre eles o movimento da anti-psiquiatria. Esse movimento também faz parte da história do nome “transtorno” [...].

Em outro momento de sua dissertação, Melo (2010, p. 60) esclarece esse silenciamento de “doença”, ao propor que:

Mais uma vez, o nome “saúde” demonstra o silenciamento do nome “doença”, pois, “transtorno” foi escolhido para evitar o nome “doença”, o que marca a contradição, afinal o nome “saúde” nos traz a memória o nome “doença”. No mesmo parágrafo, um pouco mais a frente, usa-se a expressão “pessoas fisicamente doentes” em oposição à expressão “doentes mentais”, permitindo o entendimento que “doente mental” não é “doente físico”. Mais uma contradição, pois como vimos acima para a CID-10 “transtorno” não é “doença”, então como podemos usar a expressão “doente mental”?

No título acima, observamos que o nome “distúrbio” ocuparia o lugar do nome “transtorno psiquiátrico”, sendo que, por deslizamento, chegaríamos ao nome “doença”. Porém, a marca da contradição aparece também ao trazermos o sentido de distúrbio como algo que corresponde a um “defeito”, um “desajuste”, um “desequilíbrio”, assim, a utilização do nome “distúrbio” poderia provocar um preconceito que, segundo o CID-10, também seria provocado ao usar o nome “doença”, conseqüentemente o uso do nome “distúrbio” no título

produziria o silenciamento do discurso do CID-10. Há, também, uma transferência de quem diz essa informação, uma transferência do dizer do jornalista para “estudos”, que é por sua vez inespecífico, pois temos o artigo “um” como índice de indeterminação.

No subtítulo, há uma contradição, que pode ser vista na afirmação “*Foi observado que as taxas de tabagismo entre os psicóticos é três vezes maior do que na população geral*”. Essa afirmação não tem a significância de causalidade da esquizofrenia, pode ser apenas um dado que comprova que na esquizofrenia há o uso de tabagismo, que pode ser referido à “doença” e seu “estado emocional” de ansiedade, ou se é algo que aparece antes de deflagrar a “doença”, contribuindo por tanto com uma reação química que propiciaria a doença, o que faria sentido de complemento com a primeira parte o título.

As análises dos títulos, presentes nesse capítulo, nos permitiu compreender que a discursividade do jornalismo, em relação ao discurso científico, apresenta-se como uma vulgarização do conhecimento científico, usando recursos da discursividade midiática, o que faz com que a enunciação do jornalismo produza uma série de apagamentos do discurso da ciência, em prol de sua constituição a partir da lógica do mercado que se beneficia da espetacularização para manter-se lucrativo.

Capítulo 4

Discurso Jornalístico aproximação com o discurso da mídia e responsabilização do outro.

*“Não há angústia, nem fantasia por trás da felicidade,
é esta que não toleramos mais”*

Michel Foucault

4.1 Movimento de aproximação

Neste capítulo, nos dedicaremos a analisar o discurso jornalístico tomando como material de análise a reportagem de capa da *Revista Mente e Cérebro* de janeiro de 2016. Esse recorte foi efetuado a partir da inquietude que surgiu após as análises que apresentamos anteriormente, bem como por contemplar os objetivos da pesquisa. Ao trabalharmos as análises precedentes, foram surgindo questionamentos sobre como seria o discurso jornalístico em uma revista que se dedicasse somente a temas ligados a *saúde mental*, e que, ainda assim, se inscrevesse no jornalismo científico. Buscando por teóricos que trabalhassem com o tema, nos deparamos com a colocação de Orlandi (2001, p.24):

Não se transportam sentidos de um discurso para outro. O jornalista científico ocupa uma posição sujeito específica determinada que não resulta pois de mera soma, nem substituição. Trata-se do que em discurso chamamos transferência, ou seja, é preciso que se produza um efeito metafórico pelo qual algo que significa de um modo, desliza para produzir outros efeitos de sentidos, diferentes. Desse ponto de vista não há equivalência entre o que é dito em uma ordem de discurso e na outra. Há transferência. Quando isso não é ‘bem feito’ resulta em que há apenas ‘transporte’ (e não transferência) de um sentido de discurso para o outro o que resulta em perda, em caricatura. Por outro lado, o jornalista não estará ‘traduzindo’ o discurso científico para o jornalístico, mas estará trabalhando no entremeio desses dois discursos, deslocando, portanto, também sua posição de jornalista. O discurso não é mero receptáculo, ele é um meio, no sentido material. [...] os meios não são indiferentes aos sentidos. Pode ser pensado como um ‘instrumento’ no domínio da informação [...].

A partir das análises que fizemos até aqui e do lineamento teórico construído até o momento, conjecturamos uma interpretação sobre o discurso jornalístico, em relação à doença mental, considerando-o atravessado pelo discurso midiático levando à formação de um

entrelace que desenha um novo discurso, que dá ao enunciado uma nova configuração, uma formulação que encontra uma especificidade, que produz uma série de silenciamentos.

Há, entre o discurso jornalístico e o discurso científico, a intervenção do discurso midiático, criando uma especificidade no dizer jornalístico que o aproxima da espetacularização quando ele se refere ao “fato científico”. Ou seja, esses campos de produção de sentidos e subjetividades (científico, jornalístico e midiático) são produções discursivas que estão se relacionando, criando interferências recíprocas, interpenetrações, que resultam em um discurso que possui uma nova estrutura e funcionamento, um discurso que se constrói sob um efeito de combinação de diferentes campos semânticos.

O discurso jornalístico, ao referir-se ao discurso da ciência, aproxima-se do discurso midiático que por sua vez leva a espetacularização, tendo como consequência o seu afastamento do discurso da ciência. A proximidade com a espetacularização se relaciona ao consumo, em outras palavras, o texto jornalístico passa a ser um produto que interpela o sujeito-leitor a consumi-lo, constituindo-o como sujeito consumidor de ciência. A existência de uma revista como a *Mente e Cérebro* mostra a democratização do saber e a inclusão do leitor (leigo) nesse saber. Tendo em consideração esses efeitos da análise dos materiais anteriores, damos início a essa nova análise.

Como já mencionamos anteriormente, o recorte desse capítulo é uma reportagem da revista *Mente e Cérebro*. Na revista *Mente e Cérebro*, inscrevem-se os artigos pertencem ao jornalismo científico. No entanto, eles falam sobre ciência sem o compromisso de ser científico, ao contrário de uma revista acadêmica, por exemplo. Seu compromisso é o de “transmitir uma informação ao leitor”, que se pressupõem ser leigo no assunto, de maneira que ele possa entender. O sujeito-autor jornalista se inscreve no jogo de projeções imaginárias sobre o seu leitor e a sociedade para poder abordar um assunto que seja de “relevância” naquele momento para os seus leitores supostos.

4.2 Análises de título de reportagem e Responsabilização do Outro

Na revista *Mente e Cérebro*, encontramos artigos ou colunas escritas por autores de diversos campos: jornalistas, psicanalistas, psicólogos etc. Na reportagem que nos dedicamos a analisar, a autoria é de um jornalista. Assim, podemos dizer que ele está na posição sujeito-jornalista e, como tal, ele vai escrever sobre um discurso do outro (o discurso científico).

A noção do Outro em AD pode ser entendida através de Foucault (1991) cria uma perspectiva na qual o que marca *o outro* é ser diferente de nós. Podemos dizer que *o outro* é aquele não é nós. Já em Lacan (1998), a constituição do *outro* está pautada a relações duais, que vão de encontro com a completude do sujeito, identificação e relação com o outro. Para nós a noção de *outro* será vista como a marca da diferença, mas também como a criação de um espaço discursivo que define o que somos nós.

Retomando Orlandi (2001, p. 24), o jornalista ocupa uma posição discursiva na qual ele precisa produzir “um efeito metafórico pelo qual algo que significa de um modo, desliza para produzir outros efeitos de sentidos diferentes”. O efeito causado pelo atravessamento do discurso midiático estabelece um movimento contemporâneo de aproximação e de afastamento do discurso da ciência. Tendo em vista esse jogo discursivo e de relações de efeitos de sentidos, realizamos nossas análises do recorte apresentado a seguir.

Antes de prosseguirmos com as análises, vamos mostrar o caminho que trilhamos para chegarmos à reportagem que compõe o *corpus* e que é analisada nesse capítulo. Ao digitamos no buscador da internet Yahoo “MENTE E CÉREBRO 2016”, a tela que se abre, contém o endereço eletrônico da revista e imagens de várias capas dessa revista no ano de 2016. A imagem da capa da revista “MENTE E CÉREBRO”, referente a janeiro de 2016 (que se encontra abaixo), nos chamou a atenção, cuja formulação do título da reportagem em destaque na capa, lê-se: “**Seu cérebro pode ajudar você ter um ano novo mais feliz**”, por isso nossas análises se debruçarão sobre essa reportagem (anexo 2).



Figura 2: Capa da revista Mente e Cérebro, janeiro de 2016.

Fonte: https://www.lojasegmento.com.br/produtos/img/produto_4272_cuide_de_voce_e_mude_seu_mundo.jpg

Começamos as análises já pelo título: “**Seu cérebro pode ajudar você ter um ano novo mais feliz**”. Esse título encontra-se estampado na capa da primeira edição da revista *Mente e Cérebro* de janeiro de 2016, assim caberia a ele causar no sujeito-leitor o desejo e o interesse pelo consumo da reportagem, já que é a reportagem de capa o primeiro contato que o leitor tem com a revista. A reportagem de capa tem a responsabilidade de mobilizar o leitor ao ato da leitura, do consumo da informação, ela ocupa o lugar de destaque, que tem o objetivo de causar o efeito de promoção da curiosidade, do desejo de consumir a informação. Aqui temos a marca do discurso midiático que traz a necessidade do consumo.

No caso do título citado acima, há a produção do efeito de convencimento de que o sujeito (o “nós, sujeito”) tem uma relação direta com um órgão, o “cérebro”, que aqui ocupa lugar de um ser instituído, independente, um “outro” do sujeito, que tem o poder de realizar a máxima do discurso midiático que é entre outras o encontro com a felicidade. O “nós-sujeito” é uma noção que emprestamos de Payer (2005, p. 12):

[...] os sujeitos – nós, sujeito – nos encontramos expostos à demanda de conhecimento e domínio de múltiplas linguagens, variadas e eficazes: domínio da linguagem virtual, das suas tecnologias, domínio de línguas, de linguagens técnicas, das formas da linguagem nos espaços públicos, domínio de uma enorme diversidade de situações discursivas, controle da memória nestas situações etc.

Sobre o sucesso, que é também proposto pelo enunciado do título em análise, a autora ainda propõe (2005, p. 18),

O enunciado de sucesso imprime através de inúmeros textos, e circula de muitos modos, mas, sobretudo através da mídia. Pode-se notar que há certo “discurso do sucesso” funcionando atualmente em alta escala. [...] Estas especificações formais do texto da mídia tem certamente suas implicações em termos de eficácia na interpelação do sujeito. À amplitude da dimensão de Mercado Mundial vem correspondendo a dimensão formal de seu Texto, que se enuncia através de vozes amplificadas em potências cavaleares, através de médias de todo tipo. Seus termos já não se apresentam mais apenas de modo *hiper* e *extra*, *hiper* e *ultra*, pois de inflacionados perderam lugar para os *mega*, *giga* e *hexa*.

Apesar do título não trazer os termos citados acima, a formulação do “*mais*” antes do “feliz” produz o efeito de inflação, de amplificação, de intensidade e de subjetivação do sujeito hoje, colocando-o a mercê da lei de mercado, de obediência do que foi ditado como sendo uma necessidade dele. “Ser mais feliz”, mais do que uma oferta, é uma imposição que o mercado coloca para os sujeitos (consumidores). Essa imposição, posta como necessidade, é aqui formulada, ou seja, toma corpo, por meio da afirmação de uma possibilidade “seu cérebro *pode* ajudar”. Ainda aí, podemos localizar um a presença da necessidade de “ser

feliz” como um efeito de pré-construído – se pode ajudar o leitor a realizar algo que aparece como uma necessidade suposta como anterior no fio do discurso.

Essa afirmação causa um efeito de verdade e se alicerça na circulação de outros textos jornalísticos - midiáticos¹⁷ que ofertam modelos que corroboram a possibilidade de consumir a felicidade. Essa discursividade (que produz a felicidade como produto de consumo) se relaciona aqui com as discursividades jornalística e a científica, provocando uma aproximação de sentido em sua relação íntima com o consumo, e fazendo com que, assim, a mídia continue impondo suas regras. Há um silenciamento que funciona produzindo sentidos e dando uma nova forma ao discurso. O discurso midiático produz a falta como uma máxima constante, produzindo conseqüentemente o sentido de uma insatisfação que nunca pode ser suprida e que reforça a ideia de que a felicidade não é possível de ser atingida em sua plenitude, ela pode ser sempre mais.

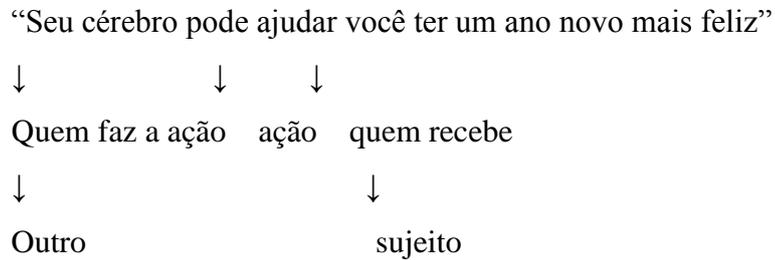
É possível questionarmos o que vem a ser felicidade, pois ser mais feliz é uma derivação do que nomeamos como felicidade¹⁸. Para ser *mais feliz*, é preciso que o sujeito antes seja *feliz*. A nomeação feliz nos remete a contente, afortunado, satisfeito, alegre, sentimentos esses conquistados de formas variadas por sujeitos que são subjetivos, unos. Para que se possa falar que o “cérebro” pode deixar alguém “mais feliz”, é preciso dar ao nome feliz uma significação universal, que anula essa subjetividade e que nos leva a pensar que ser feliz é o mesmo para todos. Mais uma vez há um silenciamento da diversidade do que poderia propiciar a felicidade, uma formulação comumente encontrada no discurso dos livros de autoajuda, como diz Chiaretti (2013, p. 171), “a impossibilidade, negada pelo discurso de autoajuda, de tornar qualquer método universal quando estamos diante de ‘como ser feliz’ advém da impossibilidade de controlar todas as variáveis possíveis e inimagináveis que atuam em cada um”.

A palavra “mais” é um advérbio de intensidade, que se relaciona, na gramática, com a ideia de soma, de adicionar algo, partindo dessa ideia, resta-nos perguntar o que seria adicionado pelo cérebro (já que no título é o “cérebro” que “pode ajudar a ser mais feliz”). Qual é a ação realizada pelo cérebro que tornaria o sujeito mais feliz e que isenta o indivíduo

¹⁷ Como revista *Cara* que traz notícia de pessoas famosas, sendo que boa parte das vezes essas notícias são de momentos prazerosos dessa pessoa, em lugares paradisíacos, criando um imaginário de que elas vivem uma vida de sonhos/perfeita. Como consequência, seria produzido um efeito de equivalência entre essas informações e felicidade. Outro exemplo encontra-se em programas como *Shoptime* (programa de venda de diversos tipos de produtos) que ditam supostas necessidades de consumo etc.

¹⁸ Vale nesse momento buscarmos pelo conceito de pré-construído de Pêcheux, como pode ser encontrado mais a frente.

de responsabilidade? Afinal, segundo o título não é o próprio sujeito que proporciona a felicidade e sim o “cérebro”. O esquema a seguir busca ilustrar essa interpretação:



Logo, um “outro” é responsável por você ter “um ano novo mais feliz”.

O referido título parece mobilizar os elementos que cumpririam o papel de “estimular a curiosidade e o desejo do leitor” (que se constitui nesse discurso enquanto “consumidor de conhecimento”), podemos perceber esse funcionamento quando ela utiliza “pode ajudar você”. O título supõe, em sua formulação, um leitor que deve ser feliz e que para tanto, pode se beneficiar de uma ajuda, propondo, então uma solução para o leitor. Uma solução que levará a felicidade que, por sua vez, se localiza em um tempo determinado (“*um ano novo mais feliz*”). Esse título circula em um momento que é o fim de um ano e início do outro ano. Momento em que, por tradição ou hábito, as pessoas realizam promessas de metas a serem realizadas ao longo do ano que começa. Essas promessas frequentemente se relacionam à busca pela felicidade e/ou satisfação.

Assim, as promessas feitas a si mesmo podem ser resumidas de uma forma ou de outra, a uma busca por um “ano novo mais feliz”, promessa que é mobilizada pelo título e que se renova na formulação e na interpelação do sujeito-leitor-consumidor. A promessa, no entanto, é em certo sentido, “terceirizada”, já que prescindiria de qualquer esforço do sujeito, sendo realizada por este outro, o “cérebro”. Esse movimento permitiria ao sujeito-leitor se afasta da responsabilidade de fazer essa felicidade acontecer, porque não cabe a ele e sim ao cérebro.

4.3 Responsabilização do Eu

Na sequência do título, encontramos o subtítulo:

“Você pode trabalhar a seu favor e ajudar-se a disfrutar de maior satisfação – mas não

imagine que isso acontecerá por obra do acaso. A despeito de fatores genéticos e das condições adversas que a vida nos impõe, sentir-se bem é uma construção e a felicidade, uma escolha”.

Nota: recorte encontra-se na página 144 da presente pesquisa.

Nesse recorte, há uma responsabilização do sujeito pelo seu estado de satisfação ou felicidade: o sujeito tem que realizar algo em prol da felicidade e satisfação. Isso também aponta para uma contradição, pois, no título, o endereçamento do poder de felicidade é para o “cérebro” e no subtítulo passa a ser do sujeito. Essa contradição nos remete a um jogo com o leitor que ora o coloca a mercê do cérebro e ora o coloca no comando, causando um efeito de contradição que se relaciona com a própria constituição subjetiva presente na revista: ora um sujeito livre e autônomo, ora um sujeito assujeitado aos funcionamentos cerebrais.

As análises do título e subtítulo produzem um efeito de sentido de certeza sobre o fato, são frases afirmativas que não permitem dúvida de como “ter um ano novo mais feliz”, o que as aproximam das características do discurso de autoajuda. São enunciações que colocam o sujeito em uma posição de ser autocentrado, que precisa estar direcionado para seus objetivos, que busca pelo seu benefício, que marcam o individualismo, que o colocam como o grande responsável por si, imune ao ambiente e à coletividade, o que mais uma vez o coloca perto das características do discurso de autoajuda.

Em outra vertente de análise temos a figura da revista, que no caso do presente recorte aparece como sendo a detentora do saber, o que lhe confere proferir uma verdade única. Diante dessa colocação, podemos dizer que surge dela a relação de um sujeito-enunciador detentor do saber que transmite a verdade ao sujeito-leitor que consome a informação em busca de uma receita que permita encontrar a felicidade contínua. O sujeito-leitor é convidado a ocupar a posição de quem precisa de orientação, constituindo-se como aquele que de uma forma ou outra é um sujeito que não está sabendo buscar pela sua satisfação ou felicidade.

4.4 Discursos jornalísticos: contradição e subjetividade

Segundo Marques (2013, p. 140) “o discurso jornalístico é, atualmente, um dos tipos de discurso estruturadores da sociedade”. Essa afirmação nos leva a considerar a responsabilidade do discurso jornalístico na atualidade. Mais à frente, Marques continua:

Em termos tipológicos, o discurso jornalístico é tradicionalmente organizado em duas grandes categorias opostas, o discurso de informação e o discurso de comentário, marcado respectivamente pela objetividade e pela

subjetividade, não sem a divergência de vulto, como aponta [...] (MARQUES, 2013, p. 140).

Seguindo essa linha de raciocínio, “informar” deveria se relacionar a um discurso “neutro”, sendo apenas um “relato do fato”, fielmente representado pelo relato. Porém, se o jornalista tem a prerrogativa de ser um comentarista, a subjetividade se faz presente, facilitando a entrada do discurso midiático. Ao afirmarmos que o jornalista tem a prerrogativa de ser um comentarista, abre-se caminho para o discurso midiático. Estamos propondo que comentar é da ordem do subjetivo, não tem a necessidade de ser um texto isento, ao contrário, o que se pretende é que o jornalista apareça na discursividade e não somente relate o fato. Se ao ser comentarista ele deixa de ser neutro (neutralidade imaginária, porque sabemos que quem fala, fala de algum lugar) ele pode usar os recursos da mídia para chamar a atenção sobre a informação, o que o distancia do discurso da ciência e o aproxima do discurso da mídia, que dá a permissão para as espetacularizações. O que parece estar acontecendo no recorte que estamos trabalhando. A contradição entre o título e subtítulo parece um jogo entre informar e comentar que autoriza a presença da subjetividade conferindo a capa um perfil vendável, portanto, capitalista e midiático. O que estamos dizendo é que o discurso jornalístico convoca o leitor a consumir a reportagem, criando um discurso instável que no caso do nosso recorte ora responsabiliza o cérebro pela felicidade e ora responsabiliza o sujeito.

O discurso jornalístico pode ser tomado como contraditório ao analisarmos o subtítulo que se inicia com “Você pode”, essa é uma afirmativa que chama a responsabilidade para o sujeito-leitor, ao passo que, no título, encontra-se “Seu cérebro pode ajudar você”, afirmativa que isenta o sujeito-leitor da responsabilidade de buscar ser mais feliz. Restaria, no caso, consultar a reportagem propriamente dita a fim de “sanar” a contradição que se formula no título. Isso nos leva, então, ao nosso próximo passo que é a análise do texto da reportagem.

Iniciaremos essa análise considerando a função do pronome “você”, que produz um efeito de presença e de intimidade entre os interlocutores desse discurso jornalístico.

4.5 Desejo universal de felicidade

A matéria referente à capa sugere que universalmente o que as pessoas querem é felicidade, significando felicidade como sinônimo de satisfação, podendo ser esta em qualquer aspecto da vida. Essa ideia é trazida através de uma convocação do leitor a fazer parte do que

vai ser dito, como pode ser visto no trecho “*Você pode*”. A palavra “você” produz um tom de intimidade no discurso jornalístico o que causa um movimento de aproximação com o leitor, um direcionamento que traz o efeito de se estar falando direto a uma pessoa (aquele que está lendo, o que traz a memória de conversa).

Logo a seguir, há uma definição objetiva do que estão chamando de felicidade:

“A felicidade pode ser entendida como o grau e a frequência de emoções positivas, nível médio de satisfações que obtemos durante um longo período e a ausência de sentimentos negativos, tais como tristeza e raiva” responde a psicóloga Susan Andrews, doutora em psicologia transpessoal (...)

Nota: recorte encontra-se na página 145 da presente pesquisa.

Assim, parece que nosso questionamento anterior a respeito da definição de felicidade dá ares de ser respondido. Sabemos, no entanto, segundo a AD, que dar corpo aos sentidos, significa também silenciar outros, deixados de lado, esquecidos, mas que, ainda assim, funcionam produzindo sentido ali. A individualidade, nesse momento, parece ser anulada ao imaginarmos que essa seria uma definição universal, que não permite que o indivíduo possa significar felicidade de outra forma, já que há uma definição autorizada pela ciência no momento em que se refere à autoria acrescida toda sua titulação (“doutora em psicologia transpessoal”). Aqui, felicidade deixa de se referir ao cotidiano, por exemplo, e passa a se referir a um campo específico do conhecimento, a Psicologia. A partir desse momento, podemos dizer que a reportagem se posiciona sobre o que ela vai falar por meio da definição do que é felicidade, o que também nos mostra como esse termo pertence a significações diversas.

Vale assinalar que, mesmo após essa definição, o jornalista necessitou complementar, pois não há saturação de sentido na definição anterior, como pode ser visto abaixo:

Talvez seja justamente essa experiência de paz e centramento que diferencie a felicidade, uma vivência interna, dos momentos de alegria, ou mesmo da euforia, exteriorizada e fugaz.

Nota: recorte encontra-se na página 142 da presente pesquisa.

O que demonstra que, por mais que já tenha sido usada uma definição autorizada pela ciência, isso não foi o suficiente, não houve um esgotamento, talvez porque seja possível alocar sentidos outros nesse termo (felicidade), o que nos remete ao apagamento da subjetividade quando este é definido cientificamente. O uso do “Talvez” no início da frase é

outro índice da não exaustão da definição, sendo a definição fornecida, apenas mais uma possibilidade.

O texto segue trabalhando dicotomicamente, pois o binômio prazer e desprazer ou a relação felicidade/desprazer se faz constantemente presente no texto. Esse movimento de vai e vem provoca a ideia de que para entendermos o que é felicidade é necessário pensar na sua oposição, assim não basta defini-la.

Até esse momento, ou melhor, até quase o meio da reportagem, não se forneceu nenhuma informação de cunho científico que fosse de encontro com o título da matéria, apesar de haver uma citação de uma psicóloga, as demais linhas parecem falar de um senso comum, de um conhecimento que circula no cotidiano, conversas do dia-a-dia, e que diz respeito àquilo que se encontra estabilizado sobre os sentidos de felicidade.

Há, até aqui, uma divulgação de conhecimento de forma estereotipada que garante a cristalização da ideia de estar lendo algo que vai manter o leitor bem informado. Estamos falando da produção de conhecimento vazio, vazio de uma teoria científica, mas que dá uma falsa sensação de se estar apropriando de um saber necessário. Podemos dizer que o discurso jornalístico se apropria de (partes do) dizer científico e se modula, formula, por meio da mídia (no sentido de estar se criando uma série de necessidades ligadas ao consumo). Desse efeito de aproximação resulta a produção de um discurso jornalístico que promove a produção de um dizer que se afaste e se aproxima do científico, o que deixa a reportagem vulgarizada e, muitas vezes, vazia.

A revista é um meio de comunicação de massa que vai de encontro com o homem atual, que possui uma necessidade, imposta pela mídia, de estar atualizado. Essa necessidade de atualização parece significar estar informado, informação essa que pode vir através de um meio de comunicação, como uma revista. Estamos falando de um sujeito que pode ver na reportagem a possibilidade de se manter atualizado e assim ser culto. Por deslizamento é possível pensar que “informação” significa “cultura”, o que nos leva a dizer que há, ao mesmo tempo, portanto, produção de um efeito de aculturação desse sujeito. Qualquer conhecimento que o leitor venha a ter sobre o tema sofre um apagamento na medida em que o “verdadeiro conhecimento” se “transmite” na reportagem.

A revista pensada como um meio de comunicação de massa também apresenta a possibilidade de ser pensada como um veículo de formação de opinião pública, colocando um *empoderamento* nas discursividade das revistas que a coloca no lugar de fator de influência/transformador social. Ao dizer que a revista pode influenciar a opinião pública, precisamos

lembrar que ela traz o silenciamento de sentidos, assim a formação ou a transformação da opinião pública também conterà esse silenciamento. “O processo de formação da opinião pública não se limita a registrar como o bom senso cresce em uma dada comunidade interpretativa, mas é uma dimensão da vida social que se mostra submetida à “espiral do silêncio” [...]” (MININNI, 2008, p. 128).

Assim, o funcionamento da mídia constitui a produção discursiva das reportagens, podendo gerar uma aproximação ou um distanciamento do discurso jornalístico em relação ao discurso da ciência. Notamos que ao mesmo tempo em que o discurso jornalístico se aproxima do discurso científico ele também se afasta. O discurso jornalístico não leva, muitas vezes, em consideração características do discurso científico como, por exemplo, a isenção de opiniões, com isso, ao ser atravessado pelo discurso da mídia, ele se afasta do discurso científico, que dá relevância a essa característica.

O discurso da mídia visa o consumo, o espetáculo, o que, mais uma vez, o afasta do discurso da ciência. O atravessamento do discurso da mídia na relação discurso jornalístico e discurso científico traz ao discurso jornalístico uma “perda da objetividade”. O discurso jornalístico passa a se filiar aos discursos de convencimento que chamaria o leitor a participar ou a se satisfazer por se sentir nutrido por reportagens que são produzidas/escolhidas como *necessárias ao sujeito*. Em outras palavras o jornalista julga qual a reportagem é importante o leitor ter acesso.

4.6 Receituário de felicidade

Voltando a materialidade linguística da reportagem, observamos que ela apresenta algumas subdivisões intituladas:

<i>Rotina para organizar a vida;</i>
<i>o que faz seu dinheiro render;</i>
<i>mais velho, mais sábio, mais feliz;</i>
<i>uma agenda mais inteligente;</i>
<i>inspira expira;</i>
<i>faz bem fazer o bem e à flor da pele.</i>

Isso nos chamou a atenção por trazer a memória de etapas ou de ingredientes de uma receita. É como se a reportagem estivesse fornecendo ao leitor um passo-a-passo do que ele precisa para ser feliz.

São subtítulos afirmativos e imperativos, que conduzem à ideia de que se o leitor os seguir, como passos, chegará ao resultado de “um ano novo mais feliz”. Nesse momento temos uma inversão do que já foi mencionado em outro momento aqui nessa pesquisa, pois não mais está se falando no cérebro como agente, mas oferecendo uma fórmula ou o poder ao leitor de obtenção da felicidade.

Temos para cada título um segmento da vida como mostramos abaixo:

<i>Rotina para organizar a vida;</i>	Atividades diárias
<i>o que faz seu dinheiro render;</i>	Financeiro
<i>mais velho, mais sábio, mais feliz;</i>	faixa etária
<i>uma agenda mais inteligente;</i>	organização de tempo
<i>inspira expira;</i>	corporal ou fisiológico
<i>faz bem fazer o bem e à flor da pele.</i>	relações interpessoais

Como pode ser observado, a reportagem sugere que para ser feliz é preciso que todos esses setores da vida sigam algumas regras, assim, por deslizamento podemos dizer que para “ser feliz” é preciso seguir esse passo a passo em cada aspecto da vida (completa). Se pensarmos que o discurso jornalístico pode ser visto como o relato de um processo social de construção da realidade, realidade construída com base em alguns poderes, podemos indagar quais poderes estão presentes neste momento em que o discurso jornalístico se encontra em uma revista que trata exclusivamente de assuntos ligados *a mente e cérebro*, portanto, um discurso do jornalismo científico.

Acreditamos ser possível articular que o poder da mídia está presente causando um funcionamento no dizer que remete a uma formação discursiva de retirada do poder/saber do sujeito-leitor, em uma discursividade controlada e selecionada de acordo com aquilo que o sujeito-jornalista julga ser interessante ser relatado. E quem julga? Quem julga é o autor da reportagem, que iniciou seu primeiro julgamento ao dizer que aquela era uma reportagem (uma informação) que o leitor deveria saber que “controlou” o que ia ser narrado, para tornar não somente interessante a reportagem, como também, necessária de ser consumida. Há por parte do jornalista uma projeção imaginária sobre o que o leitor deve saber (que não sabe ainda).

Em *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Pêcheux (1975, p. 160), ao dizer que “o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’”, nos põe aí em sinal de alerta. Assim, fica possível afirmarmos que os sentidos não residem de nas palavras, eles se constroem historicamente. Nessa mesma obra,

Pêcheux nos chama a atenção para os efeitos da *função-sujeito* no discurso, dependendo da posição social de quem a diz, torna-se possível, conforme Pêcheux (1975), chegar a diferentes significações. A seguir, analisaremos alguns dos títulos citados acima, que nos pareceram pistas para desenvolver as análises da reportagem.

4.6.1 Rotina para organizar a vida

Esse tópico se inicia com um convite aos leitores para trazer à memória momentos felizes, dando a explicação de que essas lembranças são mais facilmente evocadas que as de trivialidades do dia-a-dia. A exposição dessa ideia é seguida com o argumento no qual o jornalista diz pertencer a um estudo:

“No entanto, estudos sugerem que a trivialidade do dia a dia [...]”

Nota: recorte encontra-se na página 145 da presente pesquisa.

Ao escrever “estudos”, o jornalista se exime de responsabilidade sobre o que está sendo formulado, presentificando, em seu discurso, outro autor daquilo que está sendo dito. Ao mesmo tempo, ele não informa o leitor sobre a identidade desse outro, não cita a fonte da informação. Assim, não há como checar, pois ele não especifica qual é o estudo, não havendo um compromisso com as normas científicas que objetivariam garantir a transmissão de informações. Mais a frente ele novamente escreve:

“[...] Pesquisas associam [...]”

Nota: recorte encontra-se na página 145 da presente pesquisa.

Aqui, se repete esse funcionamento discursivo de terceirização da informação científica divulgada a outro desconhecido, que responde apenas a partir da sua “legitimidade científica”. É só mais à frente que, ao se referir a um estudo, ele cita a autoria do mesmo nos moldes científicos. O que nos leva a pensar que o que fica do discurso científico é somente a sua autoridade, sua posição hierarquicamente superior que prima por deixar claro de onde o dizer foi retirado.

4.6.2 O que faz seu dinheiro render

Passemos a outro recorte:

“Muitos grandes pensadores já diziam: a felicidade não depende de bens materiais”

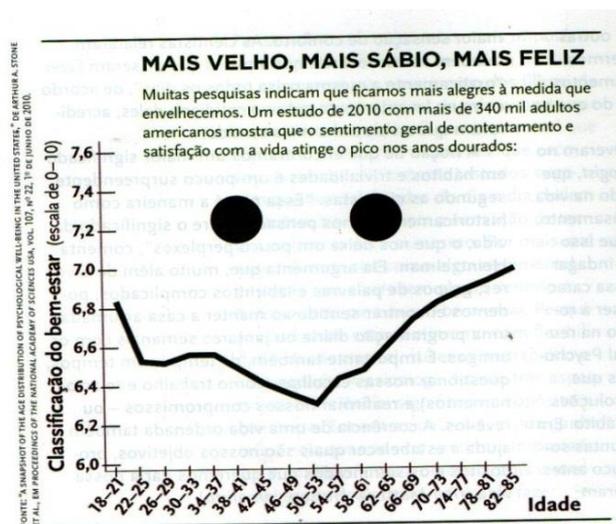
Nota: recorte encontra-se na página 146 da presente pesquisa.

Aqui, mobiliza-se um genérico discursivo (TFOUNI, 2004, p. 79), entendidos como “provérbios, slogans, máximas, rezas, fórmulas adivinatórias, etc., que estão profundamente arraigados em ‘formulas encapsuladas’ [...] resumos historicamente constituídos das experiências e atividades do homem sobre o (no) mundo”. Ainda de acordo com a autora, a função dessas peças discursivas seria a de "transportar sistemas de valores e crenças, de cultura para cultura, de geração para geração. A aparente descontextualização é enganosa, visto que eles se prestam ao uso em inúmeros contextos" (TFOUNI, 2004, p. 80).

Nesse item, também, há a citação de pesquisas que o jornalista não diz quais são, mas há a presença da citação de nomes de psicólogos ao se referir a alguns artigos, o que não nos impede de dizer que aqui também há um esvaziamento do discurso científico.

4.6.3 Mais velho, mais sábio, mais feliz.

Nesse item, contamos com a presença do seguinte gráfico:



Nota: recorte encontra-se na página 146 da presente pesquisa.

A imagem do gráfico nos chama a atenção, afinal, nós não lemos apenas as letras, as imagens também se prestam aos gestos de leitura. Lembremos a afirmação de Orlandi (2010, p. 8), “uma imagem posta junto ao verbal, no digital, não deve ser simples exercício de ilustração, mas significação atestando a abertura do simbólico, dispersão de sentido”. A imagem pode ser considerada um texto de materialidade específica, constituindo assim um objeto do simbólico, significante e que produz efeitos de sentidos específicos relacionados à sua materialidade. O gráfico busca relacionar, em seus eixos, idade e bem-estar e, da forma como ele foi formulado – sendo que foram acrescentados à curva dois pontos –, torna-se possível ler a curva como um rosto sorrindo, sendo o sorriso a linha que demarca a relação entre as variáveis analisadas. Essa imagem também pode ser pensada como a presença do *Smile* que é classicamente relacionada ao “*be happy*”. *Smile* se refere ainda ao *emoticon* amplamente utilizado no digital, o que nos leva a memória do instantâneo, da velocidade trazida pelo mundo digital no qual tudo acontece no agora.

Também deve ser destacado que no texto há a citação de pesquisas e estudos que assim como foi visto anteriormente, não tiveram sua fonte citada, o que nos leva a dizer repetidamente que há o esvaziamento do discurso científico, restando apenas o seu efeito de autoridade e legitimidade.

O efeito de intensificação pode ser percebido ao utilizar repetidamente o advérbio de intensidade “mais”, elevando a magnitude do título, o que constitui uma provocação ao leitor, no sentido de buscar aumentar seu desejo de leitura.

4.6.4 Uma agenda mais inteligente

Nesse item, a reportagem se inicia dizendo que:

“*A felicidade não pode ser comprada e nem de uma hora para outra*”.

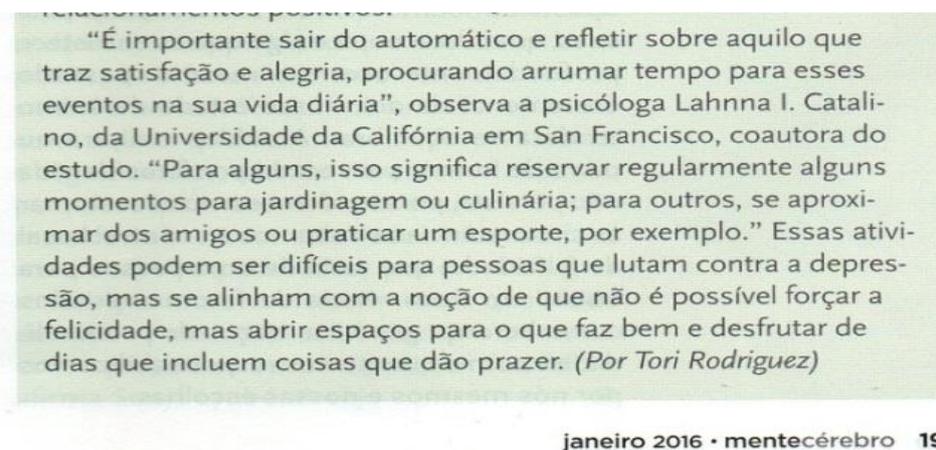
Nota: recorte encontra-se na página 147 da presente pesquisa.

O termo *felicidade* retoma a memória de alguma coisa que não pode ser conquistada repentinamente e nem adquirida através de um pagamento, como um bem material. Na continuidade do texto, é colocado que negar sentimentos de raiva e angústia é maléfico, que se precisa cultivar bem-estar e, para que possa ser mostrado isso pode ser realizado, a reportagem cita uma pesquisa que saiu na “*Emotion*” em 2014, mas não define o que é

“*Emotion*”, não referencia que se trata de um órgão de pesquisa, uma ONG ou uma revista, o que cria um efeito de aproximação e de afastamento do discurso científico (aproxima do discurso científico ao referir-se a fonte e afasta-se ao não esclarecer a que filiação pertence essa fonte, como por exemplo se ela é ou não científica).

Há menção de pesquisadores que realizaram essa pesquisa, mas também não há designação de quem são eles. Foi descrito o processo de pesquisa e somente no final citam o nome de uma psicóloga que é coautora do estudo, assim como sua filiação a uma universidade, reforçando o efeito de autoridade do discurso científico, resultado de um processo de produção de sentidos a partir de uma heterogeneidade discursiva (AUTHIER-REVUZ, 2004).

Como foi visto nos itens anteriores, houve mais uma vez o esvaziamento do discurso da ciência e o receituário do que fazer, só que dessa vez há um deslocamento da “felicidade” para “combate à depressão”. Como pode ser visto no recorte, na imagem abaixo:



Nota: recorte encontra-se na página 147 da presente pesquisa.

A referência está naqueles que têm depressão e não em um sujeito que busca felicidade, como parecia antes ser o objetivo da reportagem. Parece que nesse momento houve uma priorização do foco na depressão, produzindo assim um efeito de equivalência entre “não felicidade” e “depressão”. Assim, se “não estar feliz” equivale a “estar doente” (já que a depressão é uma “doença” ou “transtorno”, como vimos antes), “ser feliz” equivale a “ser/estar normal”, reforçando a hipótese de que estaríamos diante de um “imperativo da felicidade” generalizado nos dias de hoje.

Se voltarmos ao título da reportagem: “Seu cérebro pode ajudar você ter um ano novo mais feliz”, a colocação do “mais” antes de “feliz” produz um efeito de amplificação, de intensidade, delineando um modo de subjetivação atual, atual no sentido da sociedade nos

dias de hoje utilizar de uma discursividade proveniente da mídia, que intensifica e amplia tudo (PAYER, 2005). O adverbio de intensidade “mais”, aparece acompanhando “feliz” (ser mais feliz), o que nos leva a conjecturar que para “ser mais feliz” é preciso antes “ser feliz”. Estamos propondo pensar é que visto através da afirmativa que acabamos de fazer, os sujeitos que não são felizes, são deixados são descartados dessa possibilidade.

4.6.5 Inspira expira

Nesse momento, a seção se inicia em nome de “inúmeros estudos” sem dizer quais são estes, provocando um efeito de legitimidade e autoridade e repetindo funcionamentos citados anteriormente. O que quebra o padrão que acabamos de nos referir é que no início da reportagem já há citação de pesquisas que são referenciadas quanto à sua vinculação com universidade, da qual são citados o nome e a localização. Todas as demais informações que dizem respeito ao poder da meditação, tema abordado nessa seção, são acompanhadas de autoria.

É possível, também, encontrarmos referência à depressão e outros problemas de saúde como, por exemplo, colesterol, mas a felicidade, tema da reportagem não é citada, o que reforça novamente a hipótese de que “felicidade” seria o contrário de “doenças”. Aqui o sentido de felicidade é aproximado ao de “saúde” como ausência de doenças.

4.6.6 À flor da pele

Nesse subitem, o nome da instituição responsável pela informação é o primeiro a ser citado. Parece que esse é o item que mais vai de encontro com o título dessa reportagem, porque relaciona o funcionamento do cérebro ao bem estar/felicidade fazendo da massagem um estimulador do cérebro.

Pesquisadores do Instituto de Pesquisas do Toque, na Universidade de MIAMI, descobriram que algumas poucas semanas de massoterapia podem reduzir os níveis de excesso de cortisol, hormônio do estresse, em até 30%.

Nota: recorte encontra-se na página 149 da presente pesquisa.

Assim, nesse momento temos o sujeito que executa uma prática e que com isso estimula seu cérebro, resultando daí a obtenção da felicidade. A reportagem finaliza ora colocando autoria científica ora negligenciando a mesma, como também, sugerindo que o leitor possa ter hábitos que o ajudem a estimular o cérebro e com isso ter felicidade.

Retomando o título e subtítulo da reportagem é possível que a primeira interpretação produzida faça equivaler *cérebro* e *agente* (“seu cérebro pode ajudar você a ter uma ano mais feliz”), a ação está centrada no cérebro. Mas podemos marcar uma ambiguidade ao percebermos que de uma forma mais discreta convoca ainda o leitor como agente ao dizer que o cérebro é seu (seu=leitor) ou ainda quando coloca “*Você pode trabalhar a seu favor e ajudar-se a disfrutar de maior satisfação – mas não imagine que isso acontecerá por obra do acaso (...)*”, momento em o pronome “você” aparece como o agente. Não há uma incoerência e sim uma ambiguidade que permite uma frequente substituição entre “cérebro” e “você”, que visa identificar o sujeito ao cérebro, e, mais amplamente, a própria subjetividade ao funcionamento neuronal. Essa “ambiguidade” pode ser compreendida discursivamente como um processo de identificação que permite uma aproximação do leitor ao texto. Para Silva (2002, p. 138) “a mídia, na prática da divulgação científica trará o fato científico para uma dimensão familiar, de intimidade e de proximidade, distanciando-o da ciência”. Há, no discurso jornalístico, um dizer trazido da ciência com interferência do discurso midiático que chama o leitor para consumir a notícia ao mesmo tempo em que, no caso analisado, permite que processos de identificação se deem. O discurso jornalístico passa a contar com a presença e a ausência do discurso da ciência, pois ele precisa do apelo do discurso midiático para se sustentar.

Considerações finais

“O que a mídia de massa oferece não é arte popular, mas entretenimento que é destinado a ser consumido como comida, esquecido, e substituído por um novo prato.”

W.H. Auden

As análises discursivas ao longo da presente tese demonstraram uma tensão entre a divulgação científica, que visa levar o conhecimento entendido um “saber necessário”, “um serviço de utilidade pública” para o leitor leigo e não informado, e a divulgação científica vulgarizada, espetacularizada, que transforma os “fatos científicos” em espetáculo, que os transformam em notícia informativa, em produto a ser consumido, e que constitui o seu leitor enquanto um consumidor. Essa tensão resulta da relação do discurso jornalístico e discurso científico atravessado pelo discurso da mídia.

Como grande texto da atualidade, a mídia cria ordenamentos no discurso jornalístico fazendo com que o seu funcionamento se oriente de acordo com a lógica do mercado. O discurso jornalístico, ao falar da ciência, o faz a partir de uma discursividade espetacularizada, uma discursividade que usa das máximas, das afirmativas, e na qual a importância do fato relatado muitas vezes deixa de se relacionar com o fato, tomado nas suas dimensões científicas, e passa a estar implicada com a relação de consumo que se torna possível estabelecer a partir do funcionamento discursivo midiático.

Nossa proposta inicial foi analisar o discurso jornalístico sobre os transtornos mentais, mas essas análises nos levaram a investigação da discursividade em uma revista especializada no tema mente/cérebro. Como pôde ser observado, esse percurso, orientado por uma leitura dos processos discursivos, nos levou ao material do último capítulo, que a princípio não falava sobre transtorno mental, mas sobre felicidade. Em um primeiro momento, parece que nos afastamos da nossa proposta, porém nos aproximamos dela se pensarmos que esse material nos apresentou a um receituário de obtenção de felicidade e que nesse receituário de obtenção de felicidade o que está sendo proposto é um receituário de saúde.

Propor um receituário de saúde é por deslizamento fazer uma oposição à doença, pois “saúde” pode ser equiparada a “não doença”. Assim, isso nos leva a uma questão antiga que trabalhamos ao longo do mestrado, a significação do nome transtorno no CID-10. Nesse trabalho, uma das afirmações que foi possível fazermos é que no CID- 10 (discurso científico) usava o nome transtorno para evitar o nome doença, porém em alguns momentos no CID-10 havia a ambiguidade de trazer o nome transtorno com a equivalência de doença. Essa oposição saúde/doença fica estabelecida nesse último recorte. O que nos permite articular que temos aí o discurso jornalístico aproximando-se de uma discussão presente no discurso da ciência, por deslizamento, se torna possível afirmar que “ser mais feliz” evita “doença”, evita “transtornos mentais” e que, portanto, “transtorno mental” equivale a “doença”.

Essa equivalência, também pode ser vista ao longo das análises dos capítulos dois e três, o que demonstra uma dificuldade, que não é restrita ao discurso científico, em nomear aquilo que foge do estabelecido como normal no campo do mental. O discurso jornalístico ao falar sobre esse tema também apresenta essa dualidade, ou seja, ele mostra a dificuldade da ciência com essa nomeação. Essa dificuldade em nomear, presente no discurso jornalístico, o permite se aproximar do discurso científico, uma vez que este também sofre da mesma dificuldade – ainda que, no discurso científico, essa dificuldade se deva em muitos casos a uma disputa interna, entre cientistas, correntes, abordagens; enquanto que, no discurso jornalístico, observa-se que as trocas de termos são frequentemente pautadas pela “escrita jornalística” que preza pela regra de “não repetição de palavras”. Por outro lado, a dificuldade que acabamos de citar, afasta o discurso jornalístico do discurso científico no momento em que ele usa o nome doença no lugar de transtorno, ignorando, assim, a recomendação científica de não usar o nome doença e sim o nome transtorno. Lembrando Guimarães (2005, p. 92),

[...] é interessante notar como as relações entre nomear e designar de um lado e designar e referir de outro, mostram como a de ontologia enunciativa não é caracterizada por um conjunto de atos que se diferenciam pelas diferentes ações que realizam, mas por um conjunto de relações entre estes compromissos que o constitui. [...]

É a construção simbólica que permite dar significado ao nome. Já que a linguagem não está fechada em si, podemos dizer que nomear faz parte do funcionamento da linguagem, e, sendo assim, nomear não pode ser descrever um objeto, mas sim construir esse referente discursivamente. Atribuir um nome a um objeto é da ordem do simbólico, é uma forma de significar objeto e de direcionar a qual ordenamento semântico ele pertence, ou melhor, de direcionar em qual sentido esse objeto deve ser pensado/interpretado (MELO-2010).

A espetacularização é outra forte presença ao longo das análises. Ao nos referirmos a espetacularização, estamos trazendo a ideia que inicialmente vem de Guy Debord (1997), no livro *Sociedade do Espetáculo*, e que aqui encontrou identificação em aspectos das análises que mostram o discurso jornalístico como aquele em que se utiliza de recursos linguísticos para relatar o “fato científico” como um show, transformando-o em um produto a ser consumido. Guy Debord (1997, p. 108) coloca que “o espetáculo, como organização social da paralisia da história e da memória, do abandono da história que se erige sobre a base do tempo histórico, é a falsa consciência de tempo”.

Nossa sociedade vive uma ditadura na qual tudo deve se expor, deve se levar a saber, um princípio da exibição. Talvez possamos falar que o texto jornalístico ao “revelar” o “fato científico” produz um excesso relacionado à exposição desse “fato”, produzindo do lado do sujeito-leitor, um efeito de ambiguidade que ao mesmo tempo o aproxima e o afasta do discurso científico, que a princípio seria a base da reportagem, colocando-o próximo do texto midiático que produz um efeito de identificação e de intimidade com a figura do artista (ou de qualquer outra figura que se exponha na mídia) ou ainda, muitas vezes, uma possibilidade de substituição do sujeito pelo ídolo.

A reportagem que deveria ser sobre um transtorno passa a ser do artista X (a coisa a saber), portador do transtorno, e assim o espetáculo imposto pela mídia domina o campo do “saber”, como pode ser visto, por exemplo, nas análises do capítulo dois. Essa espetacularização constitui um sujeito-leitor como aquele que, além de se nutrir de uma informação, ou melhor, além de estar se mantendo informado, está se apoderando de cultura, como é exigido pela sociedade atual, pois como vimos em outro momento dessa pesquisa, a relação nos dias de hoje, do saber, da informação e da cultura é de equivalência. Para Silva (2012, p. 29) há:

[...] um sentido de cultura que (se) representa (n) a cidade enquanto espaço cosmopolita da circulação de mercadoria/informações. É importante perceber que nesse contexto, a “cultura” não é algo que já fazemos parte, mas sim algo que se “adquire” (um bem, portanto), frente a um “acesso” proporcionado por meios econômicos, tecnológicos e/ou institucionais.

A ideia da espetacularização do discurso jornalístico que se dedica a falar sobre ciência permite pensarmos em um vazio produzido pela democratização, na qual toda informação deve ser possível de ser alcançada pelo cidadão, deve ser disponibilizada, deve ser acessível, ocasionando um acúmulo de informações que muitas vezes não possui um destino, um critério de escolha, que se perde ou somente se acumula, preenchendo o espaço da generalização de conhecimento, o qual não se tem o controle de onde vem à informação e de

quais informações se perderam nesse processo. Uma espetacularização que leva à passividade, produzindo, por vezes, uma impossibilidade de pensar, pois se recebe um excesso de informação, a consome e a descarta sem saber muitas vezes sua origem, sem se ter o controle sobre o que é informado. É oferecido um grande número de informações mediadas pela mídia, que muitas vezes se relacionam e outras não, apenas se acumulam.

Estamos falando de um funcionamento da tecnologia da linguagem a partir do emprego da internet. O que acabamos de articular se relaciona com o que Orlandi (1996) chamou de memória metálica. Memória metálica diz respeito ao movimento de repetições que constituem os grandes meios de comunicação como a televisão, o rádio, que se caracterizam pelo acúmulo do que é dito em vários lugares e que se juntam formando um todo, produzindo quantidade e não filiação. Ela vai além do acúmulo de dados da memória do computador, ela é um modo de funcionamento da mídia (ORLANDI, 2006). A memória metálica possui um funcionamento que gera um esvaziamento, que através do excesso que esvazia o dizer, gera os dizeres a serem curtidos, compartilhados. Faz parte da memória metálica a repetição trazida pelo discurso que circula na internet, discurso da reprodução de dizeres (DIAS, 2017) .

Com a velocidade que a mídia digital lança no mercado novas informações, acreditamos muitas vezes que as informações anteriores ficaram arcaicas, obsoletas. Isso nos parece um efeito de alienação advindo de um bombardeio sobre nosso senso crítico, que nos convence que, a cada nova invenção, passamos a ter um passado obsoleto. Estamos falando de um empobrecimento e de uma alienação humana. Guy Debord (1997, p. 24) propõe que “o espetáculo na sociedade corresponde a uma fabricação concreta da alienação”, mais à frente acrescenta que “o homem separado de seu produto produz cada vez mais e com mais força todos os detalhes de seu mundo. Quanto mais sua vida se torna produto, mais ele se separa da vida” (DEBORD, 1997, p. 25). O que nos leva a construir a premissa de que o homem na contemporaneidade vive a imagem de mudo que construiu, vive a criação ilusória de imagens ideais.

O homem vive hoje sob a custódia da falta, buscando a completude (sem sucesso) em imagens (miragens) produzidas pelo espetáculo, que não o proíbe de pensar, mas que o faz desnecessário no momento que cria a ilusão de que uma verdade absoluta produzida pela discursividade midiática. Discursividade midiática constitui o sentido da vida enquanto espetáculo, produzindo nossos mitos industrialmente. “A cultura deixa de ser referência de alteridade para tornar-se espelho do que nos é mais íntimo e familiar – só que essa familiaridade vem-nos de fora da subjetividade, fora das relações com nosso semelhante”

(KEHL, 2005, p. 242). Acrescentaríamos que a cultura hoje é uma produção que obedece a leis do mercado.

A crescente facilitação de obtermos informações sobre saúde/doença produz o imaginário de estar se apoderando de um conhecimento que lhe confere um maior entendimento do assunto. Um aspecto singular dessa democratização das informações vinculadas à área das “doenças” mentais são que elas aparecem no discurso jornalístico sob a tutela de efeitos produzidos pela mídia de maneira a produzir uma “espetacularização da vida” de um portador de “doença” mental.

O discurso científico se vale da objetividade, do controle, da isenção de subjetividade, da comprovação do fato, portanto, do que é possível de ser afirmado segundo critérios e normas rígidas. O jornalista acredita estar relatando a verdade do que diz o discurso científico sobre o fato. Essa construção só faz sentido se pensarmos que a verdade não é da ordem do empírico, ela é uma crença. Para Charaudeau (2015, p. 49) “o efeito de verdade está mais para o lado de se ‘acreditar ser verdadeiro’ Surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas [...]”. Refletindo sobre essa colocação, podemos considerar que o jornalista não está preocupado com a verdade, mas com a credibilidade, com a validade do ele diz.

No que se refere ao discurso jornalístico, cabe dizer que ele preserva o objetivo de informar, porém, encontra-se em jogo de aproximação e afastamento do discurso científico, o que confere à reportagem o formato de produto a ser consumido, garantindo sua existência. Ele utiliza dos recursos midiáticos para produzir reportagens que falam não só das “doenças” mentais, mas também de experiências vividas pelos sujeitos que nesse momento se tornam personagens de um grande espetáculo, voltando a identificar-se ao universal.

A informação sobre os fatos científicos aparecem a todo o momento através do discurso jornalístico, que julga dentre os fatos científicos qual ou quais devem ser informados ao leitor. Nesse movimento do discurso jornalístico e do discurso científico, encontra-se o discurso da mídia que traz para o discurso jornalístico funcionamentos próprios à sua discursividade. Sob essa perspectiva, o discurso da ciência surge como um espetáculo ao leitor que passa a ocupar um lugar de consumidor, aquele que consome notícia.

Talvez possamos afirmar que a espetacularização presente no discurso jornalístico seja algo presente na sociedade atual, que deixa os diários pelos *blogs*, que expõe a intimidade nas redes sociais e nos programas de TV, criando uma linha quase imperceptível entre o que é

privado e o que público, entre o que é fato e o que é comercial. As tecnologias digitais, o acesso à informação colocam-nos, então, diante de questões como essa, que achatam a distância entre conhecimento e informação, estabelecendo em uma relação direta entre o consumo e a subjetividade. Resta considerar que, como propõe Pêcheux, “a ideologia é um ritual com falhas”, o que nos permite afirmar que o sentido pode sempre vir a ser outro, está aberto. Espaço de possibilidade de transformação que nos permite pensar de outras maneiras.

Referências

- ALBUQUERQUE, C. M. S.; OLIVEIRA, C. P. F. Saúde e Doença: Significações e Perspectivas em Mudança. In: **Millenium** – Revista do ISPV. n. 25, Janeiro de 2002. Disponível em: http://www.ipv.pt/millenium/millenium25/25_27.htm.
- ACHARD, P. ET. AL. **Papel da memória**. Tradução e Introdução: José Horta Nunes – 2ª edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: **Cadernos de estudos linguísticos**, Campinas, UNICAMP – IEL, n. 19, jul./dez.,1990.
- _____. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004 a.
- BAALBAKI, Ângela Corrêa Ferreira. A divulgação científica e o discurso da necessidade. In: **Letras**, Santa Maria, V. 24, nº 48, p.379-396, Jan./Junho. 2014.
- BALLONE, G.J. O que são Transtornos Mentais. In: **PsiquWeb**, 2008. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/site/?area=NO/LerNoticia&idNoticia=230>. Acesso
- BASTIDORES MÍDIÁTICOS In: Mundo Estranho- Abril. Disponível em: <http://bastidoresmidiaticos.blogspot.com.br/2012/04/como-surgiram-as-revista.html>
- BRAGA, MARIA LUCIA SANTAELLA. As Três categorias Peirciana e os Três Registros Lacanianos. In: **Psicologia USP**. 1999. Vol. 10, Nº 2, 81-91. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/108063/106410>
- BEZERRA JUNIOR, Benilto. **A história da psicopatologia**. Café filosófico. Disponível em: <http://www.institutocpfl.org.br/2012/10/25/a-historia-da-psicopatologia-no-brasil-benilton-bezerra/>
- BUCCI, Eugênio. O espetáculo e a mercadoria como signo. In: NOVAES, Adauto (Org.) **Muito além do espetáculo**. São Paulo: Editora SENAC, 2005.
- CAVALLARI, Juliana Santana & CHIARETTI, Paula. “O que é a língua se a psicanálise existe?”: um retorno a Saussure a partir de Milner, Gadet e Pêcheux.. In: **Línguas Instrumentos e linguística**, nº 36, Campinas: CNPq – Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, Unicamp, 1997-2016.
- CARVALHO, NELLY de. **Publicidade a linguagem da sedução**. São Paulo: Ática, 1996.
- CARROZZA, G.; Santos, M. dos e Silva, T. D. ORG. Pouso Alegre: Univás. 2012.

- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad. Ângela M.S. Côrrea. 2ª edição, 3ª impressão. São Paulo: Contexto, 2015.
- CHIARETTI, Paula **Subjetividade em discurso de livros de autoajuda**. 184p. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, 2013.
- _____; SARTI, Milena Maria. O “destino do homem” no discurso sobre a ecologia e o consumo consciente. In: Revista Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 2128-2138, abr/jun, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2017v14n2p212>. Acesso em 01 Jul 2017.
- CRUZ, José Anderson Santos; JUNIOR, Antonio Walter de Barros. Comunicação, mídia e cultura: estudo antropológico da televisão e seu impacto na sociedade. In: **Temática**. UFPB, ano XI, nº 9, 2015.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade Do Espetáculo**. Edição em PDF: www.geocities.com/projeto-periferia.
- DIAS, Cristiane. **Memória Metálica**. In: Enciclopédia discursiva da cidade: análise e verbetes. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=119>. Acesso em 10 Jan 2017.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz; PAULON, Clarice; MILÁN-Ramos, Guilherme. **Análise psicanalítica de discursos perspectivas lacanianas**. 1ª ed. São Paulo: Estação das letras e Cores, 2016.
- FÁVERO, A. A.; ACHONS, C.R. Tensão vulgarização e erudição na divulgação científica. In: **Contrapontos**. V. 9, nº 2, Itajaí, maio/agosto, 2009. pp.17-33.
- FERREIRA, M.C.L. **A resistência Da Língua Nos limites Da Sintaxe E Do Discurso: da Ambiguidade ao equívoco**. Tese (Doutorado). Unicamp, Campinas, 1994.
- FERREIRA, Maria Cristina. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. P.102- 121.
- FOUCAULT, M. (1991) **Discipline and punishment: The birth of prison**. Londres: Penguin Books.
- _____. **A ordem do discurso**. 15ª edição São Paulo: Loyola, 2007.
- _____. [1972] **História da Loucura**. Trad. José Texeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva S/A, 2005.
- _____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- FRIAS, I. **Doença do Corpo, Doença da Alma: Medicina e Filosofia na Grécia Clássica.** Rio de Janeiro: PUC, 2005.
- GUILLAUMOU, Jaques; MALDIDIER, Denise; ROBIN, Régine. **Discurso e arquivo: experimentações em Análise do discurso.** Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. A análise do discurso: conceitos e aplicações. In: **Alfa**, São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995.
- _____. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. In: **Comunicação, Mídia e Consumo.** São Paulo v. 1.4 n. 11 p. 11 - 25 nov. 2007.
- _____. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In GREGOLIN, Maria do Rosário (org.) **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo.** São Carlos: Claraluz, 2004.
- GUIMARÃES, Eduardo (org.) **Produção e Circulação do conhecimento: Estado, mídia, sociedade.** Campinas: Pontes, 2001.
- HENRY, Paul (1989). “Sens, sujet, orgine”. In: *Linux* (Tradução brasileira, E. Orlandi [org.], 1993).
- _____. **Ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso.** Tradução Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- HORTA, NUNES. O discurso não funciona de modo isolado In: **Jornal da Unicamp.** Campinas, 16 de dezembro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 – ANO 2013 – Nº 587. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/587/o-discurso-nao-funciona-de-modo-isolado>. Acesso em 1 Jun 2016.
- KEHL, Maria Rita. Muito além do espetáculo. In: NOVAES, Adauto (Org.) **Muito além do espetáculo.** São Paulo: Editora Senac, 2005.
- JUNIOR, NELSON DA SILVA. **Epistemologia psiquiátrica e marketing farmacêutico: novos modos de subjetivação.** IN: Stylus (RJ) nº33 Rio de Janeiro, nov. 2016.
- LACAN, J..(1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: J. Lacan, **Escritos.** Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (trabalho original publicado em 1966).
- LAGAZZI, Suzi. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. In: **Linguagem em (Dis) curso** vol.11 nº3 Tubarão Sept./Dec. 2011. Disponível em: <http://unicamp.sibi.usp.br/handle/SBURI/27675>. Acesso em 10 Jun 2017.

- LOPES, Débora Cristina; DITTRICH, Ivo José. **A mídia brasileira e a noção de poder em Foucault**, 2004. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopez-debora-ivo-midia-brasileira-Foucault.pdf>
- MAINGUENEAU, Dominique. Os discursos constituintes. In: MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Curitiba: Criar Edições, 2006. p. 33-51.
- MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.
- _____. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico. In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.
- _____. Discurso e instituição: a imprensa. **RUA**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 47-62, out. 2015. ISSN 2179-9911. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640651/8196>. Acesso em: 07 jul. 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.20396/rua.v5i1.8640651>.
- _____. Da incompletude do arquivo: teoria e gestos no percurso da leitura. In: **Resgate – Rev. Interdiscip. Cult.**, Campinas, v. 24, n. 1 [31], p. 9-26, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=119>. Acesso em 17 Jan 2017.
- MEDEIROS, Caciene. Souza de. **Mídia e Sociedade: os sentidos de violência e a ideologia da intolerância**. In: CARROZZA, Guilherme; SANTOS, Mirian dos; SILVA, Telma Domingues da. **Sujeito, Sociedade, Sentidos** (Coleção Linguagem e Sociedade). Campinas: Editora RG, 2012.
- MARQUES, MARIA ALDINA. Construir a responsabilidade enunciativa do discurso jornalístico. In: **Revista dos estudos discursivos**, nº 2, ano 2013 p.139-166.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico: um ensaio sobre comunicação e campo religioso**. São Paulo: Paulus, 2003.
- MELO, C. **Cartas à redação: uma abordagem discursiva**. Tese de doutorado em linguística, Instituto de Estudos da Linguagem - IEL/Universidade de Campinas – SP, 1999.
- MELO, Simone R. A. DE. **Transtorno e suas significações no discurso da saúde**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Univás, Pouso Alegre. 2010.
- MININNI, Giuseppe. **Psicologia cultural da mídia**. Trad. Mario Bresighello. São Paulo: A Girafa Editora / Edições SESC SP, 2008.

- MONT-SERRAT, Dionéia, CHIARETTI, Paula. Uma Análise Discursiva do Diagnóstico em Saúde Mental. In: TFOUNI, Leda Verdiani; MONTE-SERRAT, Dionéia Motta; CHIARETTI, Paula (orgs.). **A análise do discurso e suas interfaces**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011.
- NOVAES, Aduino. A imagem e o espetáculo. IN: Novaes, Aduino (Org.) **Muito além do espetáculo**. São Paulo: editora Senac, 2005
- NUNES, SILVIA REGINA. **Metáfora e Espetáculo do Discurso de Divulgação Científica da Mídia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná. 2005.
- ORLANDI, E. P. **Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico**. *Rua*, Campinas, 4:9-19, 1998.
- _____. **Discurso e texto**. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. **Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana**. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *Produção e Circulação do conhecimento*. Vol. 1. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. (org.) **Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das ideias linguísticas**. Campinas: Pontes, 2002
- _____. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: São Paulo, editora Pontes, 2004.
- _____. **Conversa com Eni Orlandi**. In. BARRETO, Raquel. Teias: Rio de Janeiro, ano 7, nº 13-14, jan/dez, 2006.
- _____. **As formas do silêncio: o movimento dos sentidos**. Campinas: ed. Unicamp, 2007.
- _____. **Discurso e leitura. 8ª edição. Cortez: São Paulo**, 2008.
- _____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 2ª ed.- Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- _____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 11ª edição. Campinas: Pontes, 2013.
- _____. **A contrapelo: incursão teórica na tecnologia** – discurso eletrônico, escola, cidade. *Rua*, v. 2, n. 16, p. 5-17, 2010. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/lerArtigo.rua?pdf=1&id=91>>.
- _____. **A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico**. In Dias, Cristiane. *Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital* [online]. Série e-urbano. Vol.2, 2013, consultada no Portal Labeurb-<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/Laboratorio> de Estudos Urbanos-

- LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP.
- _____; LAGAZZI, Suzy (orgs). **Discurso e textualidade**. Campinas, pontes, 2006.
- OLIVEIRA, Esther Gomes de; SOUZA, Isabel Cristina America de. **Subjetividade e ideologia em cálice do Chico Buarque de Hollanda**. In: seminário do CELLIP, 6, 1993, Paranaíba. Anais... Paranaíba: Faculdade Estadual de Educação, Ciência e Letras de Paranaíba, 1993, p. 423-430.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrição Clínica e Diretrizes Diagnósticas**. Trad. Prof. Dr. Dorgival Caetano. Porto Alegre: Artmed, 1993.
- _____. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Diretrizes Diagnóstica e de Tratamento para Transtornos Mentais em Cuidados Primários**. Trad. Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- PAYER, M. O. Linguagem e Sociedade Contemporânea: sujeito, mídia, mercado. In Rua – **Revista do Núcleo de desenvolvimento da criatividade – UNICAMP-NUDECRI, SP**, n.11, março 2005.
- _____. **A Memória da Língua: Imigração e Nacionalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2006.
- PÊCHEUX, Michel.(1975) **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Tradução: Eni P. Orlandi [ET al.]. Campinas: Editora Unicamp, 1995.317p.
- _____. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E.P. (org.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1994.
- _____. (1983a) **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990/1997. p. 61-105
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória** (Trad. José Horta Nunes). Campinas: Pontes, 1999.
- PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- PETRI, Verli. O Discurso da não medicação e suas implicações na constituição do sujeito. In: BARROS, Renata C. B. de; MASINI, Lucia (Orgs.). **Sociedade e Medicação**. Campinas: Pontes Editores, 2015.

- PFEIFFE, C. Escola de divulgação científica. IN: GUIMARÃES, E. (org.) **Produção e circulação do conhecimento**. Campinas, SP: Ponte, 2001.
- PORTO, Sérgio Dayrell. **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2002.
- RIBEIRO, Lady Daiane Martins. **Diálogo e interdiscurso na literatura de autoajuda**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Departamento de Letras, 2014. 109 f.
- SILVA, Telma Rodrigues. Jornalismo e divulgação científica. In: **Rua**, Campinas, 8: 129-146, 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640737>. Acesso em 15 Jun 2016.
- _____. Comunicação e instituição: a esfera pública no Brasil. In: SILVA, Telma Rodrigues org.; SOUZA, Tânia Clemente, Org.; AUGOSTINI, Carmen, Org. **Imagem na comunicação e discurso**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2012.
- _____. A linguagem e a questão ambiental-representações políticas, cidadania e produção social. In: **Revista Entremeios**, vol. 12, janeiro-julho, 2016. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/321.pdf>
- _____. O sujeito urbano e a notícia impressa- nos percursos. In: **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 45 (3)p. 1062-1071, 2016. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/817>. Acesso em 10 Mai 2017.
- STEDMAN Dicionário Médico - 23ª edição - Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1987 ISBN 85-226-0224-7.
- WOLFF, Francis. Por trás do espetáculo: o poder das imagens. In: NOVAES, Adauto (Org.) **Muito além do espetáculo**. São Paulo: Editora SENAC, 2005.
- TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2004.

ANEXOS

ANEXO I

Fonte: http://veja.abril.com.br/050504/p_130.html

Edição 1852. 5 de maio de 2004



Especial

Mentes que aprisionam

Paula Neiva e Karina Pastore

Todo mundo tem lá suas manias: verificar se o gás está mesmo desligado, somar os números da placa do carro da frente, organizar certos objetos com simetria e por aí vai. O jogador e galã inglês David Beckham, por exemplo, além de colecionar namoradas indiscretas, tem o costume de guardar sempre em sua geladeira um número par de latinhas de refrigerante. As manias são uma espécie de atavismo. Sob a ótica das teorias evolucionistas, algumas delas foram essenciais para o desenvolvimento e a preservação da espécie humana. De nossos antepassados longínquos, sobreviveram os mais prudentes e precavidos – justamente os "maníacos" por estocar alimentos, zelar pela prole e evitar as ameaças naturais. Ter uma ou outra mania, portanto, está dentro do quadro de normalidade. Elas nos tranquilizam em relação a perigos, ajudam a organizar a rotina e até a passar o tempo.

Por diversos motivos, muitos dos quais ainda não totalmente esclarecidos pela ciência, as manias podem, no entanto, se transformar em doença. Chamado cientificamente de

transtorno obsessivo-compulsivo, ou TOC, o mal ocupa o quarto lugar entre os distúrbios psiquiátricos mais frequentes, com quase 7 milhões de vítimas no Brasil. Quem padece de TOC é acometido por pensamentos intrusivos ou idéias recorrentes e, para aliviar a angústia causada por essas obsessões, desenvolve comportamentos repetitivos – designados pelos médicos de rituais compulsivos. De todas as doenças da mente, o TOC é uma das que mais impingem sofrimento. Ele transforma seus portadores em "escravos de suas próprias idéias e ações", como define a psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva, autora do best-seller *Mentes e Manias – Entendendo Melhor o Mundo das Pessoas Metódicas, Obsessivas e Compulsivas*.

O pano de fundo para o TOC é um medo, assim como ocorre no caso dos fóbicos. Só que os portadores de fobias têm um medo irreal em relação a um objeto real – e evitam entrar em contato com o suposto perigo, para afastar uma crise. No caso dos obsessivo-compulsivos, é mais complicado. O que gera angústia é um pensamento que causa medo. Para se livrarem dele, adotam comportamentos compulsivos. Um dos quadros mais comuns do distúrbio é o que envolve o medo obsessivo de contaminação – um bom exemplo é o personagem de Jack Nicholson no filme *Melhor É Impossível*, que, entre outras manias, usava luvas quase o tempo todo, só comia com talheres descartáveis e não pisava nos rejuntes das calçadas. Alguns pacientes chegam a se lavar com produtos pesados de limpeza, como água sanitária e detergente, só porque se encostaram a outra pessoa. Muitos não se contentam com um banho. Só se tranquilizam depois de vários e longos banhos. "A diferença entre a mania saudável e a patológica é muito mais quantitativa do que qualitativa", afirma o psiquiatra Márcio Versiani, coordenador do Programa de Ansiedade e Depressão da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A doença se manifesta, enfim, quando as manias incapacitam para as atividades cotidianas.

As vítimas de TOC são como Sísifo, personagem do clássico *Odisseia*, poema épico de Homero. Como castigo por ter enganado Zeus, o deus dos deuses, Sísifo foi condenado a levar uma pedra enorme até o topo de uma montanha – para vê-la sempre rolar até o sopé e começar tudo de novo. Em *O Mito de Sísifo: Ensaio sobre o Absurdo*, o escritor francês Albert Camus (1913-1960) escreve: "Se esse mito é trágico, é porque o seu herói é consciente. Onde estaria a sua tortura se, a cada passo, a esperança de conseguir o ajudasse? Sísifo, impotente e revoltado, conhece toda a extensão de sua miserável condição. É nela que pensa durante a sua descida". Os obsessivo-compulsivos têm consciência de que seus pensamentos e atitudes são completamente ilógicos. Ainda assim, como Sísifo, eles têm plena consciência de seu martírio, mas não conseguem se livrar da condenação imposta por suas mentes.

O impacto do TOC pode ser devastador. Depois de acompanhar cerca de 700 pacientes, médicos do Hospital Mount Sinai, em Nova York, concluíram que 70% deles tiveram suas relações familiares estraçalhadas pela mania patológica. Nove de cada dez obsessivo-compulsivos sofrem de baixa autoestima. Não é de estranhar, portanto, que o transtorno frequentemente se faça acompanhar de outros distúrbios psiquiátricos, sobretudo depressão, dependência do álcool e fobias específicas. Não bastasse a angústia provocada pela doença em si, o TOC faz com que o paciente carregue o peso da vergonha. Por isso, os doentes tendem a camuflar os sintomas e custam a procurar ajuda. "Entre o surgimento dos primeiros sinais e o diagnóstico de TOC, os pacientes levam, em média, dezessete anos", diz o psiquiatra Eurípedes Miguel, coordenador do Projeto Transtornos do Espectro Obsessivo-Compulsivo, da Universidade de São Paulo. "O problema é que, quanto mais tempo um paciente passa sem tratamento, mais os sintomas se intensificam."

Sem ajuda, a doença é incontrolável. "É uma luta inglória, com derrota garantida", define Ana Beatriz Barbosa Silva, no livro *Mentes e Manias*. Os pensamentos repetitivos e as ideias fixas acabam congestionando o cérebro. Todos os rituais a que os pacientes se submetem como forma de afastar as obsessões estimulam ainda mais esses pensamentos. O contrário também dá na mesma: se eles tentam não executar as tarefas que se impõem, as obsessões ficam mais fortes. O círculo é vicioso: as obsessões deflagram compulsões que reforçam as obsessões. Não raro, os rituais compulsivos não guardam nenhuma relação lógica com a obsessão que os origina. É infernal.

"Eu chorava de ódio de mim mesma porque não conseguia mais controlar meus pensamentos", lembra a atriz Luciana Vendramini, de 32 anos. Os primeiros sinais da doença surgiram em 1996. Nessa época, ela só conseguia dormir se visse um táxi amarelo passando na rua. Em seguida, ela passou a se deitar se visse dois táxis amarelos, um atrás do outro. Depois, os dois táxis amarelos e uma pessoa andando na direção oposta. Uma das características do transtorno é a mudança de manias ao longo do tempo. Foi o que aconteceu com Luciana. Houve um momento em que a atriz condicionava seus atos ao tipo de ideia que lhe vinha à cabeça. Para sair do banho, por exemplo, Luciana precisava "congelar um pensamento bom" na mente. Obviamente, nessas horas, ela só pensava em coisas ruins. Um dia seu pai teve de invadir o banheiro e tirá-la de lá à força. Fazia dez horas que Luciana estava no chuveiro. Ela também enfrentou uma situação complicada quando, em 1997, conseguiu uma participação no extinto programa *Você Decide*, da Rede Globo, depois de um bom tempo sem trabalhar. "Eu criava rituais para começar o dia que podiam se estender por

muitas horas", diz. Com medo de se atrasar para as gravações do programa, ela simplesmente não dormia. Luciana tinha de cumprir várias "obrigações" para sair do quarto: acordava, pegava um colar com a imagem de São Bento, fazia o sinal-da-cruz, colocava o pé direito no chão, depois o esquerdo e tinha de sair do quarto com um pensamento bom na cabeça. Quando saía do quarto, ia para o banho e começava a se lavar – primeiro pelo lado direito do corpo. Nessa etapa, havia novamente a obrigação de formular um pensamento bom. No ápice da doença, a atriz perdia um dia inteiro nesse labirinto de obsessões e compulsões. Avesa a medicamentos, Luciana relutou muito até se convencer de que deveria tomar remédio. Há dois anos, ela conseguiu controlar suas manias. Às vezes, ainda sente uma compulsãozinha por lavar as mãos repetidas vezes, mas não se deixa levar. "A doença não me pega mais", diz. Depois de dois anos de tratamento, Luciana voltou aos palcos.

As causas do TOC ainda não foram totalmente desvendadas. Sabe-se que o transtorno tem componentes ambientais e genéticos. Graças ao desenvolvimento de máquinas capazes de flagrar o cérebro em funcionamento, descobriram-se algumas das áreas cerebrais que servem de sede para as obsessões e as compulsões. As duas principais delas, o córtex órbito-frontal e os gânglios da base, são responsáveis pelo processamento das informações recebidas e pelo controle do medo. Já foi estabelecido também o papel da substância serotonina no desenvolvimento da doença. Produzida no cérebro, a serotonina está associada às sensações de prazer e bem-estar. Por isso, o tratamento medicamentoso do TOC ganhou impulso no fim dos anos 80, quando surgiram os primeiros antidepressivos criados especificamente para manter um nível saudável de serotonina no cérebro – são os remédios da família do Prozac. Dos medicamentos antigos, os tricíclicos, são usados apenas aqueles cuja ação está concentrada na serotonina. O mais usado deles é a clomipramina, vendida sob o nome comercial de Anafranil. O TOC não tem cura, mas pode ser controlado. A combinação de antidepressivos com psicoterapia reduz em até 80% a manifestação dos sintomas. A terapia mais utilizada é a comportamental-cognitiva, em que o terapeuta tenta convencer o doente de que suas preocupações são infundadas. Para isso, ele não só usa argumentos lógicos, como expõe o paciente ao objeto de suas aflições. Os primeiros sinais de melhora começam a surgir entre duas e quatro semanas após o início do tratamento. A medicação é mantida por, ao menos, um ano. O objetivo é diminuir os riscos de recaída.

O TOC foi descrito pela primeira vez em 1838, pelo psiquiatra francês Jean-Étienne-Dominique Esquirol. O caso era o de Mademoiselle F., uma jovem de 18 anos que foi tomada pela aflição de que, um dia, ao visitar a tia, pudesse roubar-lhe algum pertence. Mais tarde, a

moça passou a ser acometida por rituais de verificação. Filha de um comerciante, Mademoiselle F. gastava horas e mais horas fazendo e refazendo as contas da loja. Mesmo que os resultados conferissem, a jovem não se convencia. Suas aflições, pouco a pouco, foram aumentando. Ela começou a ter de lavar as mãos sempre que encostava em alguma coisa. Gastava mais de três horas com a higiene diária. Em seguida, passou a não sair mais de casa com medo de se sujar e cair doente. Na época, com muita propriedade, Esquirol usou a expressão "loucos razoáveis" para definir os obsessivo-compulsivos: "O paciente é constrangido a realizar atos (...) que sua consciência desaprova, mas sobre os quais ele não tem controle voluntário (...) É a monomania instintiva. Os monomaniacos têm sempre motivos mais ou menos plausíveis para se justificar".

O conceito de neurose obsessivo-compulsiva, no entanto, só seria concebido no início do século XX, por Sigmund Freud, o pai da psicanálise. Para ele, os pensamentos obsessivos e os rituais compulsivos surgem como resposta inconsciente a determinados desejos que levam a um estado de ansiedade. Por mais desconfortáveis que sejam os sintomas da obsessão e da compulsão, eles seriam menos incômodos do que enfrentar conscientemente as razões do tormento psíquico. O estudo clássico sobre a doença é *O Homem dos Ratos*, publicado em 1909. Nele, Freud conta a história de um jovem que vivia atormentado pela ideia de que seu pai ou a moça por quem era apaixonado pudessem ser vítimas do ataque de ratos. A obsessão pelo bicho surgiu depois de ele ouvir o relato de um tipo de tortura muito temido naquele tempo. O prisioneiro era amarrado nu, de braços, com as pernas afastadas. Sobre as nádegas dele, o carrasco colocava de cabeça para baixo, um balde cheio de ratos. Por meio de técnicas psicanalíticas que ainda estavam em seus primórdios, Freud descobriu que a obsessão do jovem paciente se relacionava ao desejo inconsciente que ele tinha de se opor às vontades do pai. "Ele resolveu esse conflito caindo doente. Assim, evitava resolvê-lo na vida real", escreveu Freud.

Alguns distúrbios psiquiátricos podem ser confundidos com o TOC, como o sexo compulsivo, o jogo patológico, a hipocondria, a bulimia e a anorexia, entre outros. A principal diferença é que os pacientes desses transtornos não têm consciência de que seus pensamentos e atitudes são absurdos. A anorexia, por exemplo, é caracterizada pela preocupação excessiva com o peso corporal e a quantidade de calorias ingeridas. Por mais que o paciente seja magro ou emagreça, ele sempre se vê como gordo e deixa de comer. Um obsessivo-compulsivo que desenvolve um ritual em que deixa de se alimentar não o faz porque se sente feio. Toma esse caminho para afastar de sua mente algum pensamento catastrófico. Além disso, ele tem

consciência de que não comer faz mal. Prisioneiro de sua mente, no entanto, ele prefere passar fome a ter de pensar em coisas ruins.

Mesmo pessoas saudáveis são suscetíveis a apresentar traços (leves) de obsessão-compulsão em determinados momentos da vida. "Em situações de stress, elas tendem a ritualizar", afirma o psiquiatra Márcio Bernick, coordenador do Ambulatório de Ansiedade, da Universidade de São Paulo. A maioria dos que embarcam para o exterior tem a mania de, a caminho do aeroporto, conferir inúmeras vezes se o passaporte e a passagem não ficaram para trás. É, sem dúvida, um ritual compulsivo de verificação. Quem já se apaixonou sabe que a paixão é terreno fértil para as obsessões e as compulsões. Até a adolescência, a vida de meninos e meninas é marcada por rituais compulsivos que ajudam no desenvolvimento. As crianças pedem sempre para ouvir a mesma história, como uma forma de estabelecer uma rotina interna. Por volta dos 6 anos, dedicam-se a álbuns de figurinhas, coleções de carrinhos ou de bonecas, o que lhes propicia interagir com o mundo e aprender a desempenhar papéis sociais. Na idade adulta, certos sintomas podem aparecer, sobretudo entre as mulheres grávidas ou que acabaram de ter filho. No último mês de gestação e três meses depois do parto, não é incomum que as mães apresentem uma preocupação obsessiva em relação à criança. Naturais e esperados, os rituais de controlar se está tudo bem com o bebê são importantes para a segurança e a saúde física e emocional da criança.

A reviravolta hormonal e psicológica pela qual as mulheres passam durante o período de gravidez é tão acentuada que algumas das que têm predisposição genética à doença desenvolvem o transtorno a partir dessa fase da vida. Não há levantamentos estatísticos sobre o assunto, mas, segundo os médicos, a prática clínica mostra que um de cada três pacientes de TOC é mulher e apresenta os primeiros sintomas do mal durante ou logo após a gravidez. Nos outros doentes, o distúrbio aparece entre o final da adolescência e o início da idade adulta. Atinge homens e mulheres, ricos e pobres, ocidentais e orientais em igual proporção. A boa notícia é que a ciência hoje consegue manter o TOC sob controle. Ninguém mais está condenado a viver refém da própria mente.

Pensamentos que atormentam e comportamentos que se repetem

As obsessões são pensamentos ou ideias recorrentes. As compulsões são ações ou atitudes repetitivas. Em 90% dos casos de transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), as duas estão associadas. As vítimas de TOC são levadas a cumprir o que os médicos chamam de

"rituais compulsivos". Na mente dos pacientes, eles servem para aliviar a angústia causada pelos pensamentos obsessivos. Os mais comuns são:

- SIMETRIA

O que é:

Cuidado extremo com exatidão ou alinhamento de objetos. Às vezes, ao tocar algum objeto ou alguém sem querer com um dos braços, a pessoa sente que tem de fazer o mesmo com o outro braço

O relato de um caso:

"Quando via os CDs do meu quarto fora de ordem, ficava angustiado, com a sensação de que eu ou meus pais poderíamos sofrer um acidente"

- MENTAL

O que é:

A pessoa tem certeza de que se não cumprir determinadas "tarefas mentais", como repetir inúmeras vezes uma mesma frase ou palavra, jamais ficará livre dos pensamentos ruins que a assombram.

O relato de um caso:

"A estrela de cinco pontas é um símbolo místico: com a ponta virada para cima representa o Bem; com a ponta virada para baixo, o Mal. Adivinha em qual eu pensava? Toda vez que a estrela virada para baixo me vinha à cabeça, e isso acontecia toda hora, eu tinha de repetir mentalmente o nome de alguns anjos: Gabriel, Miguel, Rafael..."

- CONTAMINAÇÃO

O que é:

Medo desmedido de se contagiar por vírus, bactérias ou substâncias tóxicas. Esse tipo de obsessão está associado a rituais de limpeza e lavagem.

O relato de um caso:

"Fico desesperado quando encosto sem querer em alguém na rua. Imediatamente acho que a pessoa está doente e que eu posso ter pego aids. Só me tranquilizo depois de passar horas no banho, me limpando"

- SOMÁTICOS

O que é:

Preocupação excessiva com doenças, mesmo que a pessoa não apresente nenhum sintoma.

O relato de um caso:

"Vivo achando que estou com câncer. Não sinto nada, sei que não tem nada a ver, mas essa ideia me atormenta o tempo inteiro"

• DÚVIDAS

O que é:

Preocupação constante com o fato de não confiar em si mesmo. É quase impossível estar seguro de ter mesmo realizado determinada tarefa

O relato de um caso:

"Qualquer coisa que faço me deixa sempre com uma interrogação na cabeça: 'Será que fiz mesmo?' ou 'Será que eu fiz direito?' Não tenho segurança, nem paz. Minha vida é um inferno"

• AGRESSÃO

O que é:

A sensação de que se está na iminência de ferir ou insultar alguém. Isso tende a levar a rituais de verificação

O relato de um caso:

"Depois que meu filho nasceu, minha mania de só fechar as gavetas de talheres quando eles estivessem arrumadinhos piorou bastante. Passei a pensar que, se fechasse a gaveta e alguma faca se deslocasse lá dentro, seria capaz de pegá-la e ferir meu filho (...). Como, quando eu fechava a gaveta das facas não conseguia ter certeza de que, ao fechá-la, nenhuma faca tinha saído do lugar lá dentro, ficava abrindo e fechando a gaveta muitas vezes".

• COLECIONISMO

O que é:

Ideia fixa em colecionar determinados objetos ou não se desfazer deles, por achar que tudo poderá ser útil no futuro.

O relato de um caso:

"Comecei a juntar jornais há quinze anos. Tenho todos eles até hoje. Não consigo jogar nenhum exemplar fora com medo de que algum dia eu venha a precisar de alguma informação contida ali".

• RELIGIOSO

O que é:

Pensamentos freqüentes de blasfêmias e pecado

O relato de um caso:

"Sempre que via a imagem de Jesus crucificado, com apenas um pano enrolado em seu corpo, me vinha à cabeça a imagem dele fazendo sexo com Maria. Eu não consigo evitar esses pensamentos e estou sempre à espera da punição"

• SEXUAL

O que é:

A mente pode ser dominada por pensamentos obscenos e impulsos incestuosos, indesejados ou impróprios, que causam enorme sofrimento à vítima do TOC.

O relato de um caso:

"Evito sair de casa por medo de não conseguir tirar os olhos dos órgãos genitais de quem encontrar na rua ou de fazer propostas indecorosas a quem eu julgar atraente"

Fontes: Albina Rodrigues Torres, psiquiatra e professora do departamento de neurologia e psiquiatria da Faculdade de Medicina de Botucatu Universidade Estadual Paulista, e Ana Beatriz Barbosa Silva, psiquiatra e autora do livro *Mentes e Manias*.

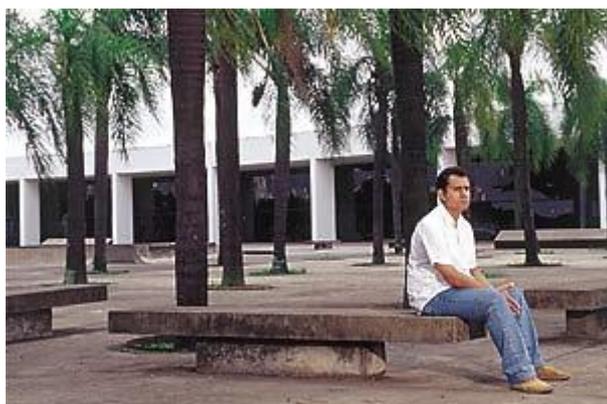


Luciana Vendramini, 32 anos, atriz
Pedro Rubens

“Em meados de 1997, quando eu já sofria de transtorno obsessivo-compulsivo, fui viajar – uma espécie de lua-de-mel em Londres, para tentar recuperar o casamento (*com o cantor Paulo Ricardo*). Durante a viagem, eu me senti muito esquisita, meio lunática. Estranhava o meu próprio corpo. Quando voltei para o Rio de Janeiro, estava grávida. Era tudo o que eu não queria. O casamento tinha realmente acabado, estava muito deprimida, queria ir para São Paulo estudar teatro, cuidar da minha profissão. Em outra época, a notícia do bebê teria sido a melhor coisa do mundo. Tempos antes eu havia desenvolvido rituais para tomar banho e sair de casa, e nesse momento fui acometida por um outro tipo de obsessão – agora, em relação à comida. Se o prato chegasse e eu estivesse com um pensamento ruim, eu simplesmente não comia. Comecei a emagrecer muito. Perdi o filho no segundo mês de gravidez. No hospital, tive uma crise de pânico. Sentia muito medo. Passei a acreditar que os meus pensamentos tinham matado o bebê. Chorava de ódio de mim mesma, porque eu não tinha mais controle sobre mim. A pior fase foi entre 1999 e 2000. Eram tantas manias, que nada me aliviava. Até que, um dia, fiquei muito enjoada e vomitei. Senti um alívio tão grande que passei a forçar o vômito. Tornei-me bulímica. Chegava a vomitar oito vezes por dia. Eu sabia que aquilo estava me fazendo mal. Mesmo assim, não conseguia me segurar. Decidi parar de comer para evitar os vômitos. Li muito sobre anorexia, mas não me identificava com a doença. Eu não havia parado de comer para ficar magra. A nossa mente pode ser uma grande fonte de perigo. Ela nos leva a lugares que nunca pudemos imaginar. Em julho, completo dois anos de tratamento. Nesse período, já senti muita vontade de voltar a fazer coisas repetitivas, como lavar as mãos muitas vezes. Mas hoje consigo controlar esses sintomas”

Luciana Vendramini, 32 anos, atriz.

"Que nada de mal aconteça a meus pais. Que nada..."



Valdiney Santos, 32 anos, vendedor.
Fotos Claudio Rossi

"Aos 6 anos, comecei a ter medo de que algo de ruim pudesse acontecer a meus pais. Aos 14 anos, o medo transformou-se em pavor. Ficava seguindo meus pais pela casa, com o olhar. Minha mãe percebeu que aquilo não era normal e me levou ao médico. Recebi o diagnóstico errado de esquizofrenia, fui medicado e melhorei um pouco. Aos 17 anos, as manias voltaram com muita força. Qualquer notícia ruim que via na televisão, ouvia no rádio, lia no jornal ou que me contavam deflagrava em mim uma série de pensamentos catastróficos. Para me livrar deles, inventava frases e as repetia mentalmente inúmeras vezes: 'Que nada de mau aconteça a meus pais. Que nada de mau aconteça a meus pais. Que nada de mau aconteça a meus pais...' Com o tempo, as frases ficaram mais complexas. Sentia muita raiva de mim: sabia que nada daquilo fazia sentido, mas não conseguia me conter. A doença afetou meu desempenho escolar. Era difícil eu me concentrar. Assim que terminava de ler uma frase, tinha de voltar ao início dela para me certificar de que havia compreendido o significado corretamente. Ia e voltava vinte, trinta vezes... Tinha mania para tudo, em todos os momentos, em todos os lugares. Obrigava-me a verificar se as portas e janelas da casa estavam bem fechadas. No fim do dia, eu havia checado cada uma cerca de 200 vezes. Por causa da doença, nunca consegui ter um relacionamento amoroso mais duradouro. Em 1994, comecei um novo tratamento. Já melhorei muito, mas continuo com a compulsão de seguir meus pais com o olhar. Sei que ainda tenho muitas barreiras a vencer, mas não perdi a esperança"

"É impossível parar"



Denise Legg, 44 anos, professora.

"O tormento começou aos 12 anos, quando minha avó morreu e eu me culpei por não estar ao lado dela. Minha primeira mania: toda vez que passava pela imagem de um santo que

tinha em casa, tinha de tocá-la e me benzer. Se eu não cumprisse esse ritual, tinha certeza de que, quando eu completasse 15 anos, minha mãe morreria. Todos os anos, como nada de ruim acontecia, eu estipulava uma nova idade para a suposta catástrofe. Fui assim até o 38º aniversário. Logo depois que minha avó morreu, vi um filme de terror em que os filhos do diabo tinham o número 6 tatuado no braço. Desde então, tenho pavor do número 6. Eu sou compelida a realizar uma determinada tarefa inúmeras vezes. Do contrário, sinto que as pessoas que amo podem sofrer algum mal. Todas as noites, antes de dormir, tenho de cumprir um ritual que leva até três horas. Eu deito, imediatamente me levanto e vou ao banheiro. Na volta para o quarto, tenho de tocar na imagem de Jesus Cristo pendurada no corredor. Antes de me deitar novamente, encosto em cada um dos santos que tenho no quarto. Ao todo, são quase trinta imagens. Deito e pego o "santinho" que guardo debaixo do travesseiro e me benzo três vezes. Bebo um gole d'água e vou dormir. Levanto da cama e repito todo o ritual, no mínimo, três vezes. Já aconteceu de eu repetir esse ritual 21 vezes. É como uma avalanche. Quando começa, é impossível parar. A angústia de não fazer o que minha mente pede – por mais ilógico que seja – é pior do que repetir as ações sem parar. Demorei trinta anos para começar um tratamento. Já estou melhor, mas sei que não há cura. Torço para um dia conseguir me controlar completamente"

"Tudo tinha de ser simétrico. Tudo"



André de Luca Pereira, 23 anos, engenheiro eletrônico.

“Comecei a ter dificuldade para dormir entre a infância e a adolescência. À noite, minha mente era tomada pelo pensamento de que se eu não fosse ao quarto da minha mãe ela morreria no dia seguinte. Ficava muito angustiado. Quanto mais me preocupava, outros medos começavam a se manifestar. Caso não cumprisse determinadas tarefas, eu repetiria o ano na escola, meu time não ganharia... No auge da doença, por volta dos 15 anos, os rituais

levavam até quatro horas. Na volta da escola, refazia o trajeto várias vezes. Ia e voltava, ia e voltava... Também voltava atrás caso a calçada terminasse e o número de passos que tivesse dado naquele quarteirão fosse ímpar. Eu tentava resistir, mas não conseguia. Tinha muita vergonha de que alguém percebesse. Se algum amigo me acompanhava, eu voltava depois para refazer o trecho do trajeto que, na minha cabeça, não estava adequado. Em casa, ficava cada vez mais difícil disfarçar. Tinha dificuldade para ir às aulas de manhã, porque não conseguia acordar. À noite, os rituais tomavam muito tempo. Deitava na cama e começava a



revisar todo o meu dia, para saber se tinha feito algo errado, que precisasse de correção. Se cismasse que sim – o que sempre acontecia –, dava um jeito de compensar. Algumas vezes, descia até a portaria do prédio, entrava e saía. Tudo tinha de ter simetria. Tudo – os passos que dava na rua com cada uma das pernas, as vezes que lavava cada lado do corpo durante o banho. Sempre soube que nada daquilo fazia sentido. Mas não ficava tranquilo até cumprir o que eu próprio me obrigava a fazer”.

Sem obsessão não há paixão

No século XVIII, o escritor francês Sébastien-Roch Nicolas Chamfort (1741-1794) escreveu: "Todas as paixões são exageradas e são paixões apenas porque exageram". Hoje, com a criação de máquinas capazes de flagrar o cérebro em pleno funcionamento e o avanço dos estudos sobre biologia evolucionária, a ciência vem comprovar que não havia nenhum exagero nas palavras de Chamfort. Os sintomas despertados pela paixão são arrebatadores. A lógica, a concentração e a racionalidade dão lugar à imagem da pessoa desejada. A lembrança dela volta à cabeça constantemente, mesmo contra a vontade. A obsessão é um elemento intrínseco à paixão. "O apaixonado tende a ficar focado única e exclusivamente em seu parceiro", disse a VEJA o psiquiatra americano James Leckman, da Universidade Yale e um grande especialista no assunto. Em *Sex and the City*, um dos seriados americanos de maior sucesso, Carrie, a personagem de Sarah Jessica Parker, amava Mr. Big, interpretado por Chris Noth (foto à dir.). Em dado momento, era tão apaixonada que só falava e pensava nele. Uma obsessão que fez com que Carrie levasse puxões de orelha das amigas Samantha, Charlotte e Miranda.

O pensamento obsessivo quanto ao ser amado é até certo ponto importante porque exclui a percepção dos defeitos do outro. Segundo os teóricos evolucionistas, essa característica facilita a perpetuação da espécie. Quem já se apaixonou sabe do que se fala aqui. No início do romance, nada nem ninguém é tão perfeito quanto o objeto da paixão. Em perfeita sintonia, os apaixonados só têm olhos um para o outro – o que barra a interferência de terceiros no relacionamento. A obsessão típica dos amantes faz com que as pessoas desenvolvam a capacidade de interpretar sinais dados pelos parceiros e, com isso, antecipar suas ações e seus desejos. E esse é o tipo de comportamento que só reforça os laços afetivos entre os apaixonados. Deliciosa é a cumplicidade implícita na troca de olhares dos enamorados – obra da obsessão (saudável) de um pelo outro.

Vítimas famosas do transtorno obsessivo-compulsivo

SANTO INÁCIO (1491-1556)

Antes de se converter, o nobre espanhol Inácio de Loyola era um soldado extremamente vaidoso. Durante muito tempo, o fundador da Companhia de Jesus não conseguiu se livrar da culpa pela vida fútil do passado e desenvolveu a mania de confessar sempre os mesmos pecados. "Ele começava a recordar seus pecados e, como se estivessem atados a um fio, ia pensando de pecado em pecado, e lhe parecia de novo que estava obrigado a confessá-los outra vez", relatou o biógrafo de Santo Inácio, sobre a confissão feita no mosteiro beneditino de Montserrat, nos arredores de Barcelona, em meados do século XVI.

SAMUEL JOHNSON (1709-1784)

Escritor e ensaísta inglês, autor do livro *Vidas dos Poetas Ingleses*, só conseguia cruzar uma porta depois de cumprir um ritual complicadíssimo. Antes de passar pela soleira, Johnson tinha de dar um determinado número de passos em relação a um ponto que ele próprio estabelecia.

FRANZ KAFKA (1883-1924)

O autor de *A Metamorfose*, *O Castelo* e *O Processo* preocupava-se excessivamente com doenças. Para que o ar circulasse, o escritor checo dormia com as janelas abertas e usava roupas leves, mesmo durante o inverno. Paradoxalmente, Kafka cuidava muito pouco da própria saúde – característica típica das vítimas do transtorno obsessivo-compulsivo



VLADIMIR MAIAKOVSKI (1893-1930)

Um dos principais representantes da poesia russa moderna, Maiakovski era acometido por rituais de limpeza. Tinha o costume de lavar as mãos várias vezes ao dia. O autor de *Mistério Bufo*, *Os Banhos* e *O Percevejo* era uma personalidade atormentada e acabou cometendo suicídio.

HOWARD HUGHES (1905-1976)

Com cerca de 50 anos, o magnata americano, amante de beldades como Katharine Hepburn, Lana Turner e Ava Gardner, começou a apresentar os primeiros sinais de seu medo obsessivo de ser contaminado por vírus e bactérias. Aos poucos Hughes foi se isolando numa redoma de assepsia, onde se julgava protegido das impurezas do "mundo lá fora". Seu carro era revestido de filtro antigermes. As salas e quartos de sua mansão passavam diariamente por um minucioso processo de limpeza. O pavor de Hughes era tanto que, em 1953, ele vendeu sua empresa de aviação e fundou o Howard Hughes Medical Institute, um dos maiores centros de pesquisas médicas do mundo. Morreu aos 70 anos sozinho e desnutrido.

KURT GÖDEL (1906-1978)

Desde criança, um dos mais importantes matemáticos do século XX e o melhor amigo de Albert Einstein tinha pavor de ficar doente. Vivia metido em pesados casacos de lã até dentro de casa, mesmo durante o verão. Tal qual sua mãe fazia, a mulher de Gödel o tratava como um menino frágil. Depois que ela morreu, o matemático



austriaco parou de comer com medo de ser contaminado pela comida.

GLENN GOULD (1932-1982)

O pianista canadense, um dos mais revolucionários intérpretes de Bach, tinha pavor de ser infectado por vírus e bactérias. Por causa disso, evitava o contato humano e estava sempre de luvas, boné e cachecol. No auge da carreira, em 1964, a doença o afastou definitivamente dos palcos.



Fontes: Márcio Versiani, Maria Conceição Rosário Campos, Eurípedes Miguel e José Del Porto, psiquiatras, e padre Luís Corrêa Lima, historiador.

Uma simples mania ou um ritual compulsivo?

O teste a seguir foi elaborado a pedido de VEJA pelo psiquiatra Márcio Versiani, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele não pretende substituir o diagnóstico médico. Em cada uma das questões, escolha a alternativa que melhor se aplica ao seu caso.

1. Eu lavo minhas mãos:
 - Quando estão sujas
 - Sempre que toco em algum objeto possivelmente sujo
 - Várias vezes por dia, mesmo quando elas parecem estar limpas.
2. Tenho de verificar, por exemplo, se a porta de entrada está trancada ou se o gás está desligado:
 - Às vezes, mas não me preocupo muito com isso
 - Costumo checar, mas uma ou duas vezes já é o suficiente
 - Volto para checar inúmeras vezes:
3. Quando me visto para sair de casa:

- Sou rápido, me visto em poucos minutos se necessário
- Sempre demoro algum tempo porque me preocupo muito com a aparência
- Demoro muito, chego a levar horas, pois sempre tenho a impressão de que algum detalhe está errado

4. Em relação à organização de minhas coisas e objetos:

- Procuro ter tudo razoavelmente organizado, mas não me preocupo demais com isso
- Procuro, quase sempre, ter tudo bem organizado
- Tudo tem de estar do modo como organizei. Detesto quando alguém mexe em minhas coisas

5. Quando tomo banho:

- Fico apenas o suficiente para me ensaboar e enxaguar
- Costumo demorar um pouco, pois aproveito esse tempo para relaxar
- Demoro muito. Por mais que me lave, continuo com a sensação de que não estou limpo o suficiente

6. Quanto a colecionar objetos:

- Guardo objetos específicos, como fotografias de família
- Guardo muitas coisas, até roupas que não uso mais
- Não jogo nada fora, nem revistas e jornais velhos.

7. O receio de me contaminar com doenças faz com que eu:

- Evite tocar objetos certamente contaminados
- Evite tocar objetos que ofereçam algum risco de contaminação, como assentos sanitários
- Evite tocar em objetos com os quais muitas pessoas tenham contato, como as maçanetas das portas do escritório.

8. Os pensamentos na minha cabeça:

- Fluem em função do que estou vivendo
- Às vezes se fixam em determinados pontos antes de voltar a fluir

Ficam se repetindo, sem fim.

9. Quanto aos tipos de pensamento que tenho:

Eles dependem das situações que estou vivendo ou do que estou fazendo

Às vezes sinto necessidade forte de pensar em certas coisas

Sou obrigado a pensar em certas coisas, como uma série de números ou palavras, para afastar um mal-estar.

10. Quanto aos meus atos:

Dependem do objetivo do momento

Às vezes faço coisas sem muito sentido, como me obrigar a usar determinada roupa de acordo com o dia da semana

Sinto-me compelido a fazer coisas sem sentido, como bater na porta de casa cinco vezes antes de abri-la ou contar as cadeiras de uma fila do cinema e sentar na do meio.

Pontos

Apaga o teste

AVALIAÇÃO

De 0 a 5 pontos

Não se preocupe. Ter algumas manias é normal e até importante por questões de higiene e segurança

De 6 a 10 pontos

Como você, a maioria das pessoas tem alguma mania. Se essa mania começar a interferir no seu dia-a-dia, procure um médico para uma avaliação mais completa

De 11 a 20 pontos

Você apresenta sintomas que podem estar relacionados ao transtorno obsessivo-compulsivo. Procure um especialista para obter um diagnóstico mais preciso.

ANEXO II

capa



SIM, SEU CÉREBRO PODE AJUDAR VOCÊ A TER UM ANO NOVO MAIS FELIZ

VOCÊ PODE TRABALHAR A SEU FAVOR E AJUDAR-SE A DESFRUTAR DE MAIOR SATISFAÇÃO – MAS NÃO IMAGINE QUE ISSO ACONTECERÁ POR OBRA DO ACASO. A DESPEITO DE FATORES GENÉTICOS E DAS CONDIÇÕES ADVERSAS QUE A VIDA NOS IMPÕE, SENTIR-SE BEM É UMA CONSTRUÇÃO E A FELICIDADE, UMA ESCOLHA

Responda com sinceridade: o que você quer para sua vida e, mais precisamente, para o próximo ano? Arrisco dizer que eu, você e qualquer outra pessoa que leia este texto tenhamos respondido a mesma coisa. Podemos até ter pensado em coisas diferentes, talvez associadas a saúde ou relacionamentos, dinheiro, realização profissional, possibilidade de viagem ou resolução de um impasse em qualquer esfera da vida seja para nós mesmos ou para outras pessoas. Não importa. Qualquer que tenha sido a resposta, certamente o que está por trás dela é a crença de que aquilo que desejamos nos trará satisfação. O que queremos mesmo é ser felizes – independentemente da idade, nacionalidade, experiência de vida, profissão, classe social, preferências, particularidades pessoais ou qualquer outra característica.

STILLEY/ISTOCKPHOTO

▶ capa

Mas, afinal, que estado é esse tão almejado? “A felicidade pode ser entendida como a combinação entre o grau e a frequência de emoções positivas; o nível médio de satisfação que obtemos durante um longo período e a ausência de sentimentos negativos, tais como tristeza e raiva”, responde a psicóloga Susan Andrews, doutora em psicologia transpessoal pela Universidade de Greenwich, na Inglaterra, que fundou no Brasil, em 1992, o Instituto Visão Futuro, do qual é coordenadora. A instituição, mantida com base numa visão humanista de máxima utilização dos recursos, cooperação e equilíbrio com a natureza, fica numa comunidade autossustentável em Porangaba, no interior de São Paulo. Para a psicóloga, formada na Universidade Harvard, autora de *A ciência de ser feliz – Conheça os caminhos práticos que trazem bem-estar e alegria* (Agora, 2011), essa definição marca a felicidade como uma característica estável, e não como uma flutuação momentânea; logo, não seria caracterizada apenas como a falta de emoções desagra-

dáveis, mas também como a presença de sentimentos prazerosos.

Do latim, *felix, felicitis*, queria dizer, originalmente, “fértil”, “capaz de produzir frutos”. Em inglês, *happiness* tem raiz no nórdico arcaico, *happ*, que no dialeto de origem quer dizer “boa sorte”. É muito provável que o vocábulo esteja vinculado à expressão antiga *hapt up in bed*, que significa estar protegido, seguro. Curiosamente, quando estamos realmente entregues à sensação de bem-estar, sem a ânsia incômoda de reter essa sensação, mas simplesmente permitindo-nos ficar bem, é como se estivéssemos livres de qualquer vulnerabilidade – inteiros e centrados. Talvez seja justamente essa experiência de paz e centramento que diferencie a felicidade, uma vivência interna, dos momentos de alegria, ou mesmo da euforia, exteriorizada e fugaz.

No entanto, antes de pensar na satisfação, parece ser importante levar em conta a questão do desprazer. Afinal, por que sofreremos? Em linhas gerais, é possível considerar que o sofrimento nasce de um movimento mental

ROTINA PARA ORGANIZAR A VIDA

Pense sobre as experiências mais importantes que viveu. Muitos se recordam do dia do casamento, do nascimento dos filhos, de uma viagem especial ou da primeira vez que saltou de paraquedas. É pouco provável que alguém se lembre da última vez que escovou os dentes. No entanto, estudos sugerem que as trivialidades do dia a dia podem contribuir bastante com a sensação de ter um propósito para si mesmo. Por mais que esse conceito soe como algo sentimental, perceber que a vida tem algum sentido é fundamental para nosso bem-estar. Pesquisas associam esse sentimento com flexibilidade, saúde mental, sucesso no trabalho e longevidade. A psicologia fala de três aspectos da experiência: significado, propósito e coerência. Em outras palavras, a vida ganha relevância quando nos sentimos importantes e enxergamos um objetivo, pois temos a sensação de pertencimento, de fazer

parte de algo que nos transcende. Os dois primeiros elementos têm sido amplamente estudados. No entanto, experimentos sobre a coerência começaram somente em 2013, quando os psicólogos Jason Trent, Samantha Heintzelman e Laura King, da Universidade de Missouri, relataram na *Psychological Science* que até mesmo um padrão visual simples pode favorecer a sensação de um significado maior.

Segundo o artigo, 77 voluntários observaram 16 fotografias de árvores ordenadas de forma aleatória ou conforme as estações do ano. Aqueles que visualizaram as imagens com o padrão sazonal relataram encontrar mais sentido na vida do que os outros, o que foi medido de acordo com as respostas que haviam preenchido num questionário logo após a tarefa visual. Outros 229 participantes visualizaram três grupos de palavras por alguns segundos;

O QUE FAZ SEU DINHEIRO RENDER

Muitos grandes pensadores já advertiram: a felicidade não depende de bens materiais. E a ciência confirma esse conselho – pessoas com mais dinheiro não são necessariamente mais felizes. No entanto, a maneira como gastamos nossas reservas faz diferença. Uma pesquisa revela algumas estratégias que podem ajudar a aumentar a satisfação em longo prazo. Investir em experiências, por exemplo, é mais satisfatório que adquirir mercadorias. Muitos estudos comprovam que gastar com restaurantes, cursos, concertos ou viagens, por exemplo, contribui mais para a felicidade duradoura do que adquirir bens. Um artigo publicado no início deste ano pelo psicólogo Thomas D. Gilovich e seus colegas da Universidade Cornell mostra que os benefícios podem estar relacionados com o fato de que momentos como esses envolvem interações sociais e tendem a ampliar nossas oportunidades de identificação, permitindo o enriquecimento de nossa subjetividade. “Em termos de ‘dinheiro bem gasto’, as experiências são as que mais pontuam nas medidas de felicidade”, diz Gilovich.

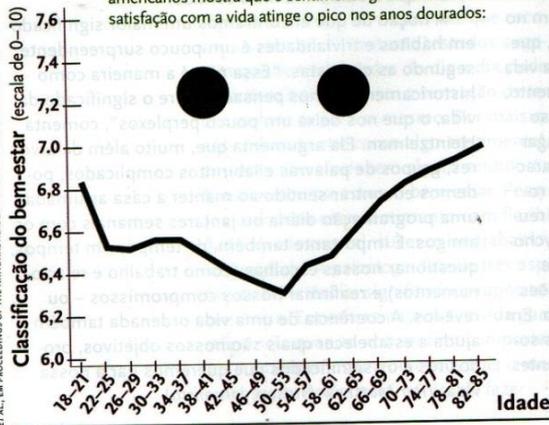
É importante também planejar com tranquilidade as experiências. Antecipar mentalmente uma recompensa não raro pode proporcionar mais alegria do

que a gratificação em si. Num estudo em andamento, Gilovich analisa exatamente essa questão, solicitando aos voluntários que descrevam seu estado mental antes e depois de adquirir bens. Ele observa que o planejamento e a antecipação das compras resultam em maior sensação de bem-estar e entusiasmo do que esperar as mercadorias chegarem, o que, em geral, causa tensão e impaciência. Os cientistas sugerem: tente atrasar a gratificação. A aproximação de uma recompensa imediata (sexo, drogas, alimento favorito) costuma aumentar os níveis de dopamina, um neurotransmissor que traz a sensação de bem-estar; quando recebemos o que desejamos, porém, a quantidade dessa substância tende a baixar. Gilovich acredita que essa dança dopaminérgica entra em jogo quando adquirimos presentes para nós mesmos, já que o prazer de buscar satisfação imediata é passageiro. Por isso, insiste que adiar algumas compras até determinada data ou ocasião especial nos permite absorver mais prazer da experiência por causa da tensão acumulada. Isso vale também para crianças. Ou seja: oferecer frequentemente presentes (a si mesmo ou aos outros) sem motivo pode trazer pouco benefício. (Por Bret Stetka, jornalista).

MAIS VELHO, MAIS SÁBIO, MAIS FELIZ

Muitas pesquisas indicam que ficamos mais alegres à medida que envelhecemos. Um estudo de 2010 com mais de 340 mil adultos americanos mostra que o sentimento geral de contentamento e satisfação com a vida atinge o pico nos anos dourados:

SOURCE: "ANALYSIS OF THE AGE DISTRIBUTION OF PSYCHOLOGICAL WELL-BEING IN THE UNITED STATES," DE ARTHUR A. STONE ET AL., IN PROCEEDINGS OF THE NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES USA, VOL. 107, Nº 22, 1º DE JUNHO DE 2010.



duplo: o apego (àquilo que consideramos, em geral equivocadamente, ser a causa de nossa felicidade) e a aversão (o que vemos como razão do sofrimento). Nos dois casos, há distorção da percepção em relação ao que nos faz bem. É muito frequente imaginarmos que, se fôssemos mais ricos, tivéssemos assimilado cognitivamente mais informações, fôssemos mais jovens ou mais bonitos, seríamos mais felizes. O que a ciência mostra, porém, é que não é bem assim que funciona.

Dinheiro, por exemplo, costuma ser fortemente associado a felicidade em nossa sociedade, mas parece que na prática a relação não é tão simples. O pesquisador Ruut Veenhoven, da Universidade Erasmus de Roterdã, na Holanda, constatou que populações de países ricos tendem a ser mais felizes do que as de países pobres. Mas atenção: quando a renda média anual chega a determinado patamar que contempla a satisfação de necessidades de alimentação, moradia, segurança e

emprego, qualquer renda extra não parece tornar as pessoas realmente mais satisfeitas. Além desse parâmetro, dinheiro e felicidade simplesmente se desconectam e não é possível estabelecer a relação significativa entre o quanto a pessoa tem de dinheiro e seu índice de satisfação com a vida. O economista Richard Easterlin, da Universidade da Califórnia do Sul, levantou a hipótese de que, se a renda de cada habitante do planeta fosse aumentada, isso poderia ampliar a felicidade de todos. Essa relação, no entanto, não se confirmou. Ele constatou também que, acima da linha de pobreza, a possibilidade de o dinheiro atrair mais felicidade é bastante relativa: além do ponto em que necessidades básicas são atendidas, mais riqueza não garante acréscimo de satisfação. O trabalho de Easterlin, um clássico das ciências sociais, se traduz num conceito importante: menos é mais.

Mesmo uma vida de intensa estimulação sensorial profundamente agradável, em lugares luxuosos, plena de mimos, não garante a felicidade. Afinal, quanto mais uma experiência prazerosa for repetida, menos satisfação trará ao longo do tempo. Coisas maravilhosas são sentidas assim na primeira vez em que acontecem, mas sua fascinação se dissipa com a repetição. Para constatar isso, basta pensar em como é prazerosa a primeira mordida em um chocolate para quem adora esse alimento e qual sensação traz comer a quinta barra do mesmo doce – certamente a satisfação se dissipa.

Entre outros, os estudos desenvolvidos pelo psicólogo Edward Diener, professor da Universidade de Illinois, mostram que a procura da felicidade por meio de objetos externos nos afasta de desfrutar o momento presente, o que tende a diminuir nosso grau de satisfação, como se “nos distraísse” de nós mesmos. Ele faz uma comparação com a dependência química, que garante prazer no início, mas, ao longo do tempo, obriga a pessoa a obter mais daquela substância para que se sinta bem – ou para que não fique tão mal. Numa sequência clássica de estudos muito interessantes publicada pelo periódico científico *Journal of Psychopharmacology*, os pesquisadores Philippe Brickman (psicólogo já falecido), o sociólogo Dan Coates e a psi-

UMA AGENDA MAIS INTELIGENTE



DANZAO PRODUCTIONS/SHUTTERSTOCK

A felicidade não pode ser forçada, muito menos de uma hora para outra. Negar sentimentos como raiva ou angústia é prejudicial para a mente e o corpo. O melhor é cultivar o bem-estar, o que favorece a saúde do corpo e dos relacionamentos. Uma alternativa eficaz pode ser reforçar as probabilidades de alcançar a satisfação planejando o tempo destinado a atividades prazerosas. Mas como fazer isso?

Um estudo publicado em dezembro de 2014 na *Emotion* relata como os pesquisadores transformaram em conceito a ideia de “priorizar a positividade”. Eles pediram a 233 adultos de diversas idades que assumissem essa postura intencionalmente em seu cotidiano e, posteriormente, os submeteram a vários testes. Os resultados mostram que os indivíduos que seguiram essa abordagem diziam estar mais satisfeitos com a vida em geral que os participantes do grupo de controle que apenas responderam às avaliações. Além disso, os primeiros relataram emoções positivas mais frequentemente e menos sintomas depressivos. Aqueles que priorizaram a positividade com planos concretos (como incluir na rotina atividades prazerosas) demonstraram também mais recursos psicológicos e sociais, como resiliência, atenção plena e relacionamentos positivos.

“É importante sair do automático e refletir sobre aquilo que traz satisfação e alegria, procurando arrumar tempo para esses eventos na sua vida diária”, observa a psicóloga Lahnna I. Catalino, da Universidade da Califórnia em San Francisco, coautora do estudo. “Para alguns, isso significa reservar regularmente alguns momentos para jardinagem ou culinária; para outros, se aproximar dos amigos ou praticar um esporte, por exemplo.” Essas atividades podem ser difíceis para pessoas que lutam contra a depressão, mas se alinham com a noção de que não é possível forçar a felicidade, mas abrir espaços para o que faz bem e desfrutar de dias que incluem coisas que dão prazer. (Por *Tori Rodriguez*)

capa

INSPIRA, EXPIRA...

Nos últimos anos, inúmeros estudos revelaram os benefícios da meditação para o cérebro – e o restante do corpo. Pesquisas feitas no Departamento de Medicina da Universidade Chulalongkorn, em Bangcoc, na Tailândia, por exemplo, mostraram que pessoas que não praticavam meditação e o fizeram por apenas seis semanas vivenciaram uma significativa diminuição do nível de cortisol. Pesquisa conduzida por Vincent Giampapa, ex-presidente do Conselho Americano de Medicina Antienvelhecimento, revelou que a prática meditativa regular pode diminuir em até 47% os níveis excessivos de cortisol. Estudantes chineses da Universidade de Tecnologia de Dalian, que fizeram a prática



PHOTOMART/SHUTTERSTOCK

pela primeira vez por apenas 20 minutos durante cinco dias, experimentaram redução também de ansiedade, de confusão, raiva e até depressão.

cóloga Ronnie Janoff-Bulman acompanharam tanto pessoas que haviam sido sorteadas com prêmios da loteria quanto pacientes que ficaram paraplégicos. O trabalho revelou uma conclusão inusitada: uma semana depois de terem sofrido um acidente, os pacientes se mostravam revoltados e ansiosos; após três meses, voltavam a experimentar momentos de felicidade; um ano depois, aqueles que ganharam na loteria não eram mais felizes do que antes de receber o prêmio.

Talvez em alguma escala isto já tenha acontecido com você: comprou uma roupa incrível com um preço ótimo, viajou para um lugar lindo, ganhou o celular que tanto queria ou se casou com a pessoa que amava – e isso o fez muito feliz. No entanto, passado algum tempo, parece inevitável que a intensidade da satisfação inicial não se mantenha. O oposto também vale. Para a maioria das pessoas, quando acontece algo que as entristece profundamente ocorre o mesmo: passado o momento da dor, nosso estado de ânimo tende a se equilibrar. A súbita melhora ou piora de humor provocada por fatos da vida não persiste, pois tendemos a nos acostumar às circunstâncias e voltamos a um nível basal de felicidade, que varia de uma pessoa para outra, em decorrência de fatores variados como herança genética, traços de personalidade e com o quanto nos responsabilizamos por nós mesmos e nossas escolhas.

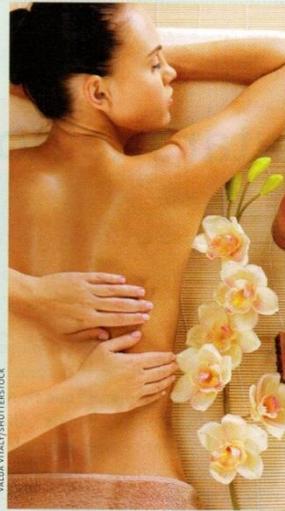
FAZ BEM FAZER O BEM

Gente feliz é mais propensa a agir de forma altruísta, mas até recentemente ninguém jamais havia provado que fazer o bem de fato torna as pessoas mais felizes. Foi a psicóloga Sonja Lyubomirsky quem conduziu um experimento no qual foi pedido aos participantes que fizessem cinco atos de caridade por semana, no decorrer de seis semanas. Eles foram informados de que essas ações podiam ser grandes ou pequenas, e a pessoa beneficiada poderia ou não estar consciente delas. Resultado: a prática regular da benevolência tornava os voluntários mais felizes – e não só no momento do ato, mas por um longo período, especialmente se a pessoa não contava a ninguém e não esperava nada em troca. Além disso, recentemente alguns trabalhos têm revelado a base bioquímica do prazer do altruísmo. Um estudo com mais de 1.700 pessoas feito pelo Instituto para o Avanço da Saúde, nos Estados Unidos, concluiu que comportamentos e emoções altruístas produzem uma espécie de “barato de quem ajuda”, que alivia estresse, enxaqueca e até dores associadas a transtornos sérios, como lúpus e esclerose múltipla.

Um fato importante a ser considerado é que a felicidade duradoura não é um presente que cai do céu por obra do acaso. Trata-se, na verdade, de uma construção subjetiva: o bem-estar não reside naquilo a que temos acesso ou naquilo que vivenciamos, mas em **como** fazemos isso. Não é novidade que somos hoje, em geral, mais ricos e saudáveis do que eram nossos pais e avós – mas nem por isso estamos mais satisfeitos e, não raro, caímos na armadilha de acreditar que seremos mais felizes se tivermos mais – dinheiro, tempo, prazer, reconhecimento... Iludir-se com ideias prontas de que o bem-estar está diretamente associado a acumular bens materiais, atingir metas profissionais ou conquistar a pessoa amada pode trazer um grande desapontamento. Claro que tudo isso é importante, mas não determinante para a felicidade. A boa notícia é que é possível se apropriar do sentimento de satisfação e responsabilizar-se por ele – não apenas no nível cognitivo, mas também no âmbito psíquico. O que fazer, então? Não há “manuais de felicidade” ou soluções mágicas, mas pesquisas recentes nas áreas de psicologia e neurociência oferecem algumas pistas interessantes (veja quadros ao longo do artigo).

Pesquisadores da área da psicologia positiva são os principais defensores da ideia de que é possível aumentar o nosso nível de prazer com a vida. Eles reconhecem que há fatores sobre os quais não temos tanta (ou nenhuma) influência – como genética, responsável por algo em torno de metade de todo o nosso potencial para a satisfação, e as condições externas que favorecem ou prejudicam a expressão dessa carga hereditária. Mas há espaço de manobra. Pesquisadores da chamada ciência hedônica sugerem uma “fórmula para a felicidade”: $F = G + C + AV$, onde Felicidade = Genes + Condições externas + Atividades volitivas (ou ações intencionais). A psicóloga Sonja Lyubomirsky, professora da Universidade da Califórnia, ganhadora do prêmio Instituto Nacional de Saúde Mental dos Estados Unidos em 2008, esclarece que essas últimas são determinadas pela vontade, resultado de uma escolha. São as que mais apresentam possibilidades para aumentar e

À FLOR DA PELE



VALERIA VITALY/SHUTTERSTOCK

— especialmente aquelas consideradas mais “temperamentais” — que receberam 15 minutos de massagem regularmente se saíram melhor em testes de desempenho cognitivo e revelaram um aumento na atenção. Uma vez que o cortisol inibe o funcionamento do centro de memória e aprendizado no cérebro, o hipocampo, a diminuição de cortisol favorece o desempenho mental. E vale fazer automassagem, dando atenção especial ao rosto, ao pescoço, às axilas, às virilhas e aos joelhos, regiões onde se localizam muitos linfonodos, beneficiando assim o corpo todo.

sustentar o sentimento de bem-estar. Ela ressalta que persistir no compromisso consciente de buscar experiências que nos fazem bem predispõe o funcionamento mental a buscar saídas criativas. Tendemos a nos familiarizar com aquilo que fazemos de forma atenta e significativa, criando sentidos e espaços psíquicos para essas experiências. “Costumamos subestimar atividades intencionais, mas elas são poderosas, podem deflagrar mudanças importantes em nossa qualidade de vida – mas é preciso comprometer-se com o projeto de ser uma pessoa mais feliz”, afirma Sonja Lyubomirsky.

Pesquisadores do Instituto de Pesquisas do Toque, na Universidade de Miami, descobriram que algumas poucas semanas de massoterapia podem reduzir os níveis excessivos de cortisol, o hormônio do estresse, em até 30%. Além disso, provoca aumento dos neurotransmissores do bem-estar (serotonina, que cresceu até 28%) e do prazer (dopamina, que aumentou mais de 30%). A prática melhora também o funcionamento mental. Pesquisas feitas por Sybil Hart mostraram que crianças da pré-escola